

TRILOGIA
PA TARUMÃ MIRIM-AM
LIVRO 3

Atena
Editora
Ano 2020

TERRA DE TRABALHO, SÍTIOS DO LAZER:

O TURISMO RURAL NO PA TARUMÃ MIRIM-AM



Águida Meneses Valadares Demétrio
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

TRILOGIA
PA TARUMÁ MIRIM-AM
...
LIVRO 3

Atena
Editora
Ano 2020

TERRA DE TRABALHO, SÍTIOS DO LAZER: O TURISMO RURAL NO PA TARUMÃ MIRIM-AM



Águida Meneses Valadares Demétrio
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

As Autoras

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Terra de trabalho, sítios de lazer: o turismo rural no PA Tarumã Mirim-AM

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária
Diagramação: Janaina Ramos
Correção: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Flávia Roberta Barão
Revisão: Luiza Alves Batista
Autoras: As Autoras
Águida Meneses Valadares Demetrio
Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D377 Demetrio, Águida Meneses Valadares

Terra de trabalho, sítios de lazer: o turismo rural no PA Tarumã Mirim-AM / Águida Meneses Valadares Demetrio, Rita Maria dos Santos Puga Barbosa – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

100 p., il.

ISBN 978-65-5706-458-0

DOI 10.22533/at.ed.580200810

1. Turismo rural. 2. Tarumã Mirim-AM. I. Demetrio, Águida Meneses Valadares. II. Barbosa, Rita Maria dos Santos Puga. III. Título.

CDD 338.4791811

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Esta obra encerra a Trilogia PA Tarumã Mirim

LIVRO 1 – Etnografia Criativa: Insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim;

LIVRO 2 – Assentamentos rurais e dois brasis bem brasileiros: Uma pesquisa etnográfica no PA Tarumã Mirim-AM;

LIVRO 3 – Terra de trabalho, sítios de lazer: O turismo rural no PA Tarumã Mirim-AM.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus **netos**, porque para eles escrevo, como a semear palavras para lhes instigar também a paixão pela escrita. Isto me impulsiona a seguir adiante, contextualizando as palavras, formando rios de interação com as frases, num ir e vir de informações, provocações, estímulos;

Aos meus **filhos**, que representam mais que a sequência das genéticas de Águida e Sebastião Demétrio. Simbolizam o foco do meu amor, meus risos e, porque não, minhas lágrimas: de orgulho, de sustos, de realizações;

Aos meus **irmãos**, que são personificações de guerreiros, a vencer uma batalha a cada dia, com suas determinações, coragem e fé. Neles me inspiro na busca pela persistência;

A todos da **família Demétrio**, que um dia me “adotaram” através do matrimônio com um deles e posteriormente essa adoção se transformou em amor, respeito e carinho;

Meus mais profundos agradecimentos e admiração pelo designer e artista plástico, **Leandro Monteiro**, criador das três capas da Trilogia PA Tarumã Mirim-AM, que esta obra a encerra. Seu talento representa a habilidade criativa que capta no universo mítico o desejo e a representatividade adequada às obras que, através suas mãos e sua mente, mostram ao mundo a beleza incontestável que o homem pode criar;

Meus sinceros agradecimentos à engenheira agrônoma Sr^a. **Acácia Neves**, do INCRA, por ter permitido o “segundo olhar”, pelos “olhos institucionais”, possibilitando abranger os tópicos adequados nesta obra;

Profundo respeito e gratidão pelas contribuições pertinentes do Sr. **Francisco Everardo Girão**, geógrafo, Coordenador do TRAF/AM na AMAZONASTUR até 2018. Seus aportes foram de extrema relevância para ampliar o entendimento sobre o tema abordado neste livro;

Agradecimentos à turismóloga Sr^a. **Sara Rejane Ribeiro Nunes**, devido seu amplo conhecimento do PA Tarumã Mirim, ao contribuir com informações pertinentes, no entendimento sistemático do assentamento Tarumã Mirim;

Não poderia deixar também de agradecer à **Gracielly Pacífico de Castro**, minha maquiadora, pela eficiência na maquiagem nessa pele sexagenária;

Congratulações ao sr **Fernando da Silva Filho**, pela qualidade das traduções para o Inglês de parte dos meus textos, sempre com o profissionalismo que lhe é peculiar;

Aos dois **mediadores da pesquisa-base** (ENT-35 e ENT-2), de onde originaram-se as três obras desta Trilogia. Sendo eles os colaboradores, os intérpretes das ações, a intermediar acessos, a desvendar situações “nebulosas” em momentos cruciais ou confusas naquela pesquisa. Sem eles, a pesquisa não teria o “corpo consistente” que se apresentou na sua finalização.

DEDICATÓRIA

Esta obra foi elaborada em plena solidão do isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19. Por esta autora inserir-se no grupo de risco devido a dois fatores: idade e comorbidade devido à hipertensão arterial, a “clausura domiciliar” se tornou vital.

Enquanto eu me refugio, fugindo dos inimigos invisíveis (como o Sars-Cov2), que provocam tragédias visíveis, os Agentes da Saúde enfrentam e se expõem, em nome da Saúde Pública e solidariedade, arriscando-se a contaminar-se e também infectar suas famílias, devido ao contato cotidiano com os infectados, e, após árdua batalha diária, se unem aos familiares. Riscos iminentes, porém o profissionalismo os impulsionam a executar seus trabalhos.

Seus juramentos de dedicação e amor se repercutem nesta batalha ferrenha contra diversas provações, que vão desde a precariedade (ou inexistência) dos EPI's aos lamentos de pacientes e familiares, na desesperada corrida pela vida.

A esses “Guerreiros Brancos” dedico esta obra.

A DOR

A simbologia escrita (as palavras) tem para mim um profundo significado, porém, é imprescindível que nela haja a representatividade da emoção, dando-lhes alma a um corpo simbólico.

Porém, nenhum simbolismo, em nenhum grupo de palavras, pode expressar o pesar de uma mãe, ao perder um filho. Filho de ENT-12, morador na comunidade Afatam, vítima fatal na lida cotidiana com o equipamento motosserra (quando do período da minha pesquisa de campo), representa o rompimento, a inversão da ordem natural da vida, quando pais enterram seus filhos.

Nenhum corpo simbólico substitui a ausência do corpo físico de esposo ou esposa, em que deixou vazio o lado do leito matrimonial, levado pela finitude da vida, e muito menos o lado afetivo, de quem foi escolhido para trilhar junto os caminhos da vida.

Para os pais, que enterram seus filhos, são grandes partes de si que também submergem na terra, em profunda dor inconsolável após a morte daqueles que foi gerado e amado por eles.

Para ENT-12 (mãe) e TRU-4(esposa), cujos nomes reais foram substituídos por siglas, devido ao sigilo na pesquisa, meus sinceros sentimentos por tão grande perda. Que Deus acalante seus corações, amainando a dor, lhes propiciando consolo ao espírito e harmonia ao corpo, para prosseguir a caminhada.

A morte não mata o Espírito, porque Deus, na sua grande bondade, só o transportou de um Plano a outro, recebendo-o na Sua graça!

Pesquisar também é chorar a dor do semelhante!

Sementes de ontem, frutos de hoje. Sementes de hoje, frutos de amanhã!

Por isso, não perca de vista o que você anda escolhendo para deixar cair na sua terra.

Cuidado com os semeadores que não lhe amam.

Eles têm o poder de estragar o resultado de muitas coisas.

Cuidado com os semeadores que você não conhece. Há muita maldade escondida em sorrisos sedutores...

Cada escolha, por menor que seja, é uma forma de semente que lançamos sobre o canteiro que somos. Viver é plantar!

Padre Fábio de Melo

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 11.326 foi sancionada e publicada no dia 24 de julho de 2006 e tem como finalidade estabelecer as diretrizes para a formação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; o artigo 3º dessa lei apresenta os requisitos necessários para se definir o agricultor familiar ou empreendedor familiar; mas em nenhum dos incisos desse artigo da lei se vê mencionada a palavra *turismo*.

Em 2020, após longa e minuciosa pesquisa científica “*in loco*”, **Aguida Meneses Valadares Demétrio** vem apresentar, através de resultado dessa pesquisa científica e muito estudo, a possibilidade de um avanço no desenvolvimento econômico e social das comunidades amparadas pela lei 11.326/2006, mencionando como epicentro dessa pesquisa a Comunidade Afatam, localizada no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim-AM.

A partir dos resultados da pesquisa foi possível a organização de dados suficientes para a formatação de três livros que a autora denominou de “*trilogia*”.

Aguida Meneses Valadares tem Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil, 2017 e já tem várias obras publicadas, entre elas podemos mencionar 14 artigos completos publicados em periódicos, exemplo: **DEMÉTRIO, A. M. V. Acura pelas mãos ou pela fé? A cultura popular na zona rural de Manaus-AM. A REVISTA CRONOS, v. 17, p. 135, 2016**; 8 livros publicados entre 2012 e 2017, dos quais destaco **DEMÉTRIOS. A. M. V., Drogas? Prazer e Morte. 1. Ed. São Paulo-SP: Scortecci, 2014. V. 1 168p.** Capítulos de livros publicados: 1, **DEMÉTRIO, A. M. V.: BARBOSA. R. M. S. P. – A diversidade dos puxiruns no Tarumã Mirim. In: Cecília Creuza Melo Lisboa. (Org.). Interdisciplinaridade Amazônica: sociedade, cultura e complexidade. Led. Olinda-PE: Livro Rápido, v. 1, p.1-280.**

Ainda no início deste ano (2020) a autora nos enriqueceu com duas importantes obras que representam o início da apresentação da Trilogia proposta pela pesquisadora: 1ª livro da Trilogia – **Etnografia Criativa: insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim-AM.** Editora Atena: Ponta Grossa – PR, 2020; 2º livro da Trilogia: - **Assentamentos rurais e dois brasis bem brasileiros: uma pesquisa etnográfica no PA Tarumã Mirim-AM.** Editora Atena: Ponta Grossa - PR, 2020.

Agora nos brinda com este 3º livro da trilogia: **Terra de trabalho, sítios de lazer: o turismo rural no PA Tarumã Mirim-AM**, cujo principal objetivo, além de “incentivar a todos os pesquisadores, para que acreditem nas suas pesquisas, nos seus temas”, é despertar nos leitores e autoridades governamentais o conhecimento do potencial econômico e social existente nos “assentamentos rurais, com incentivos à agricultura familiar” a abertura de espaço para o Turismo como fonte de renda, principalmente no PA Tarumã Mirim, onde há espaço apropriado para desenvolvimento do **Turismo ecológico e sustentável** (Capítulo 3).

Talvez seja necessária uma revisão no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mas isso se processa naturalmente.

O livro constitui um documento de valor imensurável na sua importância para o processo de desenvolvimento rural sustentável, pois a política de ocupação de espaço na

Amazônia já é bastante antiga, mas em termos de ocupação por famílias organizadas só teve início a partir da década de 1950, com a política de ocupação das faixas de fronteira por famílias de militares que recebiam incentivos para desenvolvimento da agricultura e pecuária, sendo distribuídas sementes e até matrizes de animais acompanhadas de reprodutores, para que se multiplicassem os animais e, com isso, as famílias pudessem permanecer no local.

Na década de 1960, no governo militar, o Presidente Castelo Branco divulgou o *slogan* “**Integrar para não entregar**”, o que resultou num enorme prejuízo para a natureza, principalmente na Região Amazônica.

Nas décadas de 1960/1970, as teorias e referências políticas pretendiam adaptar ou reduzir a diversidade social dos camponeses e agricultores a certos modelos ou padrões de desenvolvimento criados em gabinetes governamentais.

Este estudo vem demonstrar que o desenvolvimento equilibrado e sustentável, na área rural, poderá ter sucesso assegurado a partir de pesquisas científicas e estudos mais aprofundados sobre a política de produção rural e a ocupação de espaço, de maneira sustentável, tendo como uma das maneiras de se criar essa sustentabilidade o **Turismo Ecológico Sustentável**, essa é a proposta que assume o contexto de **Terra de trabalho, sítios de lazer: o turismo rural no PA Tarumã Mirim-AM** da autoria de Aguida Meneses Valadares Demétrio.

Antônio Gomes de Arruda
Administrador e Economista

RESUMO

A posse pela terra é tópic que nos remete a primórdios da humanidade, pela necessidade do abrigo e da produção. No Brasil, leis são redigidas para assimilar os trâmites governamentais quanto às necessidades sociais, no que concerne aos fatores terra, subsistência e produtividade. Essa “posse à terra”, para inúmeros indivíduos, só se concretiza a partir da intermediação governamental, por meio de políticas públicas, visando à criação de assentamentos rurais, com incentivos à agricultura familiar. Em outro parâmetro, a sociologia do lazer nos mostra que o lazer também é produtivo, porque possui a sua relevância no que concerne à qualidade de vida. Nessa vertente produtiva, detectamos que o projeto de assentamento Tarumã Mirim permite o “cultivo” de um produto que, se bem manipulado, não polui, não degrada, não contamina, proporciona subsistência para quem o “cultiva” e prazer para quem o consome, preserva o meio ambiente e valoriza a sustentabilidade: o lazer comercial naquele assentamento. Pesquisa etnográfica, coleta de dados pela observação participante evidenciou comprovações de que agricultura familiar e lazer podem gerar novas formas socioeconômicas, comercializando o renovar das emoções como uma mercadoria negociável, dentro de um projeto de assentamento, sem romper com as normatizações estipuladas pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento rural. Preservação ambiental. Produtividade. Marketing ecológico.

ABSTRACT

The possession of the land is a topic that brings us back to the beginnings of humanity due to the needs for shelter and T production. In Brazil, laws are written to assimilate the government procedures such as social needs, in what turns to land factors, subsistence, and productivity. This “possession of the land”, for innumerable individuals only can be materialized from governmental intermediation through public policies aiming the creation of rural settlements with incentives to family agriculture. In another parameter, a sociology of leisure shows its experience and is productive because it has your relevance not related to the quality of life. In this productive aspect, we detected that the TarumãMirim settlement project allows the “cultivation” of a product if that well manipulated it does not pollute, not degraded, it does not contaminate, provides sustenance for those who “cultivate” it. It is pleasure for those who consume it. The preservation of the environment and valorization of sustainability: commercial leisure in that settlement. Research and discovery, the collection of data through participatory observation showed evidenced proofs that family farming and leisure can generate new socioeconomic forms. Commercializing the renewal of emotions as a negotiable commodity within a settlement project without breaking the rules stipulated by the State.

KEYWORDS: Rural settlement. Environmental preservation. Productivity. Ecological marketing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	7
1. MÉTODO, TÉCNICA E AFINS DA PESQUISA	
1.1 A AMOSTRAGEM E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	9
1.2 AS CLASSIFICAÇÕES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE AFATAM	11
1.2.1 Classificação C-1: “sítios do lazer”	13
1.2.2 Classificação C-2: produção de subsistência.....	14
1.2.3 Classificação C-3: produtivos	14
CAPÍTULO 2.....	18
2. AMAZONAS: A TERRA DAS ÁGUAS	
2.1 PA TARUMÃ MIRIM: ENTRE O URBANO E O RURAL	20
2.1.1 A pesquisa de campo no PA Tarumã Mirim	23
CAPÍTULO 3.....	28
3. TERRA DE TRABALHO, SÍTIOS DE LAZER	
3.1 O TRABALHO: ETIMOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO	29
3.2 TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (TRAF).....	31
3.3 O TRAF NA VISÃO GOVERNAMENTAL.....	31
3.4 A REPRESENTATIVIDADE DO TRAF NO AMAZONAS	39
3.4.1 As tentativas de implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim.....	44
3.4.2 O Programa Terra Sol.....	50
CAPÍTULO 4.....	52
4. AS TEORIAS DO LAZER NA CONTEMPORANEIDADE	
4.1 AS IMBRICAÇÕES ENTRE O TRABALHO E O LAZER.....	55
4.1.1 Atividades Intermediárias e o renovar das emoções	58
4.2 FUNÇÕES DO LAZER NO CONTEXTO SOCIAL.....	64
4.2.1 O lazer tridimensional: Descanso, Divertimento, Desenvolvimento	66
4.3 O ESPORTE, O LAZER E SUAS DIFERENCIAÇÕES	68
4.4 AS MULHERES E O LAZER: TEMPOS MORTOS E DISTRAÇÕES MIÚDAS.....	69
4.5 ENTENDENDO O LAZER NA ZONA RURAL.....	71

CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78
SOBRE A AUTORA.....	83
SOBRE A COAUTORA.....	84

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o meu mestrado, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), fui tolhida (por mim mesma), devido ao tema do meu projeto de pesquisa: agricultura familiar em um projeto de assentamento rural, principalmente quando os meus colegas apresentavam os seus temas, na eloquência dos tópicos dissertados.

Tão logo fui observando os “travamentos” dos tão elogiosos temas alheios, enquanto o meu deslanchava, fui me empoderando daquilo que me propus a pesquisar. Porém, como nem tudo são flores na vida acadêmica, principalmente quando migramos do Latu para o Stricto sensu. “Travei” novamente, quando fomos informados (ou intimados?) a publicar artigos científicos em periódicos, em cada disciplina ministrada.

Apesar de eu já estar, naquela época, com sete livros publicados, o novo desafio me fez pensar... e voltei a me questionar: meu projeto me daria consistência para tantos artigos científicos quanto os que seriam necessários para atender às solicitações dos meus mestres acadêmicos? Meu tema seria importante, que merecesse um aprofundamento a partir das pesquisas já existentes?

Felizmente a vida sempre nos abre possibilidades extremas, quando há disposição, persistência e foco. E foi imbuída nessa disposição, que os resultados da pesquisa para a Dissertação geraram: dez artigos científicos publicados em periódicos do exterior; cinco em periódicos nacionais; dois artigos em coletâneas; cinco trabalhos apresentados em seminários; três livros originados da pesquisa para a Dissertação (sendo esta a 3ª obra da Trilogia PA Tarumã Mirim)¹, além de outros alheios a esse tema, mas pertinentes nas minhas atividades sociais.

Narro esses fatos não no intuito da soberba, mas como incentivo a todos os pesquisadores, para que acreditem nas suas pesquisas, nos seus temas, porque não há “tema pobre”, “assunto *mixuruco*”, porque em todos, quando o pesquisador vai além do que dele se espera, e usa a sistematização dentro dos critérios científicos propostos, o processo gera ciência, a disseminar, instruir, esclarecer. Os frutos acontecem, a beneficiar a sociedade com conhecimentos. Os frutos da minha pesquisa vieram através da sistematização, mas também da liberdade. Liberdade assistida, liberdade vigiada, liberdade cuidada, liberdade consciente, liberdade acompanhada. O termo “liberdade” nos transporta a diversos sentimentos, em que “o outro” complementa o sentido desta palavra.

No meu período do mestrado, esta palavra me acompanhou na relação orientanda/orientadora, instigada pela confiança mútua: de um lado a maturidade da minha orientadora, prof^a. Dr^a. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa, com seus aconselhamentos pertinentes; do outro a minha persistência, por saber que caminho rilhar. E desse livre arbítrio me permitido, resolvi produzir. E produzir não somente aquilo que me era determinado (e esperado) que eu realizasse: eu quis ir além...

Me “vesti” de pesquisadora, botei no meu “embornal” a perspicácia, para captar o “dito” e o “não dito”, e parti para uma viagem enriquecedora, entre o coletar, tabular, analisar,

1. 1º livro da Trilogia – **Etnografia Criativa: insumo primário entre pesquisa e emoção no projeto de assentamento Tarumã Mirim-AM**. Editora Atena: Ponta Grossa – PR, 2020;

2º livro da Trilogia – **Assentamentos rurais e dois brasis bem brasileiros: uma pesquisa etnográfica no PA Tarumã Mirim-AM**. Editora Atena: Ponta Grossa – PR, 2020;

apesar da descrença de alguns, quando eu mostrava os meus objetivos específicos. Sempre ouvia o alerta: “... é muita coisa, não vai dar tempo”. Mas deu tempo, aliás, defendi a dissertação “antes do tempo”, com 1 ano e 9 meses.

Instigada pela certeza que todo campo pesquisado gera ciência, que deve ser divulgada, a fim de que ela progrida a partir das possibilidades de falseabilidade de teorias anteriores, ou através das fissuras que continuamente podem surgir a partir de novas pesquisas, acreditei que o tema da minha dissertação poderia dar veracidade às minhas crenças teóricas.

Produzir é se instigar, imaginar, investigar e comprovar! Certezas detectadas, verdades constatadas, só geram ciência se publicadas. Comprovações não publicadas são somente memórias, que o tempo se encarrega de apagar. E isto não era o que eu pretendia com minha pesquisa.

À medida que eu ia findando os capítulos da dissertação, os artigos surgiam, como sementes a germinar em terreno fértil, que seguiram o seu destino rumo aos seminários e periódicos, para se perpetuarem através das publicações, e registrar o seu lugar no mundo das ciências sociais. A compostagem para formar esse “adubo produtivo” ocorreu da mistura de liberdade, confiança, norteamentos pertinentes, e muito estudo.

Agora, ao fazer a revisão bibliográfica para esta obra, ainda me deparo com tantas vertentes que eu gostaria de ter abarcado naquele momento, porém, o que não coube lá (na dissertação), aqui caberá, como forma complementar ao que lá me propus. E o que me proponho a expor aqui? Explanar mais sobre o PA Tarumã Mirim, com a sua agricultura familiar, dentro de um assentamento rural. Mas não somente isto...Quero também relatar sobre o lazer e o “renovar das emoções”. E ir além...

Ao nos reportarmos ao termo “renovar das emoções”, recordo do tema em três Oficinas Pedagógicas da Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Cardinale Baptista, pesquisadora do PPGTUH de Turismo e Hospitalidade do Curso de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul-RS, ministradas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Naquelas Oficinas, em momentos de interação e troca de saberes a partir da uma horizontalidade na construção do saber inacabado, o âmago era “amorosidade” na escrita científica, instigando-nos a migrar da escrita “dura” que a metodologia nos engessa para uma escrita mais amorosa, livre, suave, que proporciona prazer na escrita e na leitura.

Em conformidade com suas falas, quando conseguimos unir o “aqui” com o “acolá”, formamos uma dimensão onde a ciência pode transitar sustentada pelo conhecimento do passado com as descobertas do presente. Entre o lúdico da expressão a amenizar a “secura” metodológica, e formam a passarela para o futuro, por instigar a leitura harmoniosa, alcançando mais leitores. Mas para tal, temos que relatar, pesquisar, ler e escrever, e conforme a Prof^a. Dr^a. Cardinali mencionou, escrever dói, porque escrever é se decompor, é se expor, e nem sempre a exposição é tão fácil, e quase nunca é indolor, e escrever com amorosidade pode ainda ser considerado irreverente (ou *arriscado* – grifo nosso – porque alguns indivíduos podem considerar a escrita amorosa como perda de cientificidade).

Porém, nesta obra, não queremos perder essa “amorosidade”, porque pretendemos “transcorrer” esse percurso da escrita de forma suave e harmônica, não somente como um “relato seco”. Percebemos que compor esta obra com “amorosidade” demandará

complexidade, seguindo os trâmites da Prof^a. Dr^a. Cardinale. Nas linhas intrínsecas entre amor e ciência, ela menciona que metodologia e escrita podem ser poesia. Poesia porque essa via metodológica para se atingir algo tem um quê poético que rege a escrita e a pesquisa, em uma sinfonia entre o que nos instiga, nos intriga e nos incomoda, pois desses incômodos nascem os nossos melhores brotos, que nos levam a buscar respostas para aquelas hipóteses que sempre carecem de aprofundamentos científicos. Nesse entrelaço entre absorver e praticar, procuraremos remodelar esta obra, do seu “corpo duro” em que se encontrava anteriormente, dentro da dissertação, para um relato a transitar entre cientificidade e amorosidade.

Conforme mencionado nas duas obras anteriores desta Trilogia, os procedimentos no desenvolvimento da pesquisa no momento da redação nos remeteram às variações dos pronomes pessoais “eu” e “nós” em diversas fases desta (e daquelas) obras, sendo utilizado o “eu” no momento da pesquisa de campo, e o “nós” na compilação e nas análises dos dados coletados com a coautora dos livros relacionados, Prf^a. Dr^a. Rita Puga.

As falas dos entrevistados alterarão das formatações de citações curtas ou longas para diálogos, contendo os mesmos “achados científicos”, porém com um “corpo” amável, em que a emoção se apresentará nítida nos contextos observados, nas análises da quebra de rotina, da *bricolagem* e do lazer, em que procuraremos adicionar uma “porção” de naturalidade, uma “pitada” de empirismo com uma “dose” de poesia.

Repetindo também ao citado nos dois livros anteriores, para maior clareza e respeito, informamos que, para a forma expressa do linguajar caboclo, foi adotado na íntegra as suas fonéticas, conforme suas pronúncias. Tal prática não teve como objetivo estigmatizar os entrevistados (pois são sujeitos ricos em seus conhecimentos locais), mas sim respeitar as formas de expressões dos mesmos, em similaridade ao adotado por outros trabalhos, na decisão de registrar a “fonética regional” tal qual são pronunciadas. Os autores Bagno (2008; 2007 e 2003) e D’Olive (2018) incentivam a “des-preconceituar” o linguajar regionalizado. Ambos questionam (e apontam) que são inaceitáveis esses preconceitos, porque, tanto a norma linguística pura quanto os regionalismos possuem fontes de riqueza. D’Olive (2018, p. 14) cita que o imaginário de uma língua única e homogênea apaga a pluralidade linguística, produzindo assim um preconceito em relação àqueles que não são detentores da língua padrão. As formas em variações adquirem valores em função do poder que os falantes detêm nas relações sociais econômicas e culturais. Isto é respeito pela identidade linguística de um certo grupo social.

Retomando ao tema “amorosidade”, cremos que temos um “ingrediente” nesta obra que permitirá diversos “temperos”: o lazer. E lazer nos remete ao prazer. E prazer migra entre o devaneio, o riso, a harmonia, o renovar das emoções... Porém pegaremos esse “lazer”, e lhes daremos um “corpo misto”: de lazer pelo prazer, e o lazer como mercadoria.

As emoções carregam a sua própria medida interna de valor (JAMES, 2008), porque cada emoção é o resultado de uma soma de elementos subjetivos, e cada elemento causa um tipo de processo fisiológico conhecido. Ao nos referirmos à renovação das emoções, lidamos com a sensação de bem-estar, conforto e satisfação.

As emoções nos levam a níveis paradoxos, que vão do emudecimento à exultação, dependendo da intensidade e do momento. Aqui citamos um pequeno trecho da descrição

de Elias e Dunning (1992, p. 82), no momento de um determinado concerto musical:

O pulso acelera, a mão esquerda do músico torna-se uma mancha assim que os dedos do pianista correm de um lado para o outro do teclado. O momento construído para a série final e acordes triunfantes: Ta tah! Tum tummm! O violinista esboça uma longa e intensa inflexão para baixo; ao desprender os seus braços estes voam, exultando, para o ar.

Então: incômodo silêncio, um pouco de tosse, algumas mudanças de posição nos lugares; o solista olha para o chão; o braço inclina-se para baixo. Para retomar a sintonização, uma nota ou acorde do pianista, assim que os executantes retomam alento do intenso excitação que construíram sem que se desprendesse uma resposta de confirmação.

As emoções encontram-se ativamente tendentes ao agradável, a um processo fisiológico descrito como êxtase, apreciado e ansiado pelos indivíduos, na busca de excitações e no renovar das emoções. Elias e Dunning (1992, p. 116) “tempera” a descrição desses sentimentos ao nos afirmar que “a excitação é o condimento de todas as satisfações próprias dos divertimentos”, proporcionando bem-estar e alegria. Portanto, se vamos descrever o lazer, nas suas diversas “misturas”, cremos ser a emoção e a amorosidade o composto nos elementos presentes.

Iremos apresentar propostas, a justificar porque muitos agricultores familiares estenderam os seus olhares além da enxada, foice, facão ou motoserra, e enxergaram na floresta, na água e no solo, algo mais que um tubérculo ou um fruto, porque o TA Tarumã Mirim oferece bem mais que um solo que necessita de correções contínuas e acirradas. Tais “olhares” possibilitaram (e possibilitarão) a que muitos migrem da situação de vulnerabilidade social para posições de subsistência adequada.

Ao fazer a leitura da obra de Batista (2014, p. 86), ao relatar que a efetividade da variação de renda sobre a redução da pobreza rural está condicionada às especificidades da estrutura econômica do país, e à atividade principal desempenhada pelo indivíduo, mais conscientizações advém das análises efetuadas até o momento. No prosseguimento às suas considerações, Batista (2014) relata que as variações positivas na renda no setor de serviços são mais eficientes em reduzir a pobreza rural no país, em detrimento do cultivo de milho², que apresentou a menor capacidade em reduzir a pobreza, sendo esse “setor de serviços” o foco principal desta obra, que será apresentada em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações finais, separando-os em tópicos diferenciados, porém interligados nos interesses investigativos:

a) o **capítulo 1** tratará da parte metodológica, descrevendo sobre o método etnográfico, que consiste em uma modalidade investigativa, seguindo os procedimentos citados por Malinowski (1978); Geetz (2008), Oliveira Filho (1999), em ampla combinação de técnicas e recursos metodológicos, dando maior ênfase às estratégias interativas: ouvindo, dialogando, interagindo com os sujeitos da pesquisa, se estabelecendo entre eles, para melhor entendê-los. Dentre as técnicas podemos citar a observação participante, que consiste em ver, ouvir, captar e interpretar fatos e nuances; entrevistas formais e informais;

2. Considerando-se que, de acordo com os Censos Agropecuários de 1996 e 2006, metade da produção de milho no país advém da agricultura familiar.

gravador; máquina fotográfica, etc. Todas as ferramentas do etnógrafo são extensões do instrumento humano, em auxílio à memória e visão, conforme elucida López (1999). O investigador etnógrafo combina observação com a participação. Além das metodologias citadas, também descreveremos a amostragem e os procedimentos para a coleta de dados que foram efetuados na pesquisa-base para a dissertação, e que deu origem a esta obra. Também serão explicadas as classificações produtivas, para que o leitor “visualize” o PA Tarumã Mirim no seu “corpo socioeconômico” bem peculiar, catalogados como: C-1 “Sítios do lazer”; C-2 com produções de subsistência e C-3 como produtivos, seguindo as sistematizações de Guanziroli et al. (2001). Achamos também pertinente justificar parte das entrevistas estruturadas, para melhor assimilação ao contexto que seguirão nos capítulos seguintes;

b) o **capítulo 2** trará um panorama “líquido e verde” sobre o Amazonas e o PA Tarumã Mirim, nas suas especificidades bem características. O PA Tarumã Mirim, loco da pesquisa, é bem peculiar por possuir elementos que o divergem de outros assentamentos rurais: Muita água, fauna e flora exuberante em diversos sítios, proximidade da metrópole e outros fatores que convidam aos visitantes a “mergulharem” em um lazer contemplativo e de relaxamento;

c) o **capítulo 3** nos leva a conhecer a “Terra de trabalho, sítios de lazer” e aprofundar os conhecimentos sobre o programa TRAF, que explana sobre o Turismo Rural na Agricultura Familiar, o Programa Terra Sol, tendo como premissa incentivar a atividade turística no âmbito da propriedade dos agricultores familiares. Tais Programas incentivam à valorização e preservação ao modo de vida rural, à conservação ao patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade regional, expandindo as possibilidades socioeconômicas. Ariana Beber bem descreve o TRAF como uma aliança entre turismo e agricultura familiar, a propiciar o resgate de culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica e da produção sustentável de alimentos. É uma união frutífera que, ao mesmo tempo, fortalece o turismo interno no País e gera renda, agregando valor às atividades agrícolas, artesanais e agroindustriais, colaborando com a preservação do patrimônio natural e cultural. Essa é uma fórmula para que o agricultor e a agricultora familiar possam perpetuar as heranças das gerações anteriores e ainda adequar as instalações, impulsionados por mais essa oportunidade de comercialização dos seus produtos;

d) o **capítulo 4** nos leva a um passeio entre o teórico e o empírico sobre o lazer, dialogando com Dumazedieer, Marcellino, Elias e Dunning entre outros, nos guiando nas imbricações entre trabalho e lazer em um dado momento, em outro nos mostrando o lazer pelo prazer. Também explanaremos sobre as mulheres e o lazer, em suas dimensões domésticas e profissionais, nos vieses entre seus papéis sociais como profissionais, e como esposas, mães, donas de casa, numa miscigenação laboral. Por fim, levaremos o leitor a conhecer as particularidades do lazer na zona rural, sem cinemas, shopping centers, pracinhas, centros de convivência, parques, sem internet na maioria dos lares, e mesmo assim os resultados surpreenderam a essas autoras, e esperamos surpreendê-los também.

Desejamos que o aqui exposto seja a mola propulsora a que outros pesquisadores deem prosseguimento ao tema; a que governantes enxerguem o PA Tarumã Mirim como “produtor do lazer” e um “filho imberbe” que, se bem instruído, possa tornar-se “doutor”

das águas, do turismo de cercania (região localizada ao redor de um núcleo populacional urbano – Manaus), do lazer comercial, tirando-o do ostracismo para um assentamento produtivo; a que os agricultores beneficiados pelo “diamante líquido” que são os igarapés despoluídos e o “ouro verde” das matas possam manuseá-los investidos de cuidados e ternura, respeitando o meio ambiente, resguardando a sua cultura, e preservando a sua identidade como homem do campo, que luta, persiste, sonha, a enxergar o seu ambiente além da terra-água-ar, mas como um paraíso que só precisa de pequenas adaptações. O PA Tarumã Mirim existe para mostrar a todos que quando o homem respeita a natureza, e aprende a apreciá-la, ela o reembolsa com beleza, paz e harmonia e riquezas diversas.

1. MÉTODO, TÉCNICA E AFINS DA PESQUISA

Metodologia é a trajetória para se construir o conhecimento. Quando nos reportamos à pesquisa científica, sistematizamos essa trajetória, e dessa sistematização advém as regras da produção científica, em forma de etapas, que nos levam às respostas das interrogações previamente levantadas (problematização), ou às refutações quando não se constatou as hipóteses previamente elaboradas.

Bastos e Ferreira (2016), elucida que, em sua origem, o termo “metodologia científica” tem o significado de caminho, forma, meio utilizado para se realizar determinada tarefa, e no caso específico de nosso estudo, é o caminho para se construir o conhecimento. Do ponto de vista acadêmico, pode significar o estudo dos métodos, ou também pode ter um significado mais abrangente, agregando tanto o método quanto os procedimentos decorrentes. Como você pode ver, não há um único entendimento, ressignificado, passando a se constituir numa forma nova e diferenciada de resposta. Aí reside a produção do conhecimento científico.

Esses autores ainda nos instigam a analisar que, por inúmeras vezes ouvimos as explicações: “na minha família é assim”, ou “minha experiência me mostrou” ou ainda “onde trabalho costumamos fazer assim” para definir o senso comum, que é um complemento à pesquisa científica, dando-lhes parâmetros. Cientificidade e empirismo, juntos, formam caminhos de conhecimento, por um sistematizar e confirmar (ou contestar) o outro. Para o senso comum não há uma explicação racional, apenas habituou-se a fazer de uma determinada forma e generaliza-se sem buscar uma explicação mais profunda sobre a sua origem. O conhecimento pode ser interpretado como uma relação que se estabelece entre o sujeito (aquele que quer saber, que tem curiosidade, indagações) e o objeto (aquilo que se quer conhecer, que guarda um enigma, que precisa ser desvendado), nos elucida Bastos e Ferreira (2016). A maneira como o sujeito irá revelar esse objeto é que se manifesta em diferentes tipos de conhecimento. Nesse contexto, trata-se do conhecimento empírico. E a ciência amplia o seu campo quando dialoga com o senso comum.

Na pesquisa-base¹ desta obra, foi utilizado o método da etnografia. Ela me levou a conhecer as características socioantropológicas e psicossociais da população do PA Tarumã Mirim. Conheci seus hábitos diuturnos, suas lendas, perspectivas, etc. E a melhor forma de captar e entender esses atributos foi através da técnica da observação participante. Tal técnica, tradicional no método Etnográfico, consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano. Em conformidade com Mónico et al. (2017, p. 728), “um observador é considerado participante quando se integra num grupo e na vida do mesmo. Um importante contraste neste processo é o grau de envolvimento, com as pessoas e nas atividades que se observam”, sendo um exemplo de observação natural ou uma forma especial de observação, especialmente apropriado para estudos exploratórios,

1. Lazer e Agricultura Familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim? Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5750>

estudos descritivos e estudos que visam a generalização de teorias interpretativas.

Para proceder essas descrições, demanda tempo, para a coleta perspicaz do que se propôs pesquisar. Porém, a etnografia não é a descrição somente de um momento, mas sim uma sequência deles, formando uma constância, para o entendimento adequado, criando elos que formarão o entendimento e conhecimento complexo e abrangente. A técnica da observação participante não é somente “olhar”, é “viver dentro”, nas aproximações, perspicácias, entendimento.

Geertz (2008) defende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, porque a etnografia é uma descrição densa dos fatos em análise. Se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição, então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa.

Outra forma de expressão a justificar, é o foco narrativo, seguindo norteamentos de Oliveira Filho (1999, p. 212), referente as narrativas etnográficas. Devem ser escritas na 1ª pessoa do singular, pois o olhar etnógrafo descreverá as diferenças e a variação no outro. A partir do dito, cito o “eu” nos momentos específicos da coleta de dados, retornando ao pronome na 1ª pessoa do plural “nós” nas análises e interpretações dos dados coletados, as quais foram procedidas conjuntamente com a coautora deste trabalho e minha orientadora no mestrado.

Nesse tipo de pesquisa, Malinowski (1978, p. 31), recomenda ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades, passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. Dependendo do ambiente, recomenda-se um mediador.

Na pesquisa-base, contamos com um informante-chave, mediador para quesitos de dúvidas ou para sanar falsas interpretações, passando ele a ser colaborador da pesquisa, que foi o líder da comunidade em que se procedeu parte das entrevistas, e presidente da associação dos moradores que, em toda esta obra será descrito como ENT-35 (35º entrevistado naquela pesquisa), e a ENT-2 (2ª entrevistada), ex-presidente da associação da comunidade, por ela residir há quinze anos na comunidade e ter sido presidente da associação por oito anos, tornando-a deveras conhecedora do ambiente.

A mediação foi de extrema relevância na pesquisa naquele assentamento, devido aos acessos precários em muitos lotes, e pela rapidez na aproximação no primeiro contato com os entrevistados. Os contatos seguintes, para a prática da observação participante continuada, a maioria foram feitos de forma independente, sem a necessidade do mediador.

Nas premissas da pesquisa para a dissertação do mestrado, foi coletado as informações pertinentes às produtividades (ou suas ausências), na comunidade Afatam e adjacências junto à associação local. Com os dados em mãos, foram estratificados de acordo com suas produtividades, e adequados à amostragem de cada categoria, para as devidas confirmações (ou refutações), na pesquisa de campo.

Naquela pesquisa, entre o planejar e o executar, longas trajetórias entre o idealizado e o vivenciado marcaram um percurso extenso, porque pesquisar é mais que confirmar... é ir à campo, no sentido real da expressão. Entre o receio às onças, abundantes na

comunidade pesquisada, a provocarem corridas e palpitações², até aos “elementos” bastante existentes, porém de difícil visibilidade que eram os “assentados do lazer”, houve uma verdadeira “corrida ao ouro” em pleno século XXI.

Situações que migram do divertido ao desesperador, no intuito de atingir à meta proposta dentro dos critérios de amostragem estipulado para a pesquisa, por diversas vezes eu abandonava o planejado do dia, para “correr atrás” de um “assentado do lazer”, por ele ser elemento valioso e de difícil acesso no plano geográfico definido.

Por diversas vezes eu mesma me censurava pela insensatez, ao me “desembestar” atrás de um “assentado do lazer”. Mas qual o motivo desse “desembestamento”? Dentro das quantificações da amostragem, eu teria de entrevistar 14 deles. Ora, se são somente do lazer, é porque não residiam na comunidade, então como entrevistá-los? O jeito foi montar uma “malha de informantes”. Sempre quando algum desses “preciosos” entravam na comunidade (geralmente nos finais de semana), a minha “malha” fazia chegar a mim a informação.

Na zona urbana as informações são rápidas, eficazes, pelas redes sociais, mas na zona rural era mais complicado, porque as informações transitavam entre o telefone rural (existente em muitas - mas não em todas - as residências), e o boca a boca, no leva e traz das informações. O jeito era contar também com a sorte, para que as informações chegassem a tempo. E quando chegavam, ainda haviam as barreiras a serem transpostas, até localizar o provável entrevistado.

As barreiras aqui mencionadas não me refiro aos cães, guardiões assíduos daqueles que na comunidade residiam, mas em relação às condições em que eu conseguia encontrar as “preciosidades” em seus lotes: em situações, digamos... pouco apresentáveis, devido ao total relaxamento no seu lazer, que iam desde as exíguas vestimentas (ou às suas ausências) aos níveis alcoólicos em que se encontravam, impossibilitando a entrevista naquele instante e naquele contexto. Fatos que naqueles momentos me provocaram sentimentos de inquietações, agora, ao reler o Diário de Campo para compor esta obra, provocam gargalhadas que me levam às lágrimas. Foram situações deveras cômicas, mas aqui não cabem as minúcias.

Esclarecemos que em todas as pequenas áreas rurais demarcadas no assentamento, e também referenciado neste trabalho, usamos a denominação “lote” para definir a propriedade rural, seguindo o costume local, porém, ao nos referirmos aos “sítios do lazer”, essa expressão “sítio” é o mais utilizado quando estão a referir-se àqueles que têm a sua função de lazer de caráter particular, ou que dispõem suas propriedades para a comercialização do lazer.

1.1 A AMOSTRAGEM E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Para calcular estatisticamente o tamanho da amostra, foi solicitado e obtido da Associação dos Moradores e Trabalhadores da comunidade Afatam, no PA Taramã Mirim, a quantidade de lotes naquela comunidade e adjacências, com descrição por classificação produtiva. Ressaltamos que, por tratar-se de comunidade rural, os líderes comunitários têm 2. Diversos fatos esdrúxulos de situações anormais, constrangedoras ou engraçadas foram citados no Livro 1 da Trilogia.

conhecimento sobre os moradores.

Os tipos da amostragem foram não-probabilística, porque a escolha dos elementos foi feita de forma não-aleatória, existindo um procedimento de seleção dos elementos da população segundo critérios estabelecidos pela pesquisadora (SANTOS, 2011, p. 134-136), dividido em grupos proporcionais ao seu tamanho.

Existia, na época da pesquisa, 85 lotes na comunidade, os quais foram incluídos na ficha-relatório, elaborado pela associação, na qual foram descritas as identificações dos moradores, as formas de acesso, as suas produções e as respectivas classificações produtivas.

Os 85 lotes foram distribuídos em três categorias: produtivo (35 lotes); de subsistência (33 lotes) e de lazer (17 lotes). Foi admitido um erro amostral de 5,00 % com intervalo de confiança de 95,00 % e com $p = 0,5$, o que dá o máximo para a expressão $p(1 - p)$. O tamanho mínimo da amostra necessária para estimar uma proporção foi calculado inicialmente como segue:

$$n_0 = \left(\frac{z_{\alpha/2}}{\epsilon}\right)^2 \times p \times (1 - p) = \left(\frac{1,96}{0,05}\right)^2 \times 0,5 \times 0,5 = 384,16 \cong 385.$$

Em seguida, foi realizada a correção da população finita, admitindo-se uma perda de 17,85 %:

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0}{N}} = \frac{385}{1 + \frac{385}{84}} = 68,96 \cong 69.$$

A amostra foi estratificada por classificação produtiva dos lotes e proporcional ao tamanho do estrato. Os 69 lotes amostrados foram assim distribuídos: produtivos 29 lotes; de subsistência 26 lotes e de lazer 14 lotes.

Durante a execução da pesquisa de campo, um dos entrevistados da classificação de subsistência não se sentiu confortável para responder a questão da entrevista semiestruturada, o que nos instigou a entrevistar um indivíduo a mais, para manter a totalidade das entrevistas dentro da margem estatística, totalizando 70 entrevistados.

Nas publicações gostaríamos de citá-los pelos seus nomes, porém o sigilo nos impede, portanto, serão denominados ENT- (+ a ordem sequencial em que foram entrevistados), ou seja, ENT-1 para o 1º entrevistado, ENT-2 para o 2º, e assim sucessivamente, até ENT-70.

Além dos entrevistados dentro dos critérios de inclusão, também foram entrevistados diversas outras pessoas com conhecimentos pertinentes na região, ou com representatividade social relevante, às quais denominamos (DIV-) e as cozinheiras do “acampamento da boia” quando cozinhavam na sede da associação para os trabalhadores da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus – SEMINF, naquela comunidade, que viemos a alcinhá-las de (TRU-), seguido da numeração sequencial.

Resumo das entrevistas citadas no Diário de Campo

SIGLA	ID	LOTE	NOME	CP	X	SIGLA	ID	LOTE	NOME	CP	X	SIGLA	ID	LOTE	NOME	CP	X	OUTRAS FONTES.
ENT-1	42			C-2	C	ENT-25	58			C-1	E	ENT-49	63			C-3	C	TRU-1
ENT-2	55			C-3	C	ENT-26	29			C-1	A	ENT-50	37			C-3	C	TRU-2
ENT-3	34			C-3	E	ENT-27	64			C-3	E	ENT-51	45			C-1	C	TRU-3
ENT-4	41			C-3	E	ENT-28	58			C-2	C	ENT-52	50			C-1	E	TRU-4
ENT-5	74			C-2	E	ENT-29	71			C-2	E	ENT-53	46			C-2	E	TRU-5
ENT-6	37			C-3	E	ENT-30	52			C-3	A	ENT-54	70			C-2	E	TRU-6
ENT-7	65			C-3	E	ENT-31	56			C-3	C	ENT-55	36			C-1	C	TRU-7
ENT-8	66			C-3	E	ENT-32	44			C-1	C	ENT-56	32			C-1	E	TRU-8
ENT-9	63			C-3	C	ENT-33	53			C-2	C	ENT-57	29			C-1	E	TRU-9
ENT-10	63			C-3	A	ENT-34	77			C-2	C	ENT-58	35			C-1	E	TRU-10
ENT-11	71			C-3	E	ENT-35	53			C-3	A	ENT-59	42			C-1	C	TRU-11
ENT-12	55			C-2	E	ENT-36	41			C-2	E	ENT-60	72			C-2	E	TRU-12
ENT-13	33			C-2	E	ENT-37	45			C-2	E	ENT-61	61			C-2	E	TRU-13
ENT-14	60			C-3	E	ENT-38	69			C-2	C	ENT-62	40			C-3	C	TRU-14
ENT-15	38			C-3	C	ENT-39	67			C-3	E	ENT-63	62			C-2	E	TRU-15
ENT-16	66			C-3	C	ENT-40	49			C-3	E	ENT-64	60			C-2	E	
ENT-17	54			C-2	E	ENT-41	57			C-1	C	ENT-65	43			C-2	E	DIV-1
ENT-18	56			C-3	E	ENT-42	40			C-3	C	ENT-66	57			C-2	C	DIV-2
ENT-19	50			C-3	E	ENT-43	41			C-3	C	ENT-67	52			C-2	C	DIV-3
ENT-20	74			C-2	E	ENT-44	60			C-3	N	ENT-68	56			C-2	C	DIV-4
ENT-21	63			C-3	E	ENT-45	56			C-2	E	ENT-69	43			C-2	E	DIV-5
ENT-22	68			C-3	E	ENT-46	64			C-1	E	ENT-70	25			C-2	E	DIV-6
ENT-23	31			C-2	E	ENT-47	58			C-1	E							
ENT-24	33			C-1	C	ENT-48	54			C-3	C							

INS-1 = IDESAM; INS-2 = IDAM; INS-3 = INCRA.

* ENT	Sigla destinada aos entrevistados assentados e moradores da comunidade Sajotam, dos critérios de inclusão da Amostra;	C = 25
** ID	Idade dos entrevistados (ENT) da comunidade	E = 40
*** LOTE	Número de identificação da área geográfica em que se encontra alocado os assentados e moradores da comunidade;	A = 1
**** NOME	Nome do beneficiário direto, responsável pelo lote, na área pesquisada;	N = 4
***** CP	Classificações produtivas, sendo: "C-1 Assentados do lazer"; "C-2 Produções de subsistência"; "C-3 com produções comercializadas".	
***** TRU	Trupe da boia (cozinheiras do acampamento da boia); DIV= Diversidades da comunidade; INS = Órgãos institucionais entrevistados.	
*****X	Quesito sobre "entraves" ou "contribuições" dos "assentados do lazer". E=Entrave; C=Contribuição; A=Ambos (E+C); N=Não opinou.	

Quadro 1: Relação dos entrevistados na pesquisa etnográfica no PA Tarumã Mirim

Fonte: Pesquisa de campo: (alguns dados suprimidos, devido ao sigilo)

Para proceder a pesquisa de campo, os entrevistados aceitavam participar da pesquisa, respondiam aos questionamentos e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tais documentos encontram-se arquivados, e não serão anexados a esta obra, devido ao sigilo que tal pesquisa demandou. Os órgãos institucionais autorizaram a sua identificação, porém os resultados foram citados somente nos livros 1 e 2, não sendo relevantes neste.

1.2 AS CLASSIFICAÇÕES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE AFATAM

Para a coleta de dados, as entrevistas estruturadas foram elaboradas, e aplicadas, no intuito de captar diversas informações, porém, no contexto desta obra, é válido mencionar somente a respeito das categorias nas classificações dos lotes. Tais classificações não advieram ou foram criados de forma aleatória. Seguiram os critérios adotados por Guanzirolí et. al. (2001, p.75), de acordo com a segunda escala de Grupos de Renda Total normatizado, atualizado naquela obra a partir dos Censos Agropecuários.

Porém, mais que os dados que foram informados pelos entrevistados, instigados pelo momento da pesquisa, contamos com o auxílio da Associação dos Assentados da comunidade pesquisada, para o auxílio das classificações, que foram divididas em três categorias, catalogadas como C-1 (“sítios do lazer”); C-2 (produções de subsistência) e C-3 (lotes produtivos).

Em conformidade com Guanziroli et al. (2001, p. 75), os agricultores familiares classificados como produtivos são aqueles em que a produtividade comercializada a terceiros excede R\$ 3.000,00 anuais, adequando-se em quatro escalas diferenciadas:

- a) primeira escala, entre R\$ 3.000,01 e R\$ 8.000,00 a.a.;
- b) segunda escala, entre R\$ 8.000,01 e R\$ 15.000,00 a.a.;
- c) terceira escala, entre R\$ 15.000,01 e R\$ 27.500,00 a.a.;
- d) quarta escala, acima de R\$ 27.500,00 a.a.

Produtividade comercializada anualmente abaixo de R\$ 3.000,00 é classificada como produções de subsistência.

Na análise dos resultados, foram alocados em conformidade com a produtividade declarada verbalmente, dada a impossibilidade de confirmações de forma concreta (através de notas de vendas), mas também houve o endosso da associação nas confirmações.

Na primeira escala dos “Produtivos” enquadraram-se os ENT-2, ENT-3, ENT-4, ENT-14, ENT-16, ENT-39, ENT-40, ENT-44, ENT-48 e ENT-49, totalizando 10 assentados.

Na segunda escala enquadraram-se os ENT-9, ENT-15, ENT-18, ENT-22, ENT-27, ENT-43 e ENT-62, totalizando 7 assentados.

Na terceira escala enquadraram-se os ENT-6, ENT-8, ENT-10, ENT-11, ENT-31 e ENT-35, totalizando 6 assentados.

Na quarta escala enquadraram-se os ENT-7, ENT-19, ENT-21, ENT-30, ENT-42 e ENT-50, totalizando também 6 assentados. As classificações das quatro escalas com 29 assentados produtivos, se apresentam conforme Gráfico 1.



Gráfico 1: Escala produtiva dos agricultores familiares

Fonte: Pesquisa de campo em adequação às escalas de Guanziroli et al. (2001, p. 75)

As catalogações ocorreram em conformidade com as informações prestadas

pelos entrevistados e reconfirmadas pelos líderes da comunidade Afatam, na busca pela aproximação aos fatos reais. As rendas econômicas originaram-se da venda das produções decorrentes de plantios e criatórios, bem como das atividades do lazer, comercializados na região e verificados *in loco*.

1.2.1 Classificação C-1: “sítios do lazer”

Para se adequar a esta categoria, dentro dos critérios de inclusão, os lotes deveriam apresentar as seguintes características:

a) os proprietários (assentados ou moradores) só comparecem nos seus respectivos sítios nos finais de semana (ou somente algumas vezes no ano), ficando o restante do tempo com a residência fechada;

b) as propriedades são cuidadas por caseiros (denominados como “prepostos” pelo INCRA), e os proprietários não mantêm residência fixa no lote, aparecendo somente esporadicamente para “ver como está” o seu “investimento”, sendo o restante do tempo residido na propriedade somente os caseiros;

Alguns quesitos se tornaram essenciais, para a sistematização adequada, seguindo uma padronização previamente elaborada:

a) para os “sítios do lazer” que no momento das entrevistas que não se assumiram como “assentados do lazer” (por receios), foram posteriormente recatalogados corretamente pela administração atual da associação de moradores e reconfirmada pela administração anterior, firmando carimbo e assinatura no formulário na nova catalogação, e arquivadas, para fins de veracidade;

b) em virtude da dificuldade em localizar o próprio beneficiário da terra, procedeu-se a entrevista com alguns caseiros, somente após cinco tentativas de localizar o proprietário, em datas alternadas, registrando na ficha-relatório as referidas datas das tentativas de localizá-los;

c) nos lotes em que não foi possível localizar nem caseiro nem proprietário em todas as tentativas, os mesmos não puderam ser catalogados, ficando, portanto, na margem do desvio-padrão;

d) nos lotes onde não foi possível observar a produtividade (com a existência de canteiros, cultivos, criatórios, plasticultura) devido a proibição por parte do proprietário, ou outro motivo similar, e os líderes comunitários não estarem seguros do fato econômico, o mesmo também foi descartado, para, com tal procedimento, a pesquisa aproximar-se ao máximo da veracidade dos fatos relatados.

FICHA RELATÓRIO DOS "ASSENTADOS DO LAZER" DA COMUNIDADE										
Seq.	N. Sítio	Nome	Tentativa 1	Tentativa 2	Tentativa 3	Tentativa 4	Tentativa 5	Contato com	Benef/Caseiro	Data da entrevista
1			21/12/2015	19/12/2015	27/12/2015	03/01/2016	09/01/2016	-	-	Impossibilitado p/entrevistar
2			18/12/2015	19/12/2015	21/12/2015	02/01/2016	03/01/2016	-	Caseira	09/01/2016
3			18/12/2015	19/12/2015	21/12/2015	02/01/2016	03/01/2016	-	Beneficiário	09/01/2016
4			16/12/2015	17/12/2015	18/12/2015	21/12/2015	02/01/2016	-	Caseira	09/01/2016
5			16/12/2015	18/12/2015	19/12/2015	21/12/2015	27/12/2015	-	Caseiro	09/01/2016
6			14/12/2015	15/12/2015	16/12/2015	17/12/2015	18/12/2015	-	Beneficiário	19/12/2015
7			21/12/2015	19/12/2015	27/12/2015	03/01/2016	09/01/2016	-	-	Impossibilitado p/entrevistar
8			17/12/2015	19/12/2015	20/12/2015	-	-	-	Beneficiário	27/12/2015
9			18/12/2015	19/12/2015	27/12/2015	03/01/2016	09/01/2016	-	-	Impossibilitado p/entrevistar
10			18/12/2015	19/12/2015	27/12/2015	02/01/2016	09/01/2016	-	-	Impossibilitado p/entrevistar
11			14/12/2015	15/12/2015	16/12/2015	17/12/2015	18/12/2015	-	Caseiro	19/12/2015
12			14/12/2015	15/12/2015	16/12/2015	17/12/2015	18/12/2015	-	Beneficiário	19/12/2015
13			15/12/2015	16/12/2015	17/12/2015	19/12/2015	21/12/2015	-	-	Impossibilitado p/entrevistar
14			19/12/2015	20/12/2015	21/12/2015	27/12/2015	-	-	Beneficiário	03/01/2016
15			19/12/2015	20/12/2015	27/12/2015	02/01/2016	-	-	Beneficiário	03/01/2016
16			17/12/2015	20/12/2015	21/12/2015	26/12/2015	-	-	Beneficiário	02/01/2016
17			14/12/2015	16/12/2015	17/12/2015	19/12/2015	-	-	Beneficiário	21/12/2015
18			18/12/2015	19/12/2015	21/12/2015	02/01/2016	03/01/2016	-	Caseira	09/01/2016
19			18/12/2015	20/12/2015	21/12/2015	27/12/2015	-	-	Beneficiário	02/01/2016

Quadro 2 – Ficha relatório dos “Assentados do lazer” categoria C-1

Fonte: Pesquisa de campo (alguns dados suprimidos, devido sigilo)

1.2.2 Classificação C-2: produção de subsistência

Para se adequar a esta segunda categoria, dentro dos critérios de inclusão, os lotes deveriam apresentar as seguintes características:

- os lotes com produções que geraram excedentes para comercialização menor que de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao ano, aproximadamente;
- os lotes com produções somente para subsistência própria;
- os lotes sem produção aparente, porém com os beneficiários tendo residência fixa no local, sendo a sua subsistência através de outras formas, tais como: em prestações de serviços em outras localidades dentro do assentamento; Bolsa Família; recursos advindos de aposentadorias ou pensões.

1.2.3 Classificação C-3: produtivos

Para se adequar a esta terceira categoria (a mais adequada a um assentamento rural), dentro dos critérios de inclusão, os lotes deveriam apresentar as seguintes características:

- os lotes com produções que geraram excedentes para comercialização acima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao ano, aproximadamente;



Figura 1: Estufa de pimentões em início de produção - Classificação C-3

Fonte: Pesquisa de campo

b) os lotes que possuíam infraestrutura adequada (estufas com plantios iniciais, galinheiros com pintinhos; tanques escavados com alevinos) em início e com indícios produtivos foram catalogados nessa categoria;

c) possuíam atividades que, agregados à produção agrícola, atinjam ao patamar financeiro estipulado, tais quais: extrativismo, vendas de mudas, produtos processados artesanalmente (tais como o açaí, a bacaba, o buriti), em forma de polpas, etc;

Para as informações prestadas não foram solicitadas comprovações oficiais, tais como notas fiscais de vendas ao consumidor, devido à impossibilidade para tal, bastando a informação verbal fornecida pelo beneficiário da terra, e confirmadas pelas informações prestadas pela associação de moradores quando das catalogações, e também pelas verificações *in loco*.

No transcorrer da pesquisa detectamos que alguns lotes descritos como produtivos no relatório fornecido pela associação, a renda decorria em parte pela “comercialização do lazer”, atingindo o patamar econômico estipulado, e dessa peculiaridade adveio diversas vertentes que antes não estavam previstas. Porém, devido a sua relevância, mereceu “um olhar mais acurado”, na busca por melhores entendimentos, o que culminou nesta 3ª obra da Trilogia “PA Tarumã Mirim”.

MAPA DAS CLASSIFICAÇÕES NA COMUNIDADE AFATAM, NO PA TARUMÃ MIRIM

CLASSIF	ENTREVISTADOS									
	C-1	ENT-24	ENT-25	ENT-26	ENT-32	ENT-41	ENT-46	ENT-47	ENT-51	ENT-52
	ENT-56	ENT-57	ENT-58	ENT-59						
C-2	ENT-1	ENT-5	ENT-12	ENT-13	ENT-17	ENT-20	ENT-23	ENT-28	ENT-29	ENT-33
	ENT-34	ENT-36	ENT-37	ENT-38	ENT-45	ENT-53	ENT-54	ENT-60	ENT-61	ENT-63
	ENT-64	ENT-65	ENT-66	ENT-67	ENT-68	ENT-69	ENT-790			
C-3	ENT-2	ENT-3	ENT-4	ENT-6	ENT-7	ENT-8	ENT-9	ENT-10	ENT-11	ENT-14
	ENT-15	ENT-16	ENT-18	ENT-19	ENT-21	ENT-22	ENT-27	ENT-30	ENT-31	ENT-35
	ENT-39	ENT-40	ENT-42	ENT-43	ENT-44	ENT-48	ENT-49	ENT-50	ENT-62	

RESULTADOS

CLASSIFICAÇÃO	C-1	(Sem produtividade e sem residência definitiva no lote)	14%	14
CLASSIFICAÇÃO	C-2	(Subsistência ou produtividade < R\$ 3.0000,00 anuais)	38,57%	27
CLASSIFICAÇÃO	C-3	(Produtividade > R\$ 3.000,00 anuais)	41,43%	29
TOTAL				70

Tabela 1 – Mapa das classificações econômicas

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme a metodologia adotada, constituía parte da pesquisa o tempo dispensado, no intuito de misturar-me, fazer-me pertencente àquela comunidade, conhecer “suas dores e seus amores”, no que concerne ao cotidiano dos entrevistados e seus familiares. Foi essencial não ter pressa na execução da pesquisa, pois minúcias observadas foram importantes na interpretação dos dados, ademais, em conversas mais alongadas, captei melhor tanto o dito, quanto o não dito. Sabemos que em diversas situações nas pesquisas, o momento da entrevista instiga a comportamentos diversos daquele no cotidiano, por isso a necessidade de longo tempo na pesquisa etnográfica..

Ao me afastar de alguns lotes após o contato com os entrevistados, em que observei divergência com o registrado na ficha-relatório, realinhei as informações e reconfirmei com os colaboradores da pesquisa, Ent-2 e ENT-35, em um trabalho minucioso e participativo, no intuito da veracidade, para poucos desvios-padrões.

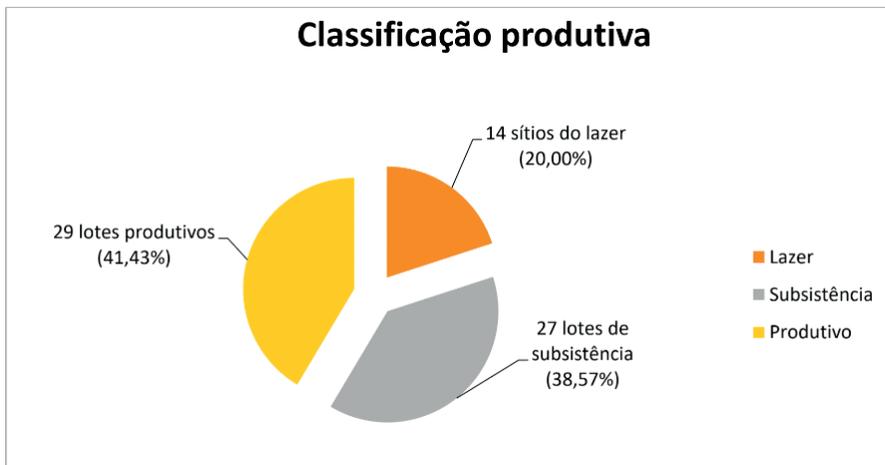


Gráfico 2 – classificação produtiva da comunidade Afatam
Fonte: pesquisa de campo

A entrevista estruturada na pesquisa teve três propósitos: conhecer os sujeitos da pesquisa; captar os aspectos subjetivos (observar, ouvir, inquirir), interligando assim a técnica da entrevista com a observação participante; deixar à vontade os entrevistados à medida que as perguntas fluíram livremente, dando-lhes o espaço-tempo para relaxar e permitir uma melhor aproximação entre pesquisadora e pesquisados. Vamos a seguir “mergulhar” no PA Tarumã Mirim, sacudir a poeira da metodologia, das classificações, e conhecer um mundo de trabalho e lazer, dentro de um assentamento rural.

2. AMAZONAS: A TERRA DAS ÁGUAS

Os rios amazônicos, vias de tráfego de pessoas e mercadorias, foram reconfigurados em recurso natural, sem perda daquelas funções, acrescentando-lhes novas formas de negócios, conforme ditos de Batista e Miranda (2019), e, nessas reconfigurações, os sentidos e significados foram redimensionados também para as perspectivas mercantis.

Os rios tornaram-se, então, importantes elementos geradores de renda e de poder, conforme permanece nos elucidando Batista e Miranda (2019), porque as águas se conformaram também como elemento de disputa, a abastecer a sociedade, se instituíram também como vias de tráfego, enunciando a possibilidade de um (hidro)negócio. A água, como elemento imprescindível à vida, é o maior desafio da humanidade, atualmente.

Os obstáculos para assegurar seu acesso atual e de futuras gerações são de diversas ordens, pelas condições de como a água se encontra nos ambientes, em particular a “água doce”, que representa apenas 2,5% das águas no planeta, imprescindível, porque sem ela, não há vida.

O território amazonense reserva 16% de toda a água doce do planeta, alimentada pelos inúmeros rios que singram o Estado. Dentre os dez maiores, que totalizam mais de 2.896.476 Km² em 20 mil km de vias fluviais navegáveis, conforme a Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA do Amazonas (2018), em seu Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas PERH-AM, torna o Amazonas a “Terra das águas”. A importância dos rios está relacionada aos aspectos sociais, econômicos e ambientais da região.

As águas também possuem a prerrogativa de abrigar inúmeras espécies da fauna e flora necessárias ao equilíbrio e manutenção dos ecossistemas. Dos rios se tira a água para as tarefas diárias, o peixe para alimentação e comércio; em alguns lugares minérios considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, além de ser um importante meio de transporte na região. Além dessa gama de utilidades, as águas amazônicas também possuem um grande potencial turístico, o que caracteriza o Amazonas como o polo das águas.

Diversos rios privilegiam o Amazonas, tais como: Rio Negro, Solimões (e, ao unirem-se forma o Rio Amazonas), Madeira, Juruá, Purus, Içá, Uaupés e Japurá, conforme dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 2012). Aliados a esse universo verde, estão também outros rios (Canumã, Jutai, Preto da Eva, Urubu, Xingu, etc.), lagos¹ (Encantado, Jucurui, Verde, Acarituba, Pingá, etc.) e igarapés² (Mindu, Tarumã Açu, Tarumã Mirim, etc.), componentes indispensáveis para marcar o contato inesquecível com a maravilhosa natureza amazônica (SEMA, 2015).

1. Lago é uma formação natural que armazena de maneira constante uma elevada quantidade de água. A água contida em um lago tem várias origens: nascente própria, água de chuva, etc. Fonte: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/lagos.htm>

2. Igarapé é um curso de rio ou canal. Existem principalmente na Bacia amazônica, e são conhecidos por só darem passagem a embarcações pequenas, pois possuem pouca profundidade. Fonte: <https://www.significados.com.br/igarape/>

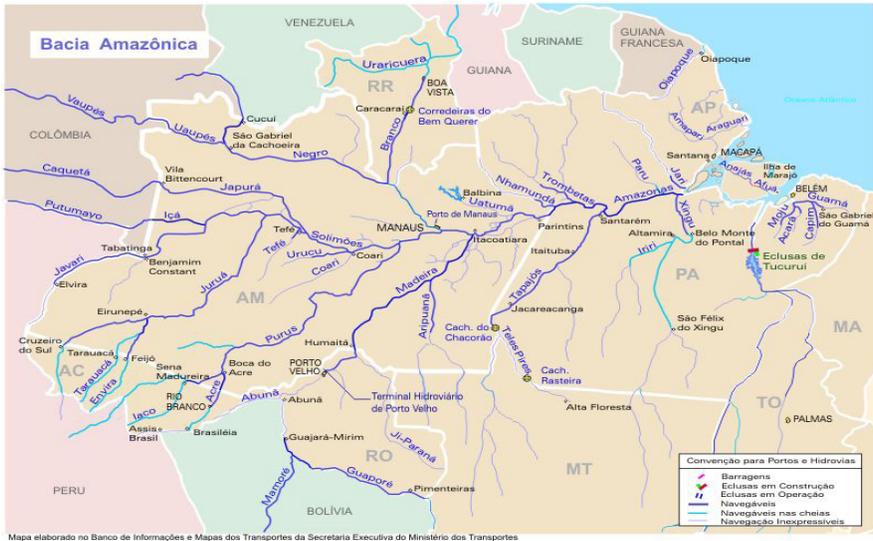


Figura 2: Bacia Amazônica
 Fonte: Google

Este “paisagismo líquido”, corrente, negro, turvo ou barrento, formam caminhos suaves ou revoltos, percorrendo distâncias, interligando comunidades, transportando bens materiais, fomentando sonhos de ir e/ou voltar.

Com o desenvolvimento de Manaus, junto com o progresso veio também a degradação de diversos igarapés, devido ao descuido do poder público, mas também pela falta de conscientização e educação ambiental da população, esquecendo-se que essas mesmas águas, que as estão poluindo, é também fonte de lazer e prazer.

Mais afastados das áreas urbanas de Manaus, alguns igarapés escaparam da poluição das suas águas e da degradação das suas margens, mantendo o seu manto verde, como os igarapés Tarumã Açu e Tarumã Mirim.

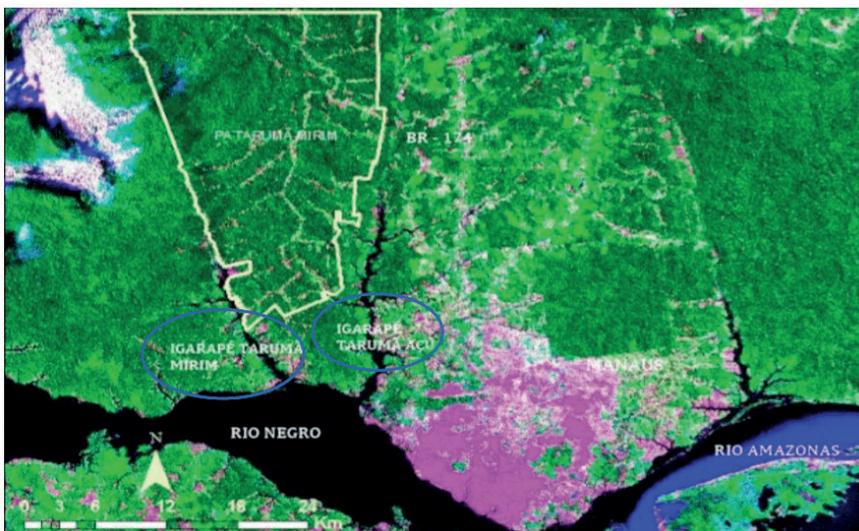


Figura 3: Rios e igarapés que delimitam o PA Tarumã Mirim
Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (2011)

E são nessas águas, a circundar o PA Tarumã Mirim, que iremos, a partir desse marco, iniciar uma nova história: um enlevo entre assentamento rural, agricultura familiar e *balnearismo*, ora nascendo tímido, acabrunhado, somente num “entrebriar de olhos”, com uma visão estendida entre a comercialização do lazer, e a visão empreendedora no “setor de serviços”, onde, naquele ambiente mítico, alguns assentados “escutam” a voz da floresta, e substituíram o machado, a motosserra e o facão, por um cultivo mais sustentável: o turismo de cercania, margeando entre o urbano e o rural, a transformar o lazer em mercadoria sustentável, com características de sustentabilidade.

2.1 PA TARUMÃ MIRIM: ENTRE O URBANO E O RURAL

Podemos dizer que o PA Tarumã Mirim se insere entre o urbano e o rural, porque sua proximidade à metrópole é inegável. Percorre-se somente 21 km na BR 174, e mais 6 km pelo ramal do pau Rosa, e já adentra no assentamento, a partir do igarapé Tarumã Mirim.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado pelo INCRA, através da Resolução nº 184, de 20 de agosto de 1992, estando aquele imóvel rural inserido no Projeto Fundiário Manaus da década de 1970 e com o decorrer do processo foi-se subdividindo em diversas comunidades, dentre elas a comunidade Afatam.

O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e a noroeste pelo Igarapé Tarumã Açú.

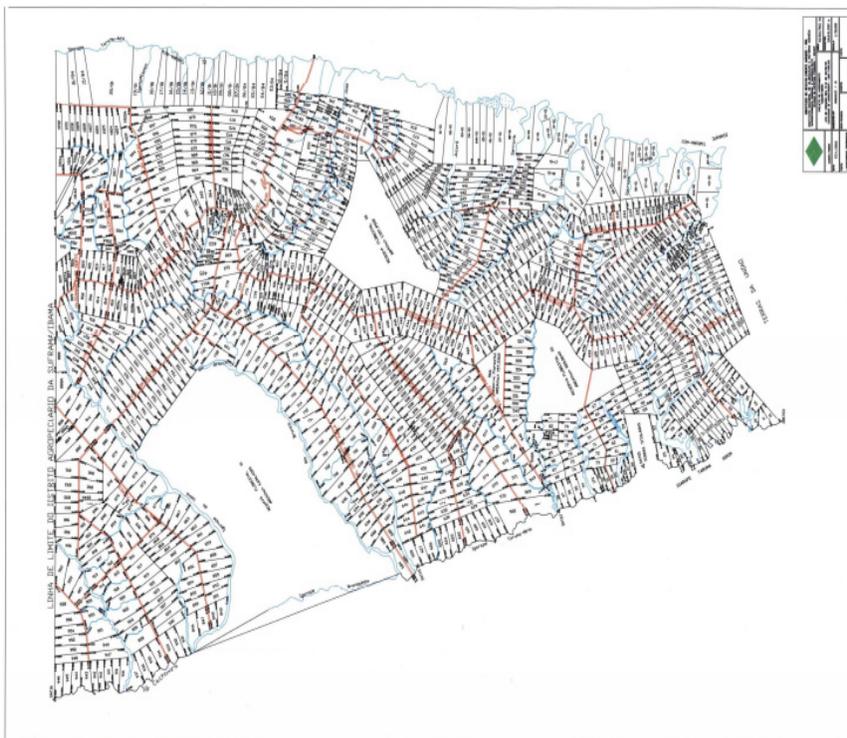


Figura 4: Mapeamento do PA Tarumã Mirim – Divisão dos lotes

Fonte: Martins (2010) apud INCRA-AM (2009). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-06112013-154927/publico/ANA_CRISTINA_FERNANDES_MARTINS_doutorado.pdf

Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), área preservada em boa parte, com fauna e flora resguardada, exceto alguns trechos.

O Projeto de Assentamento Tarumã Mirim possui uma área de 42.910,76 ha (429 km²), com capacidade para assentar 1.042 famílias (INCRA/AM 1999:1). Devido à grande extensão que delimita o PA Tarumã Mirim (429 km²), tornou-se inviável abrangê-lo na sua totalidade quando da pesquisa de campo, portanto selecionamos uma comunidade para as entrevistas (a comunidade Afatam e adjacências), e as complementariedades detectadas pela observação participante em partes do assentamento.

O PA Tarumã Mirim, devido às diversas peculiaridades existentes, já foi palco de pesquisas abordando fartas vertentes, às quais relatamos aqui somente algumas. Não por descrédito às outras, mas pela gama extensiva:

- 1) Recepção da informação: A efetividade da comunicação institucional da EMBRAPA pelos agricultores familiares do assentamento Tarumã Mirim, na região metropolitana de Manaus³;

3. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2293>.

- 2) Comunidade Amigos Imigrantes: rural-urbano (PA Tarumã-Mirim - AM);⁴
- 3) A comunidade do Pau Rosa/Amazonas (PA Tarumã Mirim – grifo nosso) e a relação entre natureza, cultura e o processo saúde/doença;⁵
- 4) Assentamento Tarumã-Mirim (AM): uso do território e políticas públicas;⁶
- 5) Dinâmica da paisagem do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim: uma contribuição temporal e preditiva;⁷
- 6) O currículo da educação infantil: um estudo em escola municipal no assentamento Tarumã Mirim;⁸
- 7) Ações integradas em busca da sustentabilidade no Assentamento Tarumã-Mirim, zona rural de Manaus (AM);⁹
- 8) Alternativas socioambientais para gestão comunitária no assentamento do Tarumã Mirim, Manaus-AM;¹⁰
- 9) Questão agrária e etnoconhecimento camponês na comunidade Pau Rosa, assentamento Tarumã Mirim, Manaus-AM;¹¹
- 10) Agregação de Valor à Produção de Hortifrutos na Comunidade Tarumã Mirim-AM Via Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal e Conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional;¹²
- 11) Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em áreas de assentamento em Manaus AM (loco da pesquisa no PA Tarumã Mirim-AM. Grifo nosso);¹³
- 12) Quinze artigos científicos publicados, duas coletâneas e três livros desta autora, juntamente com a coautora desta obra, conforme links registrados no currículo lattes mencionado no rodapé desta obra;¹⁴

Com tantos pesquisadores voltados a conhecer, analisar, esmiuçar o PA Tarumã Mirim-AM, algo instigante existe ali, que mereça tantos olhares. Que mais olhares se voltem

4. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1435_1.pdf.

5. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000100003.

6. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1432_1.pdf.

7. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4512>.

8. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-1.pdf>.

9. Disponível em: https://orgprints.org/22955/1/Costas_A%C3%A7%C3%B5es.pdf.

10. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2980/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Claudia%20Eugenio%20da%20Silva.pdf>.

11. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122013-102729/publico/2013_SorayaDo-CarmoSouza_VCorr.pdf.

12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sbctars-eventos/xxvcbcta/anais/files/1238.pdf>.

13. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-06112013-154927/publico/ANA_CRISTINA_FERNANDES_MARTINS_doutorado.pdf

14. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1295311424092193>

a ele. O meu, o seu, o nosso, e das instituições governamentais destinadas a estimular, orientar e cuidar, bem como outras vertentes que têm as prerrogativas de fiscalizar e proteger o meio ambiente contra os predadores humanos que destroem a natureza, com as queimadas irresponsáveis ou o uso indiscriminado das motosserras. Olhar para a preservação e sustentabilidade, para que o amanhã o projeto de assentamento ainda permaneça com possibilidades ao turismo rural.

2.1.1 A pesquisa de campo no PA Tarumã Mirim

No transcorrer da pesquisa de campo, deparamo-nos com uma forma de trabalho que dista das comumente observadas na agricultura familiar dentro de um assentamento rural: a venda do lazer.

Tal aspecto não estava previsto inicialmente, quando da elaboração do projeto de pesquisa para o mestrado, apresentando-se como “elemento surpresa” em meio à pesquisa preliminar naquele momento.

Quantitativamente, esse ramo de atividade não se destaca dentro da comunidade pesquisada, visto que, dos 70 lotes pesquisados naquele espaço geográfico (a comunidade Afatam e adjacências), somente cinco lotes, correspondendo a 7,14%, têm essa atividade como meio de subsistência, possuindo igarapé em suas terras. Localizei mais dois “comerciantes do lazer” dentro da comunidade, porém que não possuía tal atrativo líquido e corrente, mas com uma natureza exuberante em seus sítios, bem preservada, num convite ao ócio e contemplação.

Diversos outros sítios às margens do igarapé Tarumã Mirim, fora da comunidade, e também nas adjacências da comunidade Afatam, exploram o lazer comercial, o que facilitou as visitas e as pertinentes observações. A relevância se destaca não pela quantidade, como já mencionado, porém pelo que ela representa: um novo paradigma de subsistência com sustentabilidade, no âmbito da agricultura familiar, dentro de um projeto de assentamento rural.

Em diálogos com alguns “comerciantes do lazer”, percebemos que essa atividade econômica lhes é satisfatória, conforme destaques fragmentados das entrevistas a seguir:

- A nossa atividade aqui de vender o lazer pra outras pessoas é menos *disgastante* do que a lida na terra. No roçado, é com sol e chuva na cabeça da gente. Esta atividade dá mais lucro do que a agricultura. Aqui nos banhos, é só cuidar, preservar, manter o que Deus nos deu, e viver disso, porque, se cuidar direitinho, isso nunca se acaba. Vai morrendo mato, nascendo mato novo, e tudo vai se renovando. (ENT-2);

[...]

- Tenho água, terra, mata *bunita*, disposição pra manter o banho convidativo, o povo chega até aqui, tem um silêncio danado, e gente que quer sossego, então por que *num vô* fazer disso o meu negócio? Muita gente daqui me diz “vai plantar mandioca pra fazer farinha”, mas o que eu faço também é trabalho,

só que não é pra plantar. É pra cuidar. Aqui é claro que eu uso o machado, a foice, o facão, mas é só pra abrir *trieiro*, pra dá *passage*, pra tudo ficar mais *bunito*. E só. Nada de *dismatá*, *sinão tô destruindo* meu ganha-pão. (ENT-15);

[...]

- Gastei muito pra deixar esse banho desse jeito, mas valeu a pena. Não precisei tocar fogo em nada e, como a nascente dessa água nasce aqui dentro do meu lote mesmo, então sei que vou ter água pra esse banho a vida toda, porque lá na nascente não deixa ninguém nem chegar perto. É só natureza mesmo, lá só vai os bichos beber água, os passarinhos caçar frutinhas, e só. É tudo intocado. E sei que esse cuidado é importante. (ENT-35);

[...]

- Eu sei que a gente tá na contramão dos outros, investindo mais aqui do que na roça. Lá [na roça] eu trabalho durante a semana, mas eu *tô* mais de olho aqui, porque aqui, se eu *cuidá*, dura por toda a vida. Não me arrependo de ter escolhido esse jeito de ganhar a vida, sustentá minha família daqui. E *tô* cuidando da terra pros meus filhos, meus netos e, se Deus permitir, até pros meus bisnetos, se a minha geração continuar cuidando direitinho daqui. (ENT-62).

Esse processo do aproveitamento da água para transformá-la em trabalho (e lazer para outrem) instiga também à comercialização dos produtos locais, processados ou *in natura*, tais como o açai, a bacaba, o buriti, os “churrasquinhos no espeto”, a galinha à cabidela. O peixe no escabeche também se transforma em mercadoria, a satisfazer o paladar do visitante e os objetivos econômicos do assentado.



Figura 6: Espaço reservado ao lazer em um sitio no PA Tarumã Mirim

Fonte: Pesquisa de campo

Percebemos também que, mesmo em lotes em que os assentados não são privilegiados com os igarapés, alguns moradores se beneficiam desse ramo comercial, segundo algumas confirmações coletadas no decorrer da pesquisa de campo:

- *Num* tenho igarapé aqui no lote que *dê* pra fazer banho nem nada, mas, nos finais de semana, quando *num* tá chovendo, vou lá pro lote do meu compadre [ENT-15], que deixa eu vender minhas coisinhas lá, pros clientes dele. Vendo meus guardanapos, minhas toalhas bordadas, meus panos de prato. Ele vende as coisas dele e eu as minhas. *Núm tá ruim. Tá* nos conforme. (ENT-13).

[...]

- Vou lá pro meu amigo [ENT-35] ajudar ele nos dias de maior *movimento*. Ele me chama e eu vou. E um ajuda o outro. Durante a semana levo meu açai pra cidade, vendo lá na feira do produtor e, no final de semana, quando *num tá* chovendo, vendo pra cá... O pessoal que vem banhar pra cá gosta muito do meu açai. É puro mesmo, sem mistura de nada. O pessoal fica satisfeito, e eu também, que vivo disso. (ENT-31);

[...]

- Sou bom na *fazeção* de banho. Quando alguém por aqui *qué fazê* um banho bem *bão* me chama. No pessoal daqui *qui* recebe cliente, tem que manter tudo *bunito*, limpo, organizado. Sabendo que faço tudo direitinho, sempre tenho uns *servicim* aqui, outro ali, todo mundo fica satisfeito. Ganha o dono do lote, *qui* aluga o espaço e vende a *cumida*, ganha o visitante *qui discança*, e ganho eu, dando mão de obra e fazendo banho *bunito*. (ENT-26).

Tal fato nos reporta mais uma vez aos estudos de Matos (2015, p. 117), quando relata que “o Amazonas proporciona o exotismo do seu paisagismo ao mexer com as emoções de muita gente”, ou ainda quando cita que, “enquanto alguns moradores, no afã produtivo, brocam e derrubam, para na área fazerem os seus cultivos, os ‘do lazer’ procuram manter intactos os traços florestais, ou conservando as margens dos igarapés, valorizando os seus lotes e a natureza nele existente” (ibidem, p. 202), para que a possibilidade do lazer não desvalorize o seu “produto” ou a sua “mercadoria”.

O governo do Amazonas, em 1991, elaborou um estudo intitulado Turismo: rumo ao século XXI, já visualizando os prognósticos das possibilidades turísticas da região, vindo a esclarecer que

A vegetação exuberante, serpenteada pelo volumoso rio Amazonas, que se estende às mais longas distâncias, através de seus afluentes, paranás, igarapés e igapós, é a mais forte imagem do estado do Amazonas, principal portão de entrada e polo distribuidor de turismo na região [...]. Por milhares de anos a selva tem abrigado homens que vivem em total harmonia com esse meio ambiente. Convivem com a enorme diversidade de plantas e animais que não é encontrada em nenhum outro lugar do planeta; O homem tem se beneficiado dessa fabulosa reserva de fármacos, alimentos e recursos naturais (AMAZONAS, 1991, p. 25).

Vegetação e água são partes da matéria-prima de valor estimado no Amazonas, percebidos ainda no século XX, e confirmado em pleno século XXI, como um extremo atrativo amazônico, a direcionar ao turismo e instigar ao lazer, como renovação das emoções. É nesse prisma das emoções que a região pode deslanchar-se em aspectos econômicos, e isto nos impulsiona a analisar o lazer como forma produtiva, percebendo sua importância, tanto para o indivíduo, em termos biológicos e sociais, quanto pela contribuição direta e indireta para a otimização produtiva no trabalho.

Os finais de semana para esses “comerciantes do lazer” representam dias úteis de trabalho, no vai-e-vem entre o atendimento ao cliente e as preparações das iguarias locais, em processos que envolvem toda a família.

No transcorrer da semana retornam para suas rotinas como agricultores, ou trabalhadores que ofertam a sua mão de obra disponível, e a vida continua, até chegar um novo final de semana, e a labuta continua, num círculo entre plantar alimentos, criar peixes, coletar especiarias e vender o lazer.



Figura 7: O lazer rural. Área de banho em sítio no PA Taramã Mirim

Fonte: Pesquisa de campo

Alguns desses comerciantes me confidenciaram que a lucratividade advinda no “negócio de vender o lazer” é superior ao que retiram dos cultivos nas suas propriedades, conforme algumas confirmações:

- Entre *torrá* de sol a sol, arrancando toco, brigando *cum* as *praga*, tendo *prijuízo cum* as *simentes qui* num germinam, é mais *vantage* eu cultivar os banhos, cuidar de *preservá* a natureza, e atender bem meus clientes, e da natureza *tirá* meu sustento e da *famia*. É mais lucro e menos dor. A vida de *agricultô* sem dinheiro pra *invisti* na terra *cum* maquinário, correção desse solo

pobre, é muito difícil (ENT-2);

[...]

- Óia dona, pra escolher entre sobreviver aqui do que a terra dá, e concentrar mais a atenção pra alugar pros eventos, eu *prifiro* o último. Eu cuidando direitinho daquilo qui eu ofereço pros finais de semana, num tem perda, num tem erro. É bem verdade qui tempo de chuva o negócio cai um pôco, mas é purisso *qui* eu tenho também minhas plantaçozinha, pra acudir na necessidade, mas o forte mesmo aqui é eu vender o lazer, como a senhora diz (ENT-62).

Isto reforça as análises de que o Tatumã Mirim possui as peculiaridades específicas para o lazer se transformar em um nicho econômico que pode amenizar os problemas produtivos existentes devido ao solo que necessita de correções, e à falta de recursos para amenizar esses problemas. Basta um olhar mais estendido, além do solo revirado, da mata queimada, do risco da contaminação da água devido ao uso de agrotóxicos, e enxergar as potencialidades turísticas existentes no assentamento.

3. TERRA DE TRABALHO, SITIOS DE LAZER

A posse pela terra é tópico que nos remete a primórdios da humanidade, pela necessidade do abrigo e da produção. No Brasil, leis são redigidas para assimilar os trâmites governamentais quanto às necessidades sociais, no que concerne aos fatores terra, subsistência e produtividade. Essa “posse à terra”, para inúmeros indivíduos, só se concretiza a partir da intermediação governamental, através de políticas públicas, criando assentamentos rurais, com incentivos à agricultura familiar.

Em conformidade com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mais de 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares¹. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar (ou agroindustrial). Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Porém, entre “ter terra” e conseguir dela subsistir, longas trajetórias de perspectivas e desenganos ocorrem na agricultura familiar, e, regido pelo Estado em um assentamento rural, mais dista do sonho do “próprio chão” produtivo, conforme bastante explanado no 2º livro da Trilogia PA Tarumã Mirim-AM, quando detectamos vácuos entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, a permear de lacunas entre o que “é” e o que “deveria ser” na agricultura familiar, dentro de um projeto de assentamento rural.

Mas não deveria ser assim, porque há possibilidades de mudar esse cenário, principalmente no PA Tarumã Mirim, conforme diversas explicações nesta obra, a dialogar entre teorias e verificações. A Organização Mundial de Turismo (OMT) explica sobre duas tendências mundiais: a primeira sendo a procura por destinos turísticos ecologicamente corretos e planejados, em que as viagens deixarão de ser motivadas, apenas, para uma experiência de descanso; e a segunda, para o enriquecimento cultural.

O estado do Amazonas possui condições competitivas neste âmbito, por sua localização privilegiada em meio à maior floresta tropical do mundo, com rica diversidade ecológica e cultural (WITKOSKI et al., 2011). Nos aprofundamentos da coleta e posteriormente nas análises dos resultados, verificamos que o projeto de assentamento Tarumã Mirim possui potencialidades para atender à demanda turística daqueles que se enquadram nessas duas tendências mundiais.

O Amazonas é o Estado brasileiro que mais angaria possibilidades de turismo rural, porque nos oferta três parâmetros imprescindíveis, a convergir nessa direção: terra, água, floresta. No núcleo dessa contextualização, o PA Tarumã Mirim ainda acrescenta mais um elemento: área rural com proximidade à metrópole. Com esses quatro elementos, 1. Fonte: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454156/>. A FAO, sigla do inglês que significa Food and Agriculture Organization, é uma das agência das Nações Unidas, a que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza.

o PA Tarumã Mirim se apresenta como beneficiário de perspectivas a instigar sonhos e o desenvolvimento do empreendedorismo rural no tocante ao turismo. Surge ainda timidamente, numa vertente produtiva diferente daquela comumente esperada dentro de um assentamento rural, dialogando com a natureza, e mostrando que produzir vai além do uso da enxada ou do machado.

Essa nova formatação produtiva foi detectada nas entrelinhas da pesquisa, porque não era o foco central, aliás, não era foco algum naquele momento e naquele contexto, porém, à medida que mais visualizava, mais certeza havia ser aquilo um “filão” aguardando para ser descoberto: o turismo de cercania.

Entre direitos e normatizações, o PA Tarumã Mirim instiga ao lazer, impulsionando assentados e visitantes a enxergarem aquele assentamento além da enxada ou aquém da assinatura em um decreto, por possuir tantas riquezas naturais, esperando para serem exploradas economicamente, porém sabemos que, mesmo explorando o lazer de forma sustentável, é necessário que também desenvolva algum tipo de produtividade, para não descaracterizar-se das normatizações do INCRA.

No momento da pesquisa-base, pesquisávamos o lazer pelo prazer, mas quando nos deparamos com a vertente dos “comerciantes do lazer”, detectamos fatores a nos instigar, mostrando que o lazer, interligado à agricultura familiar e dentro de um projeto de assentamento, formava elos que mereciam maiores investigações, nos levando a mais problematizações, a demandar aprofundamentos que pudessem confirmar hipóteses, ou refutá-las, se fosse o caso.

3.1 O TRABALHO: ETIMOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

No intuito de entendermos com mais profundidade o termo “Trabalho”, buscamos algumas considerações sobre ele. Neves et al. (2018) em suas explicações acerca da amplitude do termo “Trabalho”, constatou que o trabalho é multifacetado na literatura, sendo abordado e discutido a partir de diversas correntes e estudiosos, encetando diferentes visões entre os pesquisadores no que se refere, principalmente, aos conceitos de significado, sentido e papel do trabalho.

O trabalho pode ser considerado um dos valores fundamentais do ser humano, vindo a exercer um papel importante como autorrealização dos indivíduos, de suas subjetividades e de sua sociabilidade, citam Neves et al. (2018), contribuindo com o desenvolvimento de sua identidade, proporciona renda e sustento, possibilita atingir metas e objetivos de vida. Ademais, concluem, possibilita demonstrar suas ações, iniciativas e habilidades, podendo, dessa forma, ser considerado uma categoria fundante do ser humano, à medida que este só pode existir trabalhando.

Popadiuk (2019) aborda que diversas obras buscam mostrar como determinadas funções avaliam o sentido do trabalho, e como alguns fatores particulares influenciam a construção desse significado, identificando meios de buscar pela felicidade e realização profissional. Nesse sentido, suas considerações referentes ao tema “trabalho” reportam que o mercado de trabalho recebe as diferentes competências adotando práticas que contribuam para gerar resultados que retornem aos profissionais. Esses resultados, em

nossas concepções, resultam em remunerações, aliados aos benefícios, congratulações, realizações, proporcionando maior ou menor sentido de prazer no desempenho.

Marx (1990) nos elucida que o trabalho é, antes de tudo, um ato que se passa entre o homem e a natureza. Nele o homem é também uma força natural. Ao mesmo tempo que modifica a natureza exterior, modifica sua própria natureza, porque o trabalho o norteia à produtividade e à ação criativa, diferindo dos outros animais, por produzir sua própria subsistência. O trabalho é a sua própria força de trabalho ou é a mercadoria (MARX, 2014, p. 91). A força de trabalho tem também um valor de uso e este pertence ao capitalista, pois ele a comprou. Ao contratar uma mão de obra para determinado fim, enquanto não findar o trabalho (se por empreita) ou findar as horas contratadas (se por diária), naquele intervalo de tempo aquela força de trabalho pertence a quem o contratou.

Etimologicamente², a palavra “trabalho” é um conjunto de atividades realizadas, através do esforço feito por indivíduos, com o objetivo de atingir uma meta. O trabalho também pode ser abordado de diversas maneiras e com enfoque em várias áreas, como na economia, na física, na filosofia, a evolução do trabalho na história, etc. a depender do contexto analisado.

Ainda pela análise etimológica³, a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Desse modo, originalmente, “trabalhar” significava “ser torturado”.



Figura 8: *Tripalium*. Significado etimológico da palavra Trabalho

Fonte: Google

No sentido original, os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos

2. Fonte: <https://www.significados.com.br/trabalho/>

3. Fonte: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/>

eram os que sofriam as torturas no *tripalium*. Assim, quem “trabalhava”, naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses. A ideia de trabalhar como ser torturado passou a dar entendimento não só ao fato de tortura em si, mas também, por extensão, às atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros etc.

A partir do latim, o termo passou para o francês *travailler*, que significa “sentir dor” ou “sofrer”. Com o passar do tempo, o sentido da palavra passou a significar “fazer uma atividade exaustiva” ou “fazer uma atividade difícil, dura”. Só no século XIV começou a ter o sentido genérico que hoje lhe atribuímos, qual seja, o de “aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim”⁴.

3.2 TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (TRAF)

Para entender o Turismo Rural de Agricultura Familiar, inicialmente buscamos orientações em nível mais amplo, junto às publicações do Ministério do Turismo (2010). Em conformidade com aquela Instituição (2010, p. 21), a conceituação do termo Turismo Rural de Agricultura Familiar (TRAF), sendo uma atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares “que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos”.

Ademais, o patrimônio cultural e natural da zona rural são os elementos atrativos a instigar os relacionamentos socioeconômicos, que propiciam vantagens tanto da oferta quanto da demanda, gerando lucratividade financeira e emocional, a desenvolver o turismo rural, considerando-se de suma importância o espaço geográfico localizado e a relação da comunidade local com o meio rural. É esta relação que o turista busca. Ao optar pelo turismo rural, ele busca a inter-relação com a natureza, a simplicidade do ambiente, a interação com o homem do campo.

Do desenvolvimento dessa explanação, para uma melhor grafia contextual, a partir desse momento citaremos o Ministério do Turismo como MTur. Inicialmente nos reportaremos ao âmbito global, posteriormente faremos uma análise a nível estadual (Amazonas) e finalmente no âmbito local (PA Tatumã Mirim-AM), que é o foco essencial desta obra.

3.3 O TRAF NA VISÃO GOVERNAMENTAL

Conforme cita o MTur (2010) O meio rural passa por grandes transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse aspecto vale ressaltar que as modernizações atingiram o campo, porém substancialmente mais nas agroindústrias ou nas grandes propriedades, não alcançando intensamente o pequeno agricultor familiar no Amazonas.

4. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/trabalho/890/>

Nesses processos agrícolas, ainda segundo o MTur (2010), com a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades (principalmente aquelas desenvolvidas na zona urbana), instigou os agricultores à busca de novas fontes de renda que gerem a dinamização econômica dos territórios rurais.

Contíguo a esse fato, a sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural, e passa a tratar rios, fauna e flora como elementos essenciais para o ser humano, como uma grande riqueza natural, ali ao seu alcance, conforme explanaremos no capítulo seguinte desta obra referente ao lazer.

Essa junção (conscientização e preservação) tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, permitindo ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo, cita o MTur (2010), e, aos poucos, o agricultor vem deixando de ser somente um produtor de matéria-prima da zona rural com seus produtos agrícolas e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo.

Sob essa perspectiva, vimos surgir o crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter transversal, dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios, podendo o Turismo Rural contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve, esclarece o MTur (2010).

Porém, para o sucesso dessa empreitada, são necessárias ações de estruturação e caracterização, para que essa tendência não ocorra desbaratinadamente, sem uma capacitação adequada, principalmente em relação ao atendimento e socialização nas intermediações entre o empreendedor rural com o turista.

A consolidação do Turismo Rural vem de encontro a uma necessidade de valorizar o ambiente rural, como uma opção de lazer para o turista e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural. São necessárias atitudes e atividades, centradas nas estruturas humanas e econômicas, para a sua consolidação, pois pouca valia haveria, se toda a estrutura física fosse adequada, porém a capacitação dos empreendedores rurais e seus colaboradores fossem inadequadas ou insuficientes.

Mtur (2010, p. 14) cita que,

Muitos moradores urbanos viajam com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos. Isso somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, pode explicar o crescimento do segmento de Turismo Rural no Brasil.

Esse cenário capta o desejo dos moradores da zona urbana, e interliga aos anseios dos agricultores da zona rural, transformando o turismo rural em elemento que proporciona qualidade de vida: pelo renovar das emoções dos turistas, e sustentabilidade aos agricultores familiares. Porém desenvolver o Turismo Rural requer superar alguns obstáculos, relata o Mtur (2010), tais como: precariedade de infraestrutura no meio rural; baixa qualificação profissional dos empreendedores rurais e falta de preparo de agências e operadoras para lidar com o segmento.

Para qualquer empreendimento o marketing se apresenta como “canal de voz” na divulgação do produto ofertado que, nesse contexto, refere-se ao turismo rural. A propaganda boca a boca é um importante meio de divulgação, e o mais barato existente no campo do marketing. Pelos aspectos do turismo rural para os pequenos empreendedores desse segmento, é essencial o cuidado nesse veículo de comunicação, por possui dois gumes: a propaganda positiva, que indica, faz boas referências, e a negativa, que repercute em dobro, e cresce exponencialmente, porque, além do empreendedor perder “aquele cliente” esse mesmo cliente ainda dissemina a outros a sua opinião negativa a respeito da sua experiência.

Beltrão (1996, p. 92) alerta que devemos considerar que o turismo requer habilidades, pois a comunicação turística se baseia no alto grau de civilidade entre os grupos sociais e suas lideranças, porque o turismo se desenvolve com competência mais íntima, conforme os resultados sociais, desde a educação até os investimentos, voltados para gerar oportunidades e situar a participação comunitária.

O Mtur (2010) apresenta outros fatores que ajudam a entender as razões pelas quais muitas localidades têm buscado este segmento do Turismo Rural, interessadas na dinamização social e econômica de seus territórios rurais e em benefícios como: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; agregação de valor ao produto primário; diminuição do êxodo rural; melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural; melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural; integração das propriedades rurais e comunidade local; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; resgate da autoestima do campesino.

Esses fatores também influenciam a interação entre o consumidor e o produtor rural, visto que, além de vender serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, podem comercializar produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato) aos visitantes. Dessa maneira, o produtor incrementa a sua renda, e o turista tem acesso a produtos de qualidade a preços acessíveis.

Mtur (2010, p. 45) ainda esclarece que,

O envolvimento da comunidade é uma das premissas para o desenvolvimento do Turismo Rural. Ao se trabalhar o segmento, é importante oferecer aos moradores a possibilidade de descobrir novas formas de olhar e apreciar o lugar onde vivem. A comunidade conhece e valoriza seu patrimônio, se orgulha do que é, e se torna um elo importante na interação com o visitante,

contribuindo para sua interpretação, para conduzir seu olhar e sensações sobre o lugar, bem como para a sensibilização de envolvidos na comercialização do destino. A apropriação e a valorização da herança cultural são fatores-chave para a preservação e conservação do patrimônio rural.

O ambiente se torna atrativo a partir da forma de o mostrar, e quando o próprio empreendedor rural enxerga um cipó mais que um cipó, mais ele busca ampliar essa visão, para que outros (os turistas) também o veja.

Lage e Milone (1991, p. 95) informam que no Brasil, onde as diversas regiões compõem um manancial muito grande de belezas naturais e atrativos turísticos, a atividade do turismo deve ser estimulada como forma de melhorar a distribuição de renda e à redução da pobreza, ofertando o que possuem, que são suas belezas naturais, fator esse confirmado também por Pellegrini Filho (1993, p. 141) quando cita que seus levantamentos demonstraram a enorme potencialidade oferecida por atrativos da natureza, que podem ser associados a atrativos culturais, em atividades turísticas.

Trigo (1996, p. 111) também confirma as possibilidades que o turismo cultural oferece, devido ao interesse das pessoas pela história, pela arte e cultura em geral, confirmando essa tendência não como um fenômeno isolado ou um modismo passageiro.

Rodrigues (1996, p. 160-161) reforça que as propostas de turismo sustentável devem basear-se em instrumentos competentes de gestão ambiental, em que o monitoramento constante para o uso adequado dos recursos turísticos locais,

... de maneira a valorizá-los e conservá-los, a otimização de uso desses recursos, de maneira que as comunidades locais se constituam em sujeitos e não objetos do processo, a valorização das manifestações culturais locais (artesanato, folclore, gastronomia, estas religiosas, mitos, lendas e crenças), na sua originalidade, como valores inalienáveis; o apoio à pesca artesanal, à agricultura e à criação de animais, tanto para consumo, quanto para complemento de renda.

Todos esses apontamentos são elementos presentes que podem ser ofertados pelo turismo rural, dentro do seu ambiente natural, interligando com a agricultura familiar, possibilitando ao agricultor proporcionar ao turista uma interconexão com a natureza.

Quando da pesquisa bibliográfica antes da pesquisa de campo, deparamo-nos com um estudo de Tuan (2012, p. 135) a respeito da topofilia, que foi pertinente observar sua amplitude na relação do homem com a natureza, principalmente do homem do campo e o meio ambiente em que vive, e que trouxe muita riqueza nas observações participantes, porque o olhar desta própria pesquisadora já estava preparada a enxergar esse aspecto topofílico entre os sujeitos da pesquisa e o ambiente em que eles vivem.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem em vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, a água,

a terra. Mais permanentemente e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

Apesar de a topofilia não ser a emoção humana mais forte, conforme explica Tuan (2012), ela pode ser irresistível quando a sensibilidade é aguçada, principalmente naquele indivíduo que sente prazer no lugar onde vive. Podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo, a ampliar a sensação de bem-estar.

O apego à terra do pequeno agricultor camponês é profundo, conhece a natureza porque ganha a vida com ela. Para o trabalhador rural, a natureza forma parte deles – e a beleza, com substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada (TUAN, 2012, p. 141).

É a partir desse apego à terra que o empreendedor rural consegue captar as nuances da natureza, as riquezas naturais da sua propriedade, e ampliá-la para que os olhos dos turistas consigam visualizá-la, e, é claro, apreciá-la. Para ele, que possui o apego com o seu ambiente, a curva de um lago é mais que uma sinuosidade natural, em uma frondosa árvore consegue visualizar mais que uma sombra, até um velho tronco, tombado ao chão, pode lhe contar uma história particular desde seu tombamento, porque ele dialoga com a natureza de uma forma particularizada.

Essa inserção sobre a topofilia foi relatada nesta obra, porque ela se apresenta como elemento a instigar o preparo da localidade para transformá-la em empreendimento, de forma lúdica e simples, criando espaços rurais que permitam ao devaneio e ao relaxamento. Quando manuseamos algo que amamos e respeitamos, a criatividade aflora como forma natural de apreciar as melhores performances no elemento, porque amor e cuidado são elementos que instigam à criatividade e à durabilidade.

A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança se quiser desfrutar polimorficamente [que se apresenta sob aspectos, formas e modos de ser diferentes – grifo nosso] da natureza. Ele necessita vestir uma roupa velha que lhe permita esticar-se no feno ao lado do riacho e embeber-se em uma mistura de sensações físicas: o cheiro de feno e de estrume de cavalo; o calor do chão, seus contornos duros e suaves; o calor do sol temperado pela brisa; a cócega produzida por uma formiga subindo pela barriga da perna; o movimento das sombras das folhas brincando em seu rosto; o ruído da água sobre os seixos e matacões, o canto das cigarras e do tráfego distante. Um meio ambiente como este pode romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e, no entanto, ser completamente desfrutável (TUAN, 2012, p. 140).

Dessas sensações advém as situações criativas, expandido aos turistas os

contornos entre o rústico, criado pelos agricultores e o místico, instigados pela natureza. A partir da absorção dessas sensações, provenientes do ambiente que o rodeia, o turista resgata suas sensações de leveza, no abandono às emoções, permitindo que o “prazer” seja maior que o “pagar”, porque os momentos de interações com o meio ambiente e os sons rústicos o transportam emocionalmente ao patamar singelo onde concorrência, conflito, competitividade, autoritarismo ficam relegados a um segundo plano.

Na leitura de publicações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria da Agricultura Familiar), observamos a referência aos agricultores pluriativos, nas suas inúmeras formas de trabalho, sobretudo nas combinações entre trabalhos agrícolas com outros dentro da propriedade, gerando fonte de renda complementar. Enxergam a característica multidisciplinar e multisetorial do turismo, que permite a valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, estimulando, também, a recuperação e conservação da economia do território.

Com a inserção da atividade turística na agricultura familiar, o fato propicia o aumento da renda, principalmente com a comercialização de produtos diretamente ao consumidor/turista, eliminando o atravessador comercial, intensifica a interação com a comunidade, a socialização com o turista.

O estudo reforça também os benefícios sociais da dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade. É desencadeado um resgate de valores, costumes, códigos: orgulhar-se da sua ascendência, relembrar histórias, resgatar a gastronomia, exibir objetos antigos antes considerados velhos e inúteis e ora como troféus da memória, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. Ressurgem, desse modo, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, criando marcas locais interessantes para o turismo.

Quando da pesquisa de campo ainda pude observar a existência de paiol (compartimento suspenso para armazenagem de produtos), o tamanco feito de sola de couro e base de madeira, o toco, uma arma rústica de caça para subsistência, os embornais, para carregar apetrechos nas matas, pilão, monjolos, etc.

Quando da defesa da minha dissertação, levei um desses “tocos”, me cedido por um entrevistado, para mostrar aos examinadores da Banca sobre seu manuseio, e fui alertada sobre o risco de transportar tal arma. Apesar de já ciente desse fato, foi irresistível não o levar. O “toco” é acionado por uma linha resistente (geralmente linha de pesca). O animal esbarra na linha, e ela, carregada com cartuchos caseiros feito de chumbo e pólvora, dispara, atingindo o animal.



Figura 9: Toco. Peça rústica de fabricação caseira para uso da caça para subsistência
Fonte: Pesquisa de campo

Desse tipo de arma ocorre a captura do animal, que serve para o seu alimento, porém também já ocorreram diversos acidentes graves, ao atingir indivíduos que são acidentalmente alvejados pelos chumbos, geralmente nas pernas, provocando sequelas permanentes, por isso não é aconselhável caçar utilizando esse método.

São coisas estranhas aos moradores da zona urbana, porém despertam o interesse do turista. Tanto os apetrechos quanto as histórias que cercam os “equipamentos” formam as memórias na zona rural, a encantar e entreter, contados pelos bons “contadores de causos”, a formar a memória local. Além da mostra dos apetrechos, as lendas locais também são atrativos turísticos, a encantar e entreter os ouvintes, tais como o encantamento pela serpente⁵ e outras lendas que cercam o imaginário do amazônida.

Outra relíquia que localizei nas minhas andanças no PA Tarumã Mirim, quando da pesquisa de campo, foi o ferro de passar roupa aquecido à brasa, que me reportou instantaneamente ao meu passado, por ser um antigo e indesejado “companheiro”, nos idos da minha infância.

5. Maiores detalhes no artigo das autoras desta obra. As representações sociais e o mito da serpente encantadora no Tarumã Mirim-AM. Disponível em: <http://oldgrt.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=8593>



Figura 10: Ferro de passar roupa aquecido à brasa
Fonte: Google

Dessa relíquia ficaram principalmente a lembrança das repreensões e as duras disciplinas agressivas, devido às desatenções tão propícias da minha idade, quando as brasas ou cinzas caíam nas peças de roupas que eu estava a engomar, queimando-as ou sujando-as.

Na parte traseira desse equipamento há uma janelinha por onde a passadeira da roupa assoprava, para avivar as brasas, e manter, ou acelerar, o aquecimento do ferro. E eram nesses “assopramentos” que as faíscas caíam nas roupas, provocando acidentes e represálias. São lembranças que eu ainda me recordo, com uma nitidez bem viva, e uma satisfação exacerbada (e uma certeza ferrenha) por nunca mais necessitar usar esse apetrecho.

Tentei localizar nos meus registros fotográficos as imagens dos dois ferros aquecidos à brasa que foram localizados e do monjolo existente ao final do assentamento, como os maiores representantes do “antigo que encanta”, porém as imagens foram corrompidas, e não consegui resgatá-las.

Porém, por representar memórias não somente desta pesquisadora, mas de diversos turistas que buscam resgatar suas lembranças na zona rural, foram pertinentes localizar algo semelhante na fonte de busca Google, para o avivamento da memória de muitos, e conhecimentos pertinentes a outros, mostrando que somos hoje “pedaços” do ontem, a compor a cultura e a história pregressa de muitos. Creio que há muitas pessoas que nunca terem “postos os olhos” nessas relíquias, por isso transportei à esta obra, devido ao seu uso peculiar e antigo, porque são achados especiais, a nos mostrar um “pedaço” do passado, a nos contar episódios inimagináveis nos dias de hoje, com tecnologias avançadas nos eletrodomésticos e equipamentos em geral.

Tais apetrechos demonstram criatividade e engenhosidade, antes essenciais nas atividades doméstica (ferro aquecido à brasa) ou nas produções agrícolas (monjolos), hoje somente como relíquias, a encantar e intrigar àqueles que os observam.



Figura 11: Monjolo d'água
Fonte: Google

O monjolo é uma máquina hidráulica rústica, destinada ao beneficiamento e moagem de grãos. Com o efeito gangorra, a água impulsiona a ferramenta fazendo-a ter movimento. Em uma extremidade, uma concha é enchida com a água, fazendo a outra parte, equipada com uma estaca, se levante. Ao esvaziar a cuba, o movimento se inverte. Com esse movimento, os grãos vão sendo socados e moídos dentro de um pilão. Obviamente, a tarefa é mais demorada quando comparada com os equipamentos elétricos atuais, mas há considerável economia de energia⁶. No sítio onde o visualizei, sua função era apenas histórica, devido não estar mais em uso naquele tempo.

Há também relatos de agricultores que utilizavam o monjolo para espantar pacas e outros animais silvestres das suas plantações, devido ao barulho provocado pelo socar no pilão, no sobe-e-desce do socador na madeira.

Outros apetrechos também foram localizados, tais como máquina de costura tocada à mão, outras em pedais elaborados rusticamente, cuias feitas de cabaça (inclusive muitos indígenas as usam, em vários tamanhos e formatos), e diversos outros vasilhames de interessante visualização, e apaixonantes histórias os envolvendo. São elementos a “costurar” a historicidade das famílias interioranas, e encantar àqueles que os observam, como forma de “viajar no tempo”, vislumbrar o desconhecido, e divertir-se com a diversidade rústica existente nas localidades rurais.

3.4 A REPRESENTATIVIDADE DO TRAF NO AMAZONAS

No Amazonas, o Turismo Rural na Agricultura Familiar está vinculado à Rede TRAF, e conta com apoio de órgãos governamentais como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

6. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Monjolo>

(SEBRAE), Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), prefeituras municipais, INCRA, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM). Outros órgãos também tiveram participação na implantação de projetos exitosos, tais como Associação Amazonense dos Municípios (AAM), Fundação Estadual do Índio I(FEI), etc.

Ademais, o Amazonas carece realmente de apoio no que concerne ao turismo rural, porque a estrutura dos serviços destinados a esse tópico ainda é deficiente no Amazonas, conforme cita Begnini (2010, p. 61), o que requer aperfeiçoamento profissional em todos os segmentos, e principalmente ao turismo rural, visto que,

... é uma modalidade incipiente desenvolvida insatisfatoriamente na região, apesar de poucas famílias ou proprietários rurais de alguns municípios já desenvolverem pequenas atividades ligadas ao turismo, com apenas o conhecimento empírico sem acompanhamento técnico adequado, bem como incentivos que concedam um melhor aproveitamento das oportunidades que o segmento pode oferecer.

No intuito de modificar esse cenário de empirismo, o Amazonas buscou inserir a Rede TRAF em algumas propriedades, que já possuíam experiências segmentadas nessa atividade turística, fornecendo-lhes subsídios para deslançar e servir de referência sólida à outras propriedades rurais. O IDAM, em parceria com a AMAZONASTUR e outras instituições, fomentaram a implantação da Rede TRAF no Estado, promovendo a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural junto aos agricultores, assim como identificação das propriedades ou comunidades rurais aptas a se beneficiarem do Programa.

Ao todo foram 17 municípios a se inserirem nas possibilidades da rede TRAF no Amazonas (Presidente Figueiredo, Iranduba, Novo Airão, Manaus, Barcelos, Rio Preto da Eva, Manaquiri, Tefé, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, Silves, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Careiro, Autazes e Maués). Desses, Rio Preto da Eva foi eleito o município piloto, com três 3 propriedades selecionadas para o desenvolvimento das atividades do TRAF. Alguns aderiram à Rede TRAF com melhores êxitos: Tefé (a 523 km de Manaus); Manacapuru (a 68 km de Manaus); Novo Airão (a 115 km de Manaus), e Rio Preto da Eva (a 68 km de Manaus).

Analisamos a Dissertação de Begnini (2010), intitulada “O turismo rural como estratégia de desenvolvimento local no município de Rio Preto da Eva – AM”, onde explanou sobre a Rede TRAF no Amazonas, sendo aquele município adotado como “piloto” nas implantações do TRAF no Amazonas. Doze propriedades foram identificadas primeiramente para possíveis desenvolvimento à Rede TRAF, conforme cita Begnini (2010), dentre as de maiores potenciais, foram selecionadas: Sítio Flamboiam; Sítio Sonhando Acordado; Sítio Nova Jerusalém; Comunidade Indígena Beija Flor; Ponto do Artesanato. Foi realizado o trabalho de paisagismo nas propriedades (sempre procurando utilizar os recursos e materiais disponíveis das próprias propriedades).



Figura 12: Sítio Nova Jerusalém em Rio Preto da Eva se

Fonte: Benini. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2510/1/ROS%c3%82NGELA%20DE%20SOUZA%20BENTES%20BEGNINI.pdf>

Podemos observar que implantar o TRAF não demanda altos investimentos econômicos, e sim potencial criativo para transformar toras em bancos, palhas em coberturas, bambus em paredes, árvores frutíferas em paisagismos, e alta gama de criatividade e visão holística para enxergar a propriedade de forma global, não só “aqui” e nem só “agora”, porque a rosa hoje plantada, amanhã será atrativo em um belo jardim, a encantar o turista e angariar orgulho a quem a cultivou. São formas simples de transformar a propriedade, na sua rusticidade, em locais idílicos, em que permite a emoção vaguear entre a natureza, num sentimento de simplicidade e aconchego, longe dos burburinhos e das tensões diárias advindas do trabalho ou da rotina doméstica.



Figura 13: Sítio Flamboiam em Rio Preto da Eva

Fonte: Benini. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2510/1/ROS%c3%82NGELA%20DE%20SOUZA%20BENTES%20BEGNINI.pdf>

Em virtude da ausência de amplas publicações e divulgações acerca da implantação do TRAF no Amazonas, a única forma de explanar sobre esse quesito seria através de contatos em meio aos órgãos envolvidos na temática. Porém nos deparamos com mais um “entrave informativo”, porque os órgãos institucionais comprometidos com tal projeto encontravam-se fechados, devido à pandemia do COVID-19, que elevou o Amazonas a um dos maiores Estado vitimados pelos altos índices de contaminações.

Solução: *Network*. Acionar a nossa rede de contatos, para chegar àqueles que detinha o conhecimento acerca do TRAF no Amazonas, e essa rede nos levou ao Sr. Francisco Everardo Girão, geógrafo, Coordenador do TRAF-AM até 2018. Na AMAZONASTUR. Foi colaborador por mais de 15 anos, sendo profundo conhecedor da região amazônica.

A engenheira agrônoma Sr^a. Acácia Neves, do INCRA também foi de suma importância no quesito informações e esclarecimentos. Deles obtivemos informações pertinentes acerca do tópico abordado, o qual nos apresentaram relatórios das Oficinas ministradas para implantações do TRAF-AM.

Contato com informações pertinentes da turismóloga Sara Rejane Ribeiro Nunes, conhecedora amiúde do PA Tarumã Mirim, pois sua mãe é assentada no referido assentamento desde a sua criação, em 1992.

O Sr. Girão colaborou inclusive com textos e publicações suas e de outrem, folders dos programas exitosos em Rio Preto da Eva-AM e Presidente Figueiredo-AM e diversas outras informações, que ampliaram nossos conhecimentos acerca do tema.

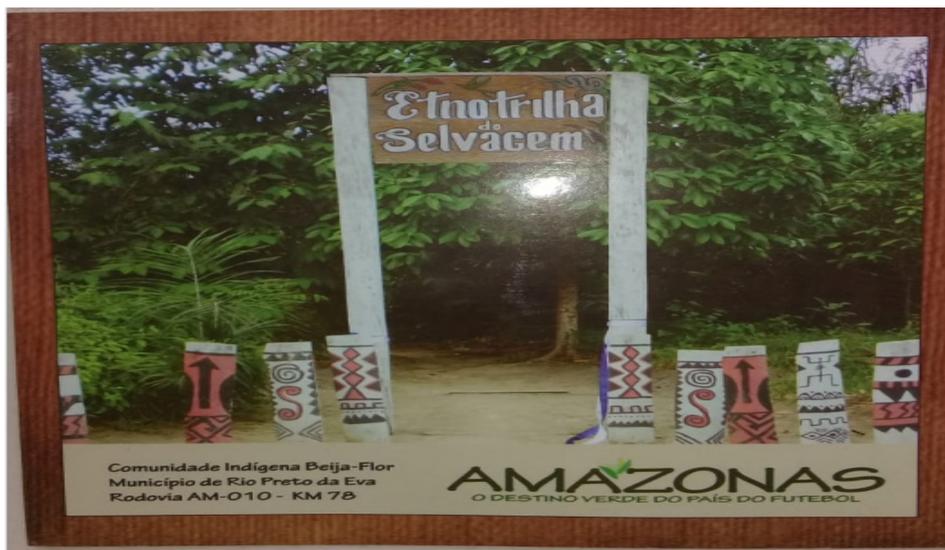


Figura 14: Comunidade indígena Beija Flor, inserida no TRAF-AM
Fonte: Imagem cedida por Francisco Everaldo Girão

A comunidade indígena Beija Flor, no município de Rio Preto da Eva, é um empreendimento com foco em trilhas, inserida pelo TRAF-AM, trabalho conjunto entre AMAZONASTUR, Prefeitura Municipal do Rio Preto da Eva, e comunidade local. Implantação exitosa, conforme informações do Sr. Francisco Girão. Área habitada atualmente constituída por sete etnias: Saterê-Mawê, Dessana, Tukano, Arara, Baré, Tuyuca e Borari, cada uma convivendo com suas próprias culturas, dentro de um respeito mútuo, ocupando a mesma aldeia, conforme citam Martins e Batista (2010), nas abordagens sobre Etnotrilhas. Naquela comunidade a foi implantada a Etnotrilha do Selvagem.

O nome da trilha ficou definido pelos participantes através de pesquisas no local e consulta com os indígenas, atribuído ao igarapé que passa ao lado com o mesmo nome, e por ser implantada aproveitando os caminhos utilizados para caça pelos indígenas da Aldeia Beija-Flor assim quando chegaram. Martins e Batista (2010), relatam que o resultado mais favorável é a sensibilização de todos os envolvidos, comunidade local, gestores e visitantes, para a importância da Etnotrilha do Selvagem da Comunidade Beija Flor para a conservação das áreas naturais e a valorização da cultura local.



Durante o passeio, placas situam os visitantes e informam sobre as características do lugar (Foto: Carlos Eduardo Matos/G1 AM)

Figura 15: Trilha ecológica na Comunidade Beija Flor, em Rio Preto da Eva - AM

Fonte:<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/01/trilha-etnoambiental-e-nova-opcao-de-turismo-ecologico-perto-de-manaus.html>

Outra implantação exitosa em Rio Preto da Eva foi citada por Ferreira et al (2007), ao fazer um levantamento das propriedades rurais, na comunidade Água Verde, moldadas, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) e diagnóstico realizado pela Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR). Reportando que a força catalisadora do turismo rural como diversificação de fonte de renda das famílias de produtores rurais, proporciona postos de trabalho voltados para a redução da pobreza, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Concluem os autores

que o Circuito Água Verde pretende ser um fragmento do que pode ser feito utilizando-se o turismo rural na agricultura familiar, na valorização e resgate do pequeno produtor rural.

Em Presidente Figueiredo - AM também localizamos projeto de turismo rural na comunidade Boa Esperança, a 21 Km da sede do município, sendo 13 Km pela Rodovia Federal BR-174 e 8 Km no Ramal denominado de Boa Esperança, conforme registra Sá e Novo (2011). Relatam, tal qual outros trabalhos, que o turismo rural comunitário pode ser uma alternativa econômica e social para os comunitários. Ademais, esclarece que, apesar de ser incipiente ainda tal prática, afirmam que o referido município possui grande potencial para a implantação do turismo rural comunitário, além da inserção da comunidade Boa Esperança em roteiros turísticos amazonenses.

3.4.1 As tentativas de implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim

Apesar das referências a diversas propriedades em Rio Preto da Eva e outras localidades citadas como implantados o TRAF, não conseguimos identificar nenhuma no âmbito da zona rural de Manaus-AM, mesmo com a existência de diversos igarapés despoluídos, inclusive o igarapé Tarumã Mirim, a singrar boa parte do PA Tarumã Mirim. Quando da pesquisa de campo, localizamos diversas propriedades que exploram o turismo rural, porém nenhuma inserida na Rede TRAF, pois toda infraestrutura advém de recursos próprios, e experiências pessoais.

Salientamos que, na apuração das análises dos dados quando da pesquisa, dentre os diversos “comerciantes do lazer”, detectamos que todos estão na classificação C-3 (produtivo), porque contam, inclusive, com a renda excedente advinda da atividade do turismo rural para incrementar a renda familiar e atingir a escala produtiva, em conformidade com as classificações de Guanzioli et al. (2001).

Os diversos lotes aptos para o lazer reforçam as análises de que o PA Tarumã Mirim possui as peculiaridades específicas para o lazer se transformar em um nicho econômico que pode amenizar os problemas produtivos (e conseqüentemente econômicos) existentes naquela localidade devido ao solo que necessita de correções, e à falta de recursos para amenizar esses problemas.

Após diversas buscas para sanar os questionamentos sobre os motivos de o PA Tarumã Mirim não ter sido beneficiado com a implantação da Rede TRAF na localidade, tivemos que contar novamente com a nossa rede de relacionamentos. Desse processo obtivemos auxílio pertinente da engenheira agrônoma Acácia Neves, do INCRA, já citada anteriormente, à qual nos cedeu relatórios de Oficinas⁷ ministradas naquele assentamento, no intuito da implantação ao referido programa. Oficinas similares também foram apresentadas pelo geógrafo Francisco Girão.

Observamos, nas análises das Oficinas, as execuções conforme cronograma apresentado, com o intuito de sensibilização, coordenadas pela AMAZONASTUR e realizadas nas comunidades do PA Tarumã Mirim, juntamente com representantes do INCRA e comunidades locais:

7. As mesmas Oficinas citadas pelo geólogo Francisco Girão.

Comunidade	Data dos eventos	Participantes locais	Institucionais
Pau rosa	14 e 15/08/2012	17 agricultores	2 organizadores
Cristiano Di Paula	21 e 22/08/2012	26 agricultores	2 organizadores
Novo Horizonte	28 e 29/08/2012	25 agricultores	4 organizadores
Buriti	26 e 27/11/2012	não informado	não informado
Novo Amanhecer	23 e 24/11/2012	não informado	não informado
Pau Rosa (Assoc ASAMOR)	25/04/2012	65 agricultores	Diversos organiz.
Pau Rosa (Assoc ASAMOR)	26/03/2013	não informado	Diversos organiz.

Quadro 3: Oficinas realizadas para implementação ao TRAF no PA Tarumã Mirim

Fonte: Dados cedidos pelos representantes do INCRA e AMAZONASTUR

As Oficinas apresentavam, como premissa básica: promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrando aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, no intuito de melhorar as condições de vida dos agricultores.

Essas oficinas tiveram a finalidade de nivelar os assentados do PA Tarumã-Mirim sobre Turismo de Base Comunitária (TBC), apresentar as ações das instituições envolvidas diretas e indiretamente com TBC, apresentar experiências em outras localidades, levantar as atividades de turismo que poderiam ser exploradas e os comunitários interessados em participar de um projeto de TBC e apontar os encaminhamentos prioritários, realizadas pelo INCRA, pelo Conselho de Desenvolvimento das Associações Comunitárias Rurais do PA Tarumã-Mirim (CDACRPATM).

Nas análises dessas Oficinas, observamos que a turismóloga Sara Rejane foi presença constante, a participar das reuniões, considerando-se inclusive seu conhecimento da localidade, sua profissão, ligada ao turismo, e seu intento colaborativo, para o desenvolvimento do assentamento.

Com o auxílio da Sr^a Acácia, engenheira agrônoma do INCRA, obtivemos o contato e a declaração do Sr. Claudionor, presidente do CDACRPATM, que nos esclareceu parte dos motivos da não implantação:

- Realmente eu era o presidente da comunidade na oportunidade, e um dos principais articuladores das ações. Porém, nós assentados tivemos muito a questão do ego. Falta de habilidades nas ações. Não tivemos sabedoria pra tocar as ações em frente. Tivemos divergências entre as lideranças. Tive que saí da direção da comunidade, e a pessoa que ficou, não fez interesse em dá continuidade nas ações. Esse foi o maior motivo do fracasso do projeto. As questões das estradas, há meu vê era só uma questão de tempo. Depois do projeto em andamento, servia de argumento pra que justificasse as melhorias das vicinais.

Na contramão da informação do Sr. Claudionor, em conformidade com alguns líderes locais (a citar exatamente suas expressões), relatamos algumas justificativas, (e salvos no

intuito de provas de veracidade), porém, atendendo ao pedido de anonimato e respeito ao sigilo da pesquisa, não serão identificados:

- Alguns de nós fizeram os projetos, cheios de perspectivas, e... o dinheiro acabou antes de chegar até eles;
- Eu sei que havia recursos pra essas implantações, senão não haveria toda essa trabalhadeira pra implantar, mas... nada se concretizou;
- Eu, e outras pessoas da comunidade participamos, mas, quando a gente analisava como fazer pro turista chegar até nosso sítio, vimos não ser viável, porque o acesso é precário;
- O projeto era fantasioso, as famílias foram iludidas. No meu sítio foi sugerido o sistema de trilhas, mas quem vai enfrentar toda essa distância só pra andar no mato? Já basta o mato que tem que enfrentar até chegar no meu sítio;
- Foi um belo sonho, boas doses de esperança da gente melhorar nossos recursos, mas vimos tanta gente desesperançada depois, porque o dinheiro não saiu, que também paramos no meio do caminho. É triste. Mas é a verdade dura e crua.

Em algumas comunidades em que o acesso é facilitado pelo asfalto, buscamos respostas a esse questionamento, porém os moradores que participaram dos eventos das Oficinas não quiseram se pronunciar, e respeitamos o seu direito ao silêncio, pois é uma prerrogativa que lhes cabe.

Posteriormente conseguimos contato com a turismóloga Sara Rejane, e lhes solicitamos auxílio para esclarecer-nos sobre uma vertente do passado e uma possibilidade pra o futuro, e lhes apresentamos duas perguntas, a abranger esses espaços de tempo:

Referente ao passado:

- Na sua opinião, por que a implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim não se concretizou?

Referente ao futuro:

- O PA Tarumã Mirim tem potencial para implantar o Turismo Rural?

Posteriormente a mesma nos encaminhou suas análises, baseadas nas suas experiências profissionais e na sua vivência comunitária na localidade citada, o que nos auxiliou nas conclusões acerca do tema:

- Com relação à implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim, o projeto não se concretizou devido a diversos fatores, tais como: muitas pessoas que possuem lotes, não são agricultores, infelizmente, pois são pessoas que residem na

cidade, e vêm ao assentamento somente aos finais de semana, para apreciar o eu lazer, como é o caso de diversos empresários da cidade de Manaus e região. Outros já repassaram a terra para terceiros, de forma irregular, não havendo possibilidades de o Estado subsidiar o projeto do Turismo Rural. Mais um problema são os desmembramentos minúsculos (loteamentos) que se transformaram alguns lotes, praticados pelos proprietários, o que não é permitido pelo órgão gestor do assentamento. Outro fator que inviabilizou o TRAF no PA Tarumã Mirim foi o problema da Energia Elétrica no assentamento, que é precária e em muitas localidades nem possuem tal benefício. Mais um problema apresentado foram as condições de trafegabilidade, pois as vicinais são precárias, bem como falta de acesso a diversas comunidades.⁸

Com relação à pergunta referente ao futuro, Sara Rejane foi bem explícita e convicta a respeito do potencial para a implantação do Turismo Rural no PA Tarumã Mirim, conforme sua declaração:

- Com certeza ele tem sim. Porque na área do assentamento, existem vários atrativos naturais que poderão se transformar em produtos turísticos como: cachoeiras em algumas comunidades (Comunidade Buriti, Nova Luz do Bom Destino, etc). Possui muitos igarapés, como o Santo Antônio, São João, o igarapé Tarumã Mirim, etc. Há potencial também para pesca esportiva no igarapé Tarumã Açu, passeio de canoa no igarapé Tarumã Mirim, passeios de caiaque, trilhas para mountain bike (que hoje já acontece), A visita a produtores rurais também pode ser bastante explanado, para acompanhamento de produção de farinhas, pesca em tanques escavados, visitas nas comunidades indígenas (na comunidade do Tiú) onde mostram seus artesanatos, danças típicas da sua cultura indígena, etc., acesso ao museu do seringal pela vicinal Pau Rosa. Uma das vertentes do turismo de grande atratividade é a observação de pássaros, principalmente no Ramal do Italiano, constando inclusive no Registro Nacional, é um dos melhores pontos de observação de pássaros da BR 174. Área totalmente preservada, o que instiga a biólogos e outros observadores a participarem. Já foi iniciado um processo de Turismo de Base Comunitária, com apoio da Secretaria Estadual de Turismo, o INCRA, o SEBRAE, porém não deu prosseguimento por problemas de políticas de Estado, que desistiram do projeto. O Turismo Rural incentivaria inclusive a conscientização aos assentados, que a floresta em pé traria muito mais resultados que o desmatamento desordenado, a queima de madeiras para produção de carvão, a retirada de areia, que danifica mais ainda o ramal principal, etc.

O que poderemos definir da não implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim? Tomando por base as declarações pertinentes do Sr. Claudionor, se os assentados tivessem insistido mais na implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim, provavelmente haveriam alguns assentados beneficiados com o projeto.

Buscamos mais informações acerca da impossibilidade da implantação do TRAF no PA Tarumã Mirim, ampliando outros olhares, além dos assentados, para uma visão holística (ou, por que não, o olhar institucional). O Sr. Girão foi deveras esclarecedor do tópico aqui abordado, o qual inclusive faz os seguintes relatos:

8. Reforçando ao citado por Sara Rejane, no 2º livro da Trilogia PA Tarumã Mirim, intitulado Assentamentos rurais e dois brasis bem brasileiros, essas autoras descreveram esses problemas citados pela turismóloga.

- No PA Tarumã Mirim percebi no primeiro contato que tive por lá, em visita técnica para iniciar a parceria com o INCRA, que precisava “arrumar a casa” para o TRAF, ou seja, ordenamento e desenvolvimento da atividade, pois o potencial lá é extraordinário. Outro ponto muito importante e decisivo foi a acessibilidade, e, por último, a gestão e articulação para consolidar o TRAF no PA Tarumã Mirim.

Quando dos diálogos ocorridos com esse personagem, tão essencial e esclarecedor nesse quesito (Sr. Girão), uma pergunta que “não queria calar”: Se o PA Tarumã Mirim tem um potencial tão extraordinário (utilizando suas próprias palavras), porque a implantação não deu continuidade? O que “deu errado”? E mais uma vez ele prontamente nos esclareceu:

- Acho que foi uma questão de descontinuidade na proposta, pois realizei todas as oficinas de Planejamento do TRAF, juntamente com representantes do INCRA, levando as demandas de cada comunidade. Na época fui cedido pela AMAZONASTUR como moderador e fiquei à disposição no INCRA e das comunidades. Foi um bom trabalho, porém, tinha que realizar o ordenamento e desenvolvimento da atividade em cada local, infelizmente ficou apenas no planejamento, apesar de algumas iniciativas pontuais, como, a feira da agricultura familiar local agregando as comunidades, venda de produtos em Manaus...

Ainda em conformidade com os seus esclarecimentos, diversos tópicos foram ressaltados pelo mesmo:

- O Amazonas apresenta um potencial extraordinário no Turismo Rural na Agricultura Familiar, porém, infelizmente não é acompanhado pela diversidade natural e cultural da oferta de produtos e roteiros turísticos em função do Turismo ser uma atividade econômica alternativa que se apropria das produções naturais e culturais para gerar movimento de pessoas nos territórios turísticos, o que remete “arrumar a casa” antes das primeiras visitas turísticas, ou seja, promover o planejamento e a sensibilização turística com ações de ordenamento e desenvolvimento da atividade à luz da sustentabilidade econômica, ecológica, étnica, social e política, na sociedade atual, respeitando as especificidades locais e o modo de vida dos envolvidos na atividade, oportunizando a geração de melhores condições de vida dos agricultores familiares.

Diversas são as possibilidades de êxito do TRAF no PA Tarumã Mirim (que é o nosso foco central neste momento), se os dois polos interessados no sucesso se engajarem no processo da implantação e manutenção: instituições e agricultores. Tais prerrogativas também foram levantadas pelo Sr. Girão:

- Nessa perspectiva, deve-se ressaltar o caminho percorrido para que a atividade turística no espaço rural venha ter êxito: o interesse das pessoas envolvidas; a disponibilidade de financeira; a infraestrutura básica e turística; os atrativos, entretenimento e produtos; a acessibilidade; os meios de transportes; os meios de hospedagens; a alimentação; a comunicação; a paisagem e o paisagismo; a promoção turística e a gestão.

São diversas vertentes a serem trabalhadas e mantidas. Porém, se somente um

polo se esforçar, mas sem a contrapartida do outro, as probabilidades infrutíferas ocorrerão, porque um irá instituir as instruções e normatizações (instituições), e o outro as execuções (agricultores). Porém conhecemos também as fragilizações nas duas vertentes: falta de verbas, burocratizações, etc. de um lado, e comodismo de outro, esperando que muitas coisas “caiam do céu”. Todavia, sabemos que só cairá do céu as crenças das bênçãos e o belo visual que o turista poderá observar na amplidão celestial, o restante deverá ser persistência (e insistência, é lógico), foco e determinação. Qualquer empreendimento, quer na zona urbana ou rural, demanda obstinação e um grande empenho, com boas “pitadas” de criatividade e envolvimento.

Mais esclarecimentos advindos dos inúmeros contatos com o Sr. Girão, aqui cabe mencionar:

- Em um segundo momento, foi um projeto ousado do TRAF/AM, que teve início com visitas técnicas em vários Estados do Brasil onde o objetivo era conhecer projetos exitosos do Turismo Rural na Agricultura Familiar, como: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente. O PA Tarumã-Mirim foi inserido no TRAF/AM, pelo INCRA em parceria com Órgão Estadual de Turismo do Amazonas, tendo dificuldade de articulação do poder público municipal, haja visto, que o referido PA está inserido no município de Manaus, onde a Prefeitura de Manaus não demonstrou interesse nas atividades do TRAF/AM, infelizmente não participando de nenhuma atividade proposta.

E mais uma vez constatamos da necessidade da interligação dos órgãos envolvidos, como um elo de interesses: ao romper um dos elos, a corrente é interrompida, não atingindo ao proposto pelo contexto. Ou todos se esforçam, ou as deficiências instiga ao fracasso, e foi o que ocorreu no PA Tarumã Mirim. Porém, não delegamos a culpa do fracasso do projeto aos órgãos responsáveis pela implantação, e muito menos dos assentados, porque nesse intercâmbio de interesses, os esforços se fragmentaram.

Nesta obra, buscamos permitir “o som das duas vozes”, das instituições e dos assentados, e é o que estamos apresentando: canais de justificativas, tanto de um, quanto de outro. Nessa sequência, abrimos espaço para a representante do INCRA apresentar suas contestações e justificativas.

Declaração da eng. agrônoma Acácia Neves, representando o INCRA

(Sobre a impossibilidade de finalização do projeto TRAF no PA Tarumã Mirim-AM)

“Houve um grande esforço do Incra e de muitos parceiros institucionais, notadamente da AMAZONASTUR e UEA. A ideia é que não fosse mais um projeto elaborado apenas por um lado (as instituições), mas que fosse construído participativamente com os principais beneficiários - os agricultores.

Infelizmente, apesar de todo esforço e motivação empregados, os agricultores não se apropriaram da ideia, uma vez que não conseguiram realizar os encaminhamentos conforme os acordos previamente estipulados.

3.4.2 O Programa Terra Sol

Quando da pesquisa acerca do TRAF no PA Tarumã Mirim, deparamo-nos também com outro Programa, inclusive abordado nas Oficinas ministradas pela AMAZONASTUR no PA Tarumã Mirim. Buscamos ampliar o entendimento, e confirmamos publicações em página do INCRA, atualizado recentemente (13 de março de 2020): o Programa Terra Sol. É um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia também são apoiadas.

A ação foi criada em 2004 e faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Plano Plurianual (PPA) que define os programas prioritários do Governo Federal, conforme menciona o texto. O projeto propõe como proposta, a agregação de renda para os assentados que situem-se dentro dos seguintes eixos: agroindustrialização, comercialização, atividades pluriativas e agroecologia, priorizando-se aqueles negócios nos quais esteja prevista a utilização de matéria-prima do próprio assentamento, que trabalhe o desenvolvimento sustentável, a agroecologia e que tenha a participação do maior número de famílias de assentados, incluindo a mulher e o jovem.

Com a organização dos interessados e o apoio da respectiva entidade representativa, deverá ser elaborada uma proposta contendo o Projeto Básico e o Plano de Trabalho a ser encaminhado para a Superintendência Regional do INCRA responsável pelos projetos de assentamento envolvidos. Pelas consultas observadas nos materiais das Oficinas, quando da consulta àqueles materiais, O Programa Terra Sol especifica as seguintes vertentes: contratação de serviços de consultoria e/ ou assessoria técnica; capacitação de assentados e técnicos para a atividade agroindustrial; aquisição de máquinas e equipamentos para a atividade agroindustrial; apoio às ações de inserção mercadológicas e valorização da produção rural; apoio à realização de pesquisa de mercado e estratégias de comercialização; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; apoio à implantação de Atividades Pluriativas Solidárias; orientações sobre o turismo rural e ecoturismo; incentivo aos restaurantes rurais (com foco na gastronomia local) e a artesanato.

Ademais, também abrange o apoio à produção agroecológica, nos seguintes aspectos: contratação de técnicos especialistas para a realização de projetos visando a conversão de sistemas agrícolas convencionais em sistemas agroecológicos; apoio ao beneficiamento e à comercialização de produtos agroecológicos e à implementação, em caráter demonstrativo, de iniciativas com bases agroecológicas já desenvolvidas por instituições de ensino ou pesquisa.

Este foi mais um Programa abordado, elaborado, discutido em Oficinas, porém não foi possível a sua implantação, pelos mesmos motivos abordados no TRAF, e justificados por ambos os olhares: instituições e agricultores.

Ao invés de nos trazer desânimo, desesperanças, indiferença, tais “fracassos” só nos instiga a permanecermos esmiuçando os “mistérios” que cercam o PA Tarumã Mirim,

porque “tem tudo” – terra, água, natureza, proximidade à Manaus, e “falta quase tudo” – investimentos, planejamentos, incentivos financeiros, foco e persistência dos agricultores.

Não obstante, detectamos no PA Tarumã Mirim possibilidades e potencialidades, que nos instigam a crer que, um dia (esperamos que num futuro não tão longe), aquela terra, cheia de belezas, possa ofertar risos e harmonia a muitos manauaras, renovando-lhes as emoções, ofertando a eles um contato com a natureza. Em outra vertente, os agricultores da região poderão usufruir de novas formas de subsistência com sustentabilidade: ofertar o lazer comercial, com simplicidade e qualidade.

Encerramos esse capítulo com parte de uma publicação intitulada “O turismo rural pede passagem”⁹:

A vida contemporânea não é fácil, muita correria no dia-a-dia e muito estresse. São metas para cumprir, resultados para alcançar e a agenda sempre apertada. Chega um momento que queremos ter sossego, respirar um ar puro e curtir as belezas da natureza, ouvir o canto dos passarinhos, acompanhar a vida simples e desacelerada do campo e nos energizar para voltar aos desafios da vida moderna. Em outras palavras, turismo rural é o destino. É uma das melhores opções para quem quer conhecer tradições rurais, já que o roteiro está marcado por várias opções de descanso ou mesmo lazer, recreação, passeis e aventuras. Além disso, o mercado possui passeios de fácil acesso e preços que cabem em todos os bolsos. [...] O Turismo Rural pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de aumentar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores urbanos de encontrar e reencontrar raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. Sendo assim, a conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais, à sociedade, e ao campo afetivo.

São esses recursos e essas possibilidades que esta obra busca mostrar e instigar, atendendo aos anseios dos dois polos existentes: o urbano, em conexão com o rural. O homem do campo com o homem da cidade, unindo interesses, atendendo demandas, proporcionando o renovar das emoções e ampliando os aspectos socioeconômicos. Na interligação, o campo afetivo se beneficia, através da conexão do homem com a natureza, porque essa junção traz benefícios a todos: para o turista, por haver pontos de lazer próximo à Manaus; para o agricultor, que terá mais uma fonte de renda, melhorando sua condição financeira; para a natureza, pelas melhores possibilidades de preservação ambiental.

São possibilidades claras, simples, que não demandarão grandes investimentos, porém o homem do campo necessita de orientação, capacitação, incentivo, iniciativas, norteamentos. Necessita de “olhares institucionais”, para motivar, como a um filho imberbe, em que os pais os ensinam a dar os primeiros passos. Após a implantação e os “primeiros passos”, o agricultor já se firmará sozinho “com as suas próprias pernas”, desde que o turista também já tenha visualizado os caminhos rumo ao lazer e ao prazer: pertinho de casa!

9. Publicado em: 23/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=2180>

4. AS TEORIAS DO LAZER NA CONTEMPORANEIDADE

Para entender o lazer, nas suas conceituações, buscamos inicialmente alguns “pontos de partida”, para nos guiarmos nesse entendimento, inclusive nas análises das obras de Joffre Dumazedier, Nelson Carvalho Marcellino, Norbert Elias e Eric Dunning. Quatro estudiosos contemporâneos, a teorizar sobre o lazer.

Em uma publicação da 5ª amostra acadêmica de Alice da Silva, tendo como orientador Nelson Carvalho Marcellino, foi o nosso pontapé inicial, reportando às contribuições de Lafargue, Veblen e Russel para a construção de uma possível teoria do lazer. Nos Resultados do seu trabalho, relata que,

Em 1880 na Europa, em meio à industrialização, surgiu o primeiro “manifesto” a favor do lazer dos operários: o clássico O DIREITO A PREGUIÇA. Seu tema principal relata a alienação do proletariado em relação ao sistema capitalista e uma crítica a sociedade moderna. Lafargue, segundo Chauí (2000, p.10), afirma que: O laço que ata preguiça e pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo. É assim que aparecem para os brasileiros brancos as figuras do índio preguiçoso e do negro indolente, construídas no final do século XIX, quando o capitalismo exigiu a abolição da escravatura e substituiu a mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu (SILVA, 2007, p. 1).

Apesar de a preguiça atrelar-se, metaforicamente, ao lazer, devido ao ócio, descanso e relaxamento físico e mental, no trabalho também há a existência desse sentimento de falta de vontade e motivação para realizar tarefas e atividades, ou as executa em similaridade ao bicho-preguiça, pouco ágeis e muito lentos. Geralmente quando nos sentimos exaustos, nosso corpo pede uma pausa das atividades laborais, um desejo do “não fazer nada”, que também relacionamos à preguiça, porém são sintomas a nos alertar para um período de repouso.

Marcellino (1998, p. 31) nos elucida que no lazer – compreendido no seu sentido mais amplo (vivenciada na praticada ou fruída no “tempo disponível”) -, possui um caráter “desinteressado” dessa vivência, porque não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A sua “disponibilidade de tempo” vivenciada significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa, porque cabe a si essa opção, e não movida por obrigações. O indivíduo é o “dono” do seu tempo, decidindo como usufruí-lo a seu bel prazer.



Figura 16: Simbologia da preguiça pelo personagem Jeca Tatu, criação de Monteiro Lobato
Fonte: Google

Dentro dos níveis familiares o lazer determina as mais profundas e ambíguas modificações, conforme Dumazedier (1973, p. 131), migrando em diversas vertentes, inclusive ao “direito à preguiça” (não inserindo nesse direito, os vermes Platelmintos e os Nematelmintos), proclamado contra a soberania do trabalho profissional. O direito ao lazer apresenta-se acompanhado pelo direito que cada membro da família tem à felicidade individual ou grupal, desfrutada dentro ou fora da família.

Marcellino (1998, p. 24-28) relata que a valorização unilateral do lazer apresenta também uma série de riscos, como as possibilidades de sua utilização como fuga, fonte de alienação e simples consumo, porém podemos considerar o lazer mais que a fuga ou simplesmente o “não fazer nada”. Entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer não existe um acordo sobre seu conceito, podendo-se distinguir duas grandes linhas:

a) as que enfatiza o aspecto “atitude”, considerando o lazer como um estilo de vida, um modo abstrato de viver despreocupadamente, portanto independente de um tempo determinado;

b) e a que privilegia o aspecto “tempo”, situando-o como liberado do trabalho, ou como “tempo livre” não só do trabalho, mas de outras obrigações – familiares, sociais, religiosas – destacando a qualidade das ocupações desenvolvidas.

Em ambas o prazer se sobressai, pela satisfação despreocupada entre “atitude” ou “tempo livre”, tendo como referência focal o lazer.

Elias e Dunning (1992, p. 181) esclarecem que as pessoas esperam das suas atividades de lazer não só “relaxamento”, mas também estímulos, alegria, um despertar emocional agradável, em resumo, a produção de tipos específicos de tensão em companhia dos outros.

Se o lazer fosse vivenciado para eliminar as tensões do trabalho, ninguém, após horas laborando, com suas emoções pessoais controladas, iriam participar de competições no lazer, não assistiriam nunca a filmes de terror (com sua sobrecarga de ansiedade, mas o medo é um dos elementos do lazer), não participaria de jogos perigosos (onde o medo predomina), e muito menos participaria de brincadeiras onde as expectativas elevam as emoções, tensões, conduzindo o ser humano a polos opostos tais como medo e excitação, relaxamento e tensão, risos e lágrimas.

Dumazedier (1973, p. 20-26) cita que o lazer se apresenta como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, porque, por possuir relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho (estafas, cansaço) passa a ser tratados em novos termos, na busca do relaxamento.

Nos dias de hoje o lazer funda uma nova moral de felicidade, e o homem que não aproveita ou não sabe aproveitar o tempo livre torna-se “incompleto”. Quando o usufrui, nasce outra necessidade para satisfazê-la, e, quando não atendida, surge um sentimento de empobrecimento. Porém, segundo questionamentos de Dumazedier (1973, p. 50), será o lazer o novo ópio do povo? O movimento que levaria o trabalhador da “alienação para a fruição” seria então contrariado pela corrente inversa que se dirigiria do gozo do lazer para um fortalecimento da alienação pelo trabalho? Seria a lógica-reversa, fruir-se de lazer, para ter ânimo para trabalhar?

A cultura vivida pelas massas induz situar o lazer na sua perspectiva histórica e no seu contexto técnico, econômico e social, a fim de melhor conhecer as forças que agem ou podem vir a agir sobre ele ou por ele próprio. Ademais (idem, p. 53) a produção do lazer não é, porém, automática. O aumento do tempo livre e a diminuição do tempo de trabalho são componentes de vantagens sociais que resultam de uma incessante luta entre interesses opostos. O aumento do lazer depende, pois, também, da influência das forças sociais do momento, instigando a mais (ou menos lazer), a depender do contexto.

Podemos concluir que o lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Em conformidade com Marcellino (1998, p. 122) é importante que as atividades de lazer procurem atender as pessoas no seu todo, envolvendo suas emoções de forma plena. Mas, para tanto, é necessário que essas mesmas pessoas conheçam as atividades que satisfaçam os vários interesses pessoais, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção. Em outras palavras, a escolha das atividades, fora do trabalho, em que os termos “conteúdo e perspectiva” estejam diretamente

ligadas ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece.

Krippendorf (1989, p. 152) esclarece que ainda estamos numa sociedade de trabalho, que prioriza o princípio do pleno emprego que nos impõe um ritmo de vida que nos prescreve quando devemos trabalhar, quando devemos descansar e quando devemos tirar férias, “sob o signo das sardinhas em lata”, sob o comando ordenado do trabalho e do patrão.

4.1 AS IMBRICAÇÕES ENTRE O TRABALHO E O LAZER

É de praxe haver a dicotomia entre trabalho e lazer. Quando pensamos em lazer, visualizamos um panorama separado do trabalho, como se sempre permanecessem em patamares diferentes. “Trabalho é pra ganhar dinheiro, e lazer é pra se divertir”. Empiricamente os classificamos assim, porém, quando nos aprofundamos nas análises da questão, percebemos as imbricações, interligando um ao outro, e isso nós detectamos nas teorias, e visualizamos no cotidiano.

Marcelino (1998, p. 22) reporta que, nos enfoques indiretos, cabe especial atenção aos valores expressos com relação ao lazer por oposição aos do trabalho. O que ocorre nesses casos, com maior frequência, é a mitificação do trabalho, em detrimento das outras dimensões do humano, sobretudo as possibilitadas pela vivência do tempo de lazer, porque, convenhamos, fomos culturalmente assediados com as percepções da sobreposição do trabalho, em relação ao lazer.

Já o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado também engloba aspectos nebulosos, uma vez que, uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma utilidade, nos esclarece Marcelino (1998, p. 29). Podemos observar em diversos parâmetros do nosso cotidiano, ouvir música enquanto trabalha, cantar, assistir televisão enquanto executa os trabalhos domésticos, etc.

Dumazedier (1973, p. 269) refuta o conceito aqui abordado que o trabalho é um produto primário e o lazer é um produto secundário, pois ambos são prioritários aos indivíduos, rebatendo-se assim essa afirmação errônea. Pelas perspectivas contemporâneas, o trabalho não mais será vivido como um fim, mas como um meio, interagindo com o lazer.

Por diversos momentos na pesquisa de campo nos deparamos com as imbricações entre trabalho e lazer, sendo válido mencionar alguns fragmentos pertinentes:

- Por que carpir é lazer para o senhor? Desde quando capinar é lazer? Não seria trabalho? Questionei ao ENT-39.

- Ora, dona, capinar como trabalho os trabalhadores *faiz*. Vão pra roça, capinam de sol a sol. Pra mim *num* é obrigação. Pego minha enxadinha, vou na horta, no jardim, fico capinando sem pressa, o tempo passa *qui* eu nem percebo. Quando me dou conta, já é até hora da *bóia* (almoço, grifo nosso), quando a bruaca (ele se referia à esposa) me chama pra *cumê*. Então pra mim *num* é trabalho, é lazer. O que vai definir se é trabalho ou lazer *num* é o ato, é a emoção com que pratico a ação.

Quem disse que o saber comum não tem sabedoria? Quem mantém essa afirmação são exatamente os menos sábios! Repensei e absorvi informação desse filósofo rural. O conhecimento empírico também é ciência, que devemos considerar e respeitar. Conforme relata Santos (2007, p. 46), pesquisas realizadas em universidades brasileiras vêm constatando a exatidão de achados do saber popular. Discussões assim podem ajudar as classes populares a ganharem confiança em si ou a aumentarem o grau de confiança naquilo que sabem.

Para analisarmos as imbricações entre o trabalho e o lazer, retornemos às concepções de Elias e Dunning (1992, p. 107-115) onde citam que os indivíduos têm, em geral, que fazer cerca de metade do tempo livre em trabalhos sem remuneração. Considerando-se que a rotina global e as restrições estão em condições de engendrar uma secura de emoções, um sentimento de monotonia emocional, as pessoas buscam a renovação de energias sob diversas formas.

Ora, é hábito os moradores do Tarumã Mirim “descerem” aos igarapés, continuamente, para apreciar o banho nas águas que singram seus lotes, em uma sequência dos procedimentos, de costumes habituais: no apreço ao mergulho nas águas frias; no silêncio do momento; na algazarra com os familiares. Até o “trabalho” de acender fogo, e assar um peixe às margens do igarapé, intensificam o prazer e o riso.

Sabemos, através das observações, que é uma ocorrência contínua, habitual, corriqueira, porém prazerosa essas imbricações. A função do mergulho nas águas dos igarapés não é somente com o objetivo da higiene corporal, e sim pelo prazer intrínseco vivenciado na ação, renovando-se as emoções, porque cada momento, cada mergulho, apresenta-se um sentimento diferenciado, um “prazer sensual”, segundo palavras da DIV-1¹, ao me esclarecer sobre essa “sensualidade”:

- O corpo da gente reconhece que as águas frias faz ficar mais confortável. O prazer de mergulhar deixa a correnteza levar as preocupações. Um mergulho não é igual o outro, porque em cada um, tem um “quê” de diferente. É prazeroso! A gente desce todo esse *ladeirão*, e sabe que depois ainda tem que subir com um balde d’água na cabeça, *cum* água da nascente pra gente beber. Mistura trabalho *cum* lazer, e a gente se diverte pra valer. Olha, até rimou!

Dentre os 85 lotes existentes na comunidade Afatam, 23 possuem criatórios de peixes, sendo a maioria com a finalidade de comercialização. Em visitação a um desses lotes, no intuito da compra da mercadoria ofertada, observei que o ENT-22 encontrava-se sentado à beira do tanque, com uma vara de pesca, fisingando peixes e colocando em uma caixa d’água ao lado. Perguntei-lhe por que não retirava os peixes com uma rede, como comumente eu já havia observado por outros assentados que possuíam tanques para criatório fazerem, o que ele prazerosamente me respondeu, após uma estrondosa gargalhada:

- Não há lei que me impeça de *trabaiá* e me divertir ao mesmo tempo. Eu sempre gostei de pescar, *intão* por que vou me tirar esse prazer, retirando os peixes na rede, de montão, se eu posso pegar de um por um, ganhar meu

1. DIV-X adequou-se às Diversidades entrevistadas, relatadas no 1º livro da Trilogia do Tarumã Mirim.

dinheirinho e ainda assim me divertir?

Quem vai contestar esse modo de apreciar a vida? Isto nos remete a mais constatações da imbricação entre trabalho e lazer, por, em algumas circunstâncias, não haver uma distinção clara entre o que é trabalho e o que é lazer, devido às intrínsecas interligações apresentadas no contexto, a saber e contestar certas vertentes teóricas:

- a) “é escolhido livremente”. Para aquele assentado, sentado à beira no tanque de peixes, o momento não era exatamente escolhido livremente, pois ele necessitava retirar os peixes do tanque para a venda, porém nem por isto deixou de ser uma renovação das emoções;
- b) “é uma ocupação não remunerada”. Aquela ocupação seria remunerada, porque ele iria vender (e me vendeu) o seu peixe (no sentido exato da palavra);
- c) “é desobstruído de obrigatoriedade”. As suas próprias necessidades econômicas estavam inserindo naquele momento um aspecto obrigatório, pois, para ele comercializar sua mercadoria, seria necessário retirá-lo do tanque, mas nem por isto aquele processo deixou de representar prazer e emoção, e afirmado categoricamente que ele estava se divertindo, mais uma vez confirmando-se as imbricações entre trabalho e lazer.

Isto nos vislumbrou o caboclo amazônida, descrito por Matos (2015, p. 123)

Apesar da exigência social, é possível encontrar, em comunidades mais afastadas de centros urbanizados, pessoas ou famílias que se orientam pelos ciclos naturais e levam uma vida menos corrida. Constroem e produzem o suficiente para viver. Não podem ser classificadas de conformadas. Elas aprenderam, vivendo em um universo de rios e florestas, que a vida para se viver não precisa ser acelerada. Isso não é um problema no modo de vida de muitos amazônidas, pode ser um problema para o olhar do cidadão, epistêmico, carregado de cientificismo, tecnologia e progresso. De cócoras apreciando, ou melhor, contemplando o fluxo do rio em finais de tarde, esse amazônida não se dá conta de que no mesmo tempo, mas em outro espaço, a vida frenética e ordeira estressa muita gente em busca de querer mais, ganhar mais para manter a sua posição social exigida nas cidades complexas de nossos dias.

A pressa consumista não estava presente na vida daquele assentado, vivendo a vida no seu universo tranquilo, no “pesca-e-vende” do seu peixe, distanciado da vida frenética e dos anseios econômicos e estressados daqueles que não “se desligam” da vida agitada na cidade. Analisamos também que, pelas concepções de Dumazedier (1973), nas três funções do lazer, a citar: “Descanso; Divertimento; Desenvolvimento da personalidade”, o divertimento encontrava-se presente entre elas, haja vista que na própria fala do assentado está explícito o seu divertimento.

Ao analisar aquele momento do “pescador”, isto também nos reporta às citações de Marcellino (1998, p. 31) no tocante ao lazer, onde ele cita: “prefiro entender o lazer como

a cultura vivenciada no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência, o que nos remete mais uma vez a aprofundar as análises, porque o tempo do “pescador” não se encontrava “livre” e também não era um caráter “desinteressado”. Apresentamos mais uma vez a contestação!

A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa, confirmando-se, mais uma vez, a interligação entre trabalho e lazer, em uma junção prazerosa entre um e outro. Matos (2015, 0. 391) também relata sobre as imbricações entre trabalho e lazer, quando nos cita:

A risada, o humor, a excitação agradável, o lúdico se misturam com a seriedade e fazem render mais o dia de trabalho, tanto no âmbito do cultivo do solo, quanto na caçada e pescaria. No contexto estudado, é possível observarmos trabalho e divertimento entrelaçados.

O citado na pescaria buscava outra recompensa além da satisfação, e o seu tempo não poderia ser compreendido como “tempo livre”, e mesmo assim apresentava-se como uma interconexão de trabalho e lazer, demonstrando a sua imbricação, e o apreço entre a tarefa executada e o prazer sentido, aspecto esse também confirmado por Dumazedier (1973, p. 93) quando cita que as relações entre o trabalho e o lazer evoluíram e evoluem rapidamente numa direção e sob um ritmo ainda não muito definido, imbricando um e outro.

Em algumas situações laborais, trabalho e renovação de emoções estão intrinsecamente interligados, ou mesmo o lazer agindo de forma determinante sobre o trabalho, onde não podemos mensurar o que seria trabalho e o que seria lazer. Em diversos aspectos, a satisfação e o descontrole controlado das emoções vivenciadas, conforme nos cita Elias e Dunning, encontram-se presentes nos dois contextos analisados.

Em qualquer dos aspectos aqui discutidos, o lazer é benéfico e essencial ao ser humano, por trazer-lhes benesses, contribuindo com sua qualidade de vida e rendimentos nos aspectos produtivos do trabalho, afinal, os seres humanos não são máquinas. Necessitam de momentos de descanso e de divertimento.

4.1.1 Atividades Intermediárias e o renovar das emoções²

Iniciamos concordando com Lombardi (2005): o lazer é tão fundamental quanto o transporte, a educação, a moradia, a saúde, o saneamento básico e a alimentação para a vida de todo e qualquer ser humano. Tais assertivas desses direitos estão assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 6º, capítulo II – Dos Direitos Sociais (Brasil, 1988). “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O trabalho, por sua vez, é para dar o sentido de produtividade em contexto profissional e/ou econômico.

As atividades realizadas entre o intervalo de tempo do trabalho remunerado e o tempo

2. Maiores detalhes no artigo das autoras desta obra: Trabalho, lazer e o renovar das emoções: as atividades comunitárias na zona rural de Manaus-AM. Disponível em: <http://oldror.lbp.world/ArticleDetails.aspx?id=3372>

livre possuem definições tais como trabalho não profissional ou atividades intermediárias. São definições diversificadas, dependendo de quem aborde o tópico, porém o sentido é um só: o que fazemos entre trabalho e lazer, em que ocupamos o tempo, que nem seja trabalho oficial, nem diversão. Essas atividades podem ser praticadas em conjunto ou individualmente. O importante é que provocam o renovar das emoções, permitindo-nos satisfação e bem-estar. Para Bramante (1998, p. 9):

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômicos e influenciados por fatores ambientais.

Nessa interseção, um elemento torna-se aparente e essencial: a quebra de rotina, através de *bricolagens*, *semilazer*³ ou outras denominações. *Bricolagem* foi relatada por Levi-Strauss, antropólogo francês, na obra *O pensamento selvagem*, 1ª ed. de 1962, publicada no Brasil em 1976, para descrever uma ação espontânea.

Outra tendência veio dos Estados Unidos, decorrente do encarecimento da mão de obra: o processo de *bricolagem*, e está relacionado com o conceito de DIY (*Do It Yourself*), que significa “faça você mesmo”, uma concepção criada na década de 1950. Em muitos casos, o método de *bricolagem* funciona como *hobby*, proporcionando momentos de prazer e satisfação em quem o executa.

Na sociologia do lazer, a *bricolagem* tem sentido idêntico ao *semilazer*, que Dumazedier (1973, p. 117) definiu como: “as atividades executadas não para atenderem a uma necessidade, mas sim aquelas feitas de boa vontade e consideradas por quem as executa como atividades de descanso ou relaxamento”, ou seja, é a elaboração de tarefas executadas no seu tempo livre, resultando quebra de rotina, a diferenciar das tarefas profissionais ou domésticas.

Dumazedier (1973) cita, ainda, que muitas experiências dentro dos interesses culturais manuais do lazer teriam dupla função: de gratuidade na sua essência (um dos fatores fundamentais do lazer); e de utilidade no seu processo (uma das características mais próximas ao mundo da obrigação/trabalho).

Essa dupla função provoca a sensação de bem-estar causada por uma experiência simplória:

- a) frente a um desafio aceito (livre escolha);
- b) munido de conhecimentos e habilidades específicas (competência ótima);
- c) com os recursos necessários (equipamentos essenciais);

3. Tema abordado em um seminário no SESC/SP, 1976, por Dumazedier ao seu corpo técnico, relatado por Bramante (fonte: <http://ceiv.org.br/biblioteca/gestao-do-semi-lazer> o qual descreve sua experiência com o *semilazer*).

d) a exercer um ciclo completo de começo (desafio), meio (processo), e fim (solução) de uma experiência de “lazer” ou, nesse caso, de “semilazer”, dado o contexto utilitário de sua finalidade.

Tal atividade provoca a sensação de bem-estar causada por uma experiência simplória, quer na própria execução da tarefa, quer na transferência de saberes.

Todas estas atividades de lazer encontram-se circunscritas no mesmo tempo livre, não apresentando qualquer caráter de necessidade ou obrigação. Não visam à obtenção de um pagamento, colocam-se à margem das obrigações familiares, sociais, políticas e religiosas. São desinteressadas. Podem completar-se, equilibrar-se e substituírem-se umas às outras, segundo normas pessoais e coletivas. São realizadas livremente a fim de proporcionar satisfação aos indivíduos que as praticam (DUMAZEDIER, 1973, p. 270)

Os trabalhos voluntários encontram-se circunscritos nas execuções do tempo livre, por não apresentarem qualquer caráter de necessidade ou obrigação, não visarem à obtenção de pagamento na sua execução, colocarem-se à margem das obrigações familiares. São desinteressados.

A atividade de *bricolagem* nas classes populares pode ser analisada como dependente da necessidade, como um prolongamento da alienação do trabalho, pois o próprio operário seria obrigado a realizar o que ele não tivesse condições de adquirir. Em outras análises, ele realizaria a *bricolagem* por não saber fazer do seu tempo livre outra coisa diferente de um tempo de trabalho (CUCHE, 2002, p. 155), o que não concordamos plenamente, pois as classes populares também sabem aproveitar o seu tempo livre dos desembaraços profissionais e familiares, pra usufruírem do seu tempo livre em um lazer satisfatório.

Na obra Sociologia Empírica do Lazer, de Dumazedier (2008, p. 99), dentre os diversos tipos de lazer, destacam-se os lazeres práticos, conhecidos como atividades manuais (*bricolagem*, jardinagem, costura, marcenaria, entre outros), praticados com finalidades de entretenimento e diversão. Trata-se do prazer de manipular, explorar e transformar a natureza.

Conforme Zioli (2015, p. 59), na sua dissertação sobre o lazer dos agricultores familiares, os lazeres práticos muitas vezes são percebidos como atividades utilitárias, podendo de certa forma colocá-los numa linha muito tênue entre lazer ou semilazer e as obrigações familiares porque, na zona rural, as imbricações entre trabalho e lazer são aparentes.

Pelas concepções de Elias e Dunning (1992, p. 147), essa atividade é classificada como Atividade Intermediária, no subgrupo Trabalho Particular, servindo para atender as necessidades de formação, autossatisfação e autodesenvolvimento, tais como: participação em questões locais, atividades de caridade, fotografia amadora, trabalho em madeira etc.

Outros pesquisadores afirmam que a *bricolagem* é também uma criação livre, em que o indivíduo é o dono da gestão de seu tempo, da organização de sua atividade, da elaboração do produto final. Isto explica o sucesso da *bricolagem*, ao reintroduzir um espaço de autonomia em um universo de obrigações rotineiras.

Rotina, segundo Houaiss (2010), é a prática mecânica de certas ações. Na concepção de Elias e Dunning (1992, p. 115), a rotina refere-se à maneira como a mecanização e a racionalização conduzem à monotonia e ao caráter repetitivo, nas tarefas do trabalho, que originam sensações de aborrecimento naqueles que as realizam.

A cessação de atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares e sociais leva os indivíduos à busca de alternativas para amenizar o estresse, através da quebra de rotina. Essa ruptura não é praticada somente por alguns privilegiados, mas agora para uma massa de indivíduos (DUMAZEDIER, 1973, p. 265) em busca do renovar das emoções (ELIAS, 2011).

Apesar de o lazer historicamente adquirido ser um dos direitos sociais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, tão fundamental quanto a educação, o saneamento básico, a moradia, o transporte, a saúde e a alimentação, é válido assinalar que no projeto de assentamento Tarumã Mirim não detectamos nenhum investimento fornecido por políticas públicas estaduais e/ou municipais que possibilite o lazer ou outras atividades similares que instiguem ao renovar das emoções em caráter comunitário, restando aos assentados criarem formas específicas e peculiares de favorecer a socialização e a inter-relação entre as pessoas.

Geralmente associamos a quebra de rotina somente quando ocorrem momentos de lazer. Porém nesse subitem nos referimos à *bricolagem*, ou semilazer, observada em diversos momentos na pesquisa de campo. Ao nos referirmos às relações de trabalho, entendemos que toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo (Santos, 2013, p. 62), diversificando e avolumando ao longo do tempo. Essas técnicas se incorporam também na execução da *bricolagem*.

Durante a execução da pesquisa de campo, eu me “imersa” nas atividades dos assentados, para melhor assimilação ao dito e observado. Durante parte desse período, participei de diversos puxiruns (ou mutirões), tais quais os puxiruns comunitários, os do dia, os da noite e os da madrugada. Dentre esses, houve um que me chamou bastante atenção: o puxirum do dia, na fabricação artesanal da farinha, principalmente pela *bricolagem* observada naquela atividade, tanto pelo aspecto social que tal função demanda na comunidade, quanto pela possibilidade não econômica que futuramente poderia advir do resultado do produto desenvolvido.

Tal *bricolagem* consiste no aproveitamento dos excedentes da mandioca, quando das ações de farinhagem no lote de ENT-2. Impressionei-me ao observar a técnica da “artesã da mandioca”, como ela é alcunhada na comunidade, por “brincar” com as diversas derivações da mandioca, após os trabalhos tradicionais da fabricação da farinha e seus complementares (que geram renda econômica).

O resultado das suas *bricolagens*, é distribuído gratuitamente à comunidade, sendo de utilidade pública, inclusive as técnicas para o desenvolvimento dos produtos gerados, que são ensinadas a quem se interessar pelo processo. A parte líquida que é colhida na prensagem da mandioca é um líquido amarelado (manipueira), que ENT-2 utiliza para fazer a sua *bricolagem* em diversas fabricações, que se transformam em quatro produtos: em tucupi; em fertilizante; em pesticida; em carrapaticida.

Apesar da exaustão após a fabricação tradicional da farinha, tapioca, goma e polvilho,

ela ainda encontra disposição para a *bricolagem*, entre risos e concentração, preparando para si e para a comunidade os benefícios advindos dos restos do processamento da farinha, levando proveitos à comunidade, pela gratuidade da sua ação, desenvolvendo atividades que demandam técnicas específicas e prazer na execução.

Ao final do puxirum da mandioca (todo o processo entre o arranque do tubérculo, o molho e a torrefação teve a duração de uma semana), inquiri os participantes: por que, após uma lida exaustiva no processo da farinha, vocês ainda “se envolvem” nessa “brincadeira”, que não vai dar lucro pra nenhum de vocês?

– Quem disse que *num* vai dar lucro? Não viu como é divertido? E é útil também... Quantos mandiocais a gente contribui pra florescer? Quantos canteiros a gente não impede que as formigas vão lá e toram tudo? Quantos molhos gostosos a gente distribui pra gente daqui, nesses tucupizinhos? Isso é lucro pra nós e pra todos da comunidade (ENT-2);

[...]

– Nós aqui vivemos um ajudando o outro, porque a nossa principal força é a solidariedade, e isto que fazemos após os processos da farinha tem tanta ou mais importância que a própria farinha fabricada. A farinha é vendida, quem compra come... e pronto. O que a gente faz depois, que são esses processos que a gente distribui gratuitamente pra nossa comunidade, além dos benefícios em geral, também traz a sensação de estarmos fazendo mais do que se espera da gente (ENT-35);

[...]

– Faz um bem danado a gente ver a cara de satisfação daqueles que a gente entrega esse adubo natural, esse fertilizante. Acho que faz mais bem pra gente mesmo. É uma sensação de dever cumprido. Muitos dos assentados aqui *num* têm dinheiro pra comprar os adubos químicos, os inseticidas, e a gente ajuda eles e ainda por cima ajuda a natureza, por não estar poluindo nossos igarapés *cum* venenos industrializados, então isto é lucro (ENT-1);

[...]

– É verdade que depois da farinha a gente “tá morto”, *intão* essa parte que a gente faz sem pensar no lucro às vezes é o que mais diverte a gente. Até os cachorros lucram com esta “brincadeira”, porque se livram dos carrapatos (risos). Vale a pena sim. É como um lazer, depois de uma lida muito danada de cansativa. Quando terminamos tudo e vamos cuidar da nossa própria lavoura, levamos a farinha, os adubos, os inseticidas, e a certeza *qui* demos o melhor de nós mesmos, pra o bem de todos. Isto é gratificante. Sempre fazemos isto e sempre sentimos que estamos colaborando *cum* todos. A gente sai renovada desses encontros (ENT-13).

Em diversos outros momentos foram detectadas atividades que seriam classificadas

como semilazer ou *bricolagem*. Sugerimos, portanto, estudos mais aprofundados futuramente, acerca dessa temática, praticada assiduamente na zona rural pelos moradores.

O fator solidariedade, observado no decorrer da pesquisa, também nos reporta a Santos (2013, p. 129), ao relatar que, na luta cotidiana pela sobrevivência dos indivíduos sem elevados recursos financeiros, os “não possuidores”, segundo suas palavras, não têm força na individualidade. A sobrevivência só é assegurada porque as experiências coletivas se desenvolvem. É com essa força coletiva, ao lado da busca de bens materiais finitos, que cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam, e, nos ajuntamentos observados, a solidariedade constituiu as bases sólidas para os trabalhos coletivos.

Na pesquisa de campo, observamos o semilazer desenvolvido de forma ativa na comunidade pesquisada, em benefício social e aproveitamento pessoal, a partir do renovar das emoções e contribuições à comunidade, porque as interdependências se encontram ativas nas relações entre os indivíduos.

Em todos os momentos foram perceptíveis a utilização de técnicas, a essencialidade de ferramentas para o desenvolvimento das atividades, a gratuidade nas ações, porém dois “equipamentos” foram extremamente relevantes: as mãos e a solidariedade, a desenvolver a riqueza local, constituída principalmente de união, amizade, companheirismo e preocupação social pelos membros envolvidos no bem-estar e subsistência entre eles.

No resultado deste estudo, constatamos que diversos são os “gatilhos” que acionam os sentimentos de prazer e bem-estar que renovam as emoções dos sujeitos pesquisados. A socialização é a principal “mola propulsora” que “dispara” esses gatilhos, munidos de risos, pilhérias e solidariedade.

Em virtude da ausência de ambientes sociais previstos em políticas públicas mundiais de responsabilidade formal do Estado, para o também entretenimento da comunidade rural, o voluntariado para o alcance do trabalho com satisfação, lazer e/ou *bricolagem* comunitária se apresentam como as principais formas de socialização e bem-estar, numa dialógica do trabalho com o lazer.

Nas situações descritas, outras demonstrações também ativam os “gatilhos emocionais”: o riso, as pilhérias e a sensação de estar contribuindo para o bem-estar comunitário. Comunicações consentidas de certa intimidade, em busca do humor e da distração durante um tipo de trabalho, o que o torna prazeroso.

Concluimos que a Afatam não é uma comunidade perfeita, nem a *bricolagem* comunitária no voluntariado é a solução para todos os problemas, mas a solidariedade ameniza as necessidades existentes e a amizade contribui para solucionar diversos problemas sociais e pessoais.

Isto nos demonstra que não são somente os bens materiais ou a elitização em busca do renovar das emoções que proporcionam situações prazerosas na vivência comunitária, ou mesmo na satisfação individual. O lazer está, inicialmente, nos sentimentos dos próprios indivíduos, que buscam alocar no espaço-tempo a exteriorização desses próprios sentimentos.

Na zona rural, onde a compulsão por compras não pode ser suprida de forma imediata, ou a acessibilidade às diversificações de lazer tecnológico esteja ao alcance

“das mãos”, a bricolagem e a solidariedade suprem essa lacuna, trazendo uma riqueza emocional e social aos indivíduos que lá residem, instigando às ajudas solidárias, como forma de socialização e diversão.

4.2 FUNÇÕES DO LAZER NO CONTEXTO SOCIAL

As atividades de lazer em um dado momento possuem uma função de destruição da rotina, mas tornam-se rotineiras através da sua repetição, perdendo deste modo a função de proporcionar excitação, porque deixam de prover um grau de insegurança e de expectativa, eliminando, portanto, os níveis de tensão e ansiedade que as acompanham, perdendo-se a função primordial da quebra de rotina. Esses níveis de tensões no lazer podemos observar em diversos parâmetros: ao nos reportarmos ao exemplo de um filme de terror, a primeira vez em que o assistimos, os índices de excitação e medo atingem píncaros elevados, porém com a sua repetição (assistindo a um mesmo filme), esses índices vão decaindo, até o momento em que não gera mais excitação alguma, rompendo-se então a excitação e, conseqüentemente, o lazer. Já sabemos quem é o bandido, o mocinho, o monstro.

O tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição (desfrutar, ter prazer com), torna-se também um tempo de aprendizagem e de socialização. O lazer poderá vir a ser uma ruptura, num duplo sentido: a interrupção das atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares, e, ao mesmo tempo, o reexame das rotinas, estereótipos e ideias já prontas que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas (DUMAZEDIER, 1973 p. 265).

Elias e Dunning (1992 p. 181) esclarece que as pessoas esperam das suas atividades de lazer não só “relaxamento”, mas também estímulos, um despertar emocional agradável, um sentimento de prazer, em resumo, a produção de tipos específicos de tensão em companhia dos outros. Os sentimentos despertados pelas atividades de lazer, tais quais no trabalho, são intrinsecamente sobrecarregados de tensões, medos, ansiedades, (ELIAS e DUNNING, 1992 p. 160), rompendo com o paradigma que “o lazer é para eliminar as tensões do trabalho”. Nunca o é, porque no lazer também há tensões.

Marcellino (1998 p. 16), cita que considera o lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida. Tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social. Estamos constantemente sob coações, em maior ou menor proporção. Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível, ao invés de tempo livre. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência, em busca da recompensa além da satisfação provocada pela situação (MARCELINO, 1998, p. 31).

Elias e Dunning (1992, p. 107) concebem o lazer como a busca de um descontrolo controlado das emoções, uma ocupação escolhida livremente no seu tempo livre e não remunerada, escolhida, sobretudo, porque é agradável a si mesmo e desobstruído de obrigatoriedade, porém, vale ressaltar que mesmo no lazer, há limites socialmente aceitos, não sendo aprazível extravasar de forma desenfreada as emoções individuais, por isso do dito “descontrolo controlado”.

O lazer como descontinuidade da rotina laboral nos remete a diversos parâmetros, que vão desde aqueles permeados de tensões até o “não fazer nada”, onde os níveis de tensão encontram-se quase estagnados, porém em todos os âmbitos o processo civilizador nos demonstra indicativos sociais intrínsecos entre o “eu” e o “nós”, em uma interdependência. Mesmo no “não fazer nada” há, direta e indiretamente a participação do “outro”: na “confecção da rede de embalo”; nos apetrechos de pesca na modorra à beira do igarapé; na montagem da espreguiçadeira atada sob as árvores, ou sob uma ponte sobre as águas.



Figura 17: Banho em lote na comunidade Afatam (Rede armada sob a ponte e acima da água)
Fonte: Pesquisa de campo

Observa-se que no lazer há uma socialização, através de estímulos que afloram proporcionados pela existência de outros seres humanos, nas relações interpessoais. Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem indivíduos ou o indivíduo sem sociedade é um absurdo (ELIAS, 1994 p. 67), pois, salvo algumas exceções, é no socializar-se que vem a liberação das tensões, juntamente com a quebra dos bloqueios, nos agrupamentos sociais, aflorando a sociabilidade como uma esfera de lazer.

Os processos emocionais preenchem as funções de lazer através de diversas formas, tais como: sociabilidade, mobilidade e imaginação (Elias e Dunning, 1992 p.178). Cada um desses elementos atua como meios de gerar excitação agradável. Podemos analisar a sociabilidade como um elemento de prazer, um sentimento agradável vivido pelo fato de estar na companhia dos outros sem qualquer obrigação ou dever para com eles,

simplesmente pelo fato de apreciar a sua companhia.

Dumazedier (1973 p. 269) cita que o lazer não é um produto secundário, mas prioritário da civilização contemporânea. Tanto o lazer quanto o trabalho geram tensão e excitação, porém o lazer não é para a liberação das tensões do trabalho. Se o fosse, ninguém trabalharia arduamente no decorrer do dia, e ao final deste sairia para jogar bola, nadar em águas revoltas, assistir a um filme de terror, etc., visto que as atividades de lazer também geram tensões e excitações.

Se no trabalho o referencial é “o outro”, no lazer o referencial é “o eu”. Não há a obrigatoriedade de “bater ponto”, cumprir horários, controlar em demorado as emoções. O tempo livre está à sua disposição, a usufruir como bem lhe aprouver. Se as pessoas vão a campo de futebol, a um banho, a um cinema, é porque no lazer elas podem escolher como se ocupar de uma maneira que favoreça a experiência do prazer (ELIAS e DUNNING, 1992 p. 163), pois a excitação é um fator agradável dentro do lazer.

4.2.1 O lazer tridimensional: Descanso, Divertimento, Desenvolvimento

O lazer abrange diversos parâmetros na vida dos indivíduos, desde um embalar na rede, às tensões exacerbadas das atividades de *rafting*, em perigosas descidas em cachoeiras, dentro de pequenos botes infláveis. São situações totalmente opostas, porém reportando ao lazer. Em diversos aspectos, o lazer se apresenta em linhas tênues, se levarmos em conta indivíduo e ação.

Aos amantes do paraquedismo, saltar de aeronaves, ou de lugares fixos, fazendo uso de um paraquedas para diminuir sua velocidade de queda, provoca sensações de êxtase, enquanto para outros seriam intensos fragmentos e terror. A ação seria a mesma – saltar de paraquedas – porém enquanto para uns seria classificado como lazer, para outros seria pavor.

Quando conjecturamos o lazer como tridimensional, referimo-nos às classificações do mesmo pela teoria de Dumazedier (1973, p. 32) que especifica o lazer em três funções distintas, denominadas 3D's: Descanso, Divertimento, Desenvolvimento da personalidade.

1º “D” – Descanso: ao nos reportarmos ao descanso como uma das subdivisões do lazer, ele se enquadra como liberação da fadiga. Nesse sentido, o lazer é um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho. Apesar de ter havido uma melhoria na execução das tarefas físicas, o ritmo da produtividade, a complexidade das relações industriais e, nas cidades grandes, a distância entre o local de trabalho e da habitação, determinam, certamente, um aumento da necessidade de repouso, silêncio, e pequenas ocupações sem objetivo. Para qualquer categoria de trabalhador, o estudo da função de recuperação pelo lazer deveria ampliar o campo das pesquisas sobre a fadigabilidade.

2º “D” – Divertimento: ao nos referirmos ao divertimento, também podemos classificar como recreação e entretenimento. Nele sua função é liberar-se do tédio, para livrar do sentimento de privação, gerando uma ruptura branda com o universo cotidiano. Dentro de circunstâncias socialmente lícitas, ela poderá ser um fator de equilíbrio, um meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social. Daí a busca de uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento. A ruptura poderá

levar, ainda, a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance, etc.).

3º “D” – Desenvolvimento da personalidade: em terceira dimensão, surge o Desenvolvimento da personalidade que, nas teorias de Dumazedier, depende dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana, porque instiga a:

a) permitir uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica. Conforme Dumazedier (1973, p. 129), o artesanato doméstico (*do it yourself*), executado nos lares, assume as mais diversas funções: familiares, pessoais, utilitárias, desinteressadas, conformistas e criadoras. É ambíguo o efeito desses semilazer no desenvolvimento do indivíduo dentro do quadro familiar. Frequentemente é limitado, mas parece-nos incontestável;

b) oferecer novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais, como teatro amador, cursos de bordado, tricô e crochê, artesanatos, pintura, etc.;

c) possibilitar o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade, tais como os cursos de aperfeiçoamentos, aulas de dança, etc.

d) incitar a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão), atualmente “navegar” na internet;

e) apreciar comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade”, através do “crescimento” individual, dentro de situações agradáveis, que não foram lhes impingido por situações alheias a si. etc.

A função de desenvolvimento da personalidade pode ainda criar novas formas de aprendizagem voluntária, a serem praticadas durante toda a vida e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras, porém o elemento que norteará, e classificará como lazer, é o sentimento, a emoção.

A sensação de coerção, de obrigatoriedade, desvirtua a classificação de lazer. Exemplificando: Um indivíduo que tem medo de altura, ao ser obrigado a saltar de paraquedas, não será considerado lazer, o mesmo se aplicará se outra pessoa ser obrigada a fazer um curso de letramento e prática de produção textual, e odiar o ato de escrever.

As três funções (Descanso, Divertimento, Desenvolvimento da personalidade) são solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si. Na verdade, essas funções acham-se presentes:

- em graus variados;
- em todas as situações e em relação a todos os indivíduos;
- podem suceder-se ou coexistir;
- manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente na mesma situação de lazer

Às vezes estão de tal modo interpenetradas que se torna difícil distingui-las. Na realidade, cada uma delas não passa quase sempre de uma dominante, coexistindo, porém uma se sobressaindo às outras, dependendo do momento e do contexto. Enquanto uma em determinado momento torna-se dominante, em outro torna-se secundária.

4.3 O ESPORTE, O LAZER E SUAS DIFERENCIAÇÕES

Pelas concepções de Marques et al. (2008) o esporte e o lazer nos norteiam que os dois termos diferenciam um do outro, pois a palavra “esporte” por si só, dá sentido de esporte de alto-rendimento e este, segundo o autor, não tem nada de idílico, e está muito distante daquilo que consideramos lazer. Esporte é rendimento levado a sério enquanto lazer é brincadeira, relaxamento, diversão.

O Esporte, em seu sentido amplo, é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas. De acordo com a Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998, Cap. III, art. 3º, o desporto (esporte) pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

- a) desporto educacional – o esporte praticado nas escolas com finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo para a cidadania e para o lazer, como uma disciplina para o cumprimento do currículo escolar e como forma de socializar os estudantes;
- b) Desporto de participação – voluntário, o qual visa à integração dos praticantes e à promoção da saúde e da educação, sem a obrigatoriedade ou a imposição. O “eu”, a vontade pessoal determina a sua participação;
- c) Desporto de rendimento – com a finalidade de obter resultados de modo profissional ou não profissional, onde a capacidade do corpo é exigida como parâmetro, norteados por regras e repetições, buscando a melhor *performance*.

A busca por atividades físicas e esportivas é comum no tempo livre das pessoas que querem fugir de sua rotina, e essa escolha pode ser classificada como atividades de interesses físicos esportivos. Para Marcellino (2007, p. 14) estas incluem atividades como “as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades em que prevalece o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas”, gerando tensões ou relaxamentos, dependendo da atividade praticada. No tempo livre (idem, p. 34) diz que o indivíduo pode fazer o que quiser, seja atividade física ou descanso, de cultura ou esporte, turismo, ócio ou contemplação.

Dentre os esportes coletivos, Reis (2006, p. 9) diz que o futebol é de maior sucesso, pois possui uma característica mimética que propicia ao seu público elevada tensão na expectativa do desenrolar das ações dos jogadores e da equipe, com funções de sociabilidade, interdependência e quebra de rotina, mesmo que praticados continuamente, porque há variações em cada momento, os passes, os gols, cada fase contém uma diferenciação, uma variabilidade, que não torna “rotina” os jogos.

Para estes autores, “todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as atividades de tempo livre são de lazer” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.145), haja vista que algumas tarefas “fora do ambiente de trabalho” não poderão ser consideradas de lazer. Dumazedier (1973 p. 31) cita alguns:

- a) o trabalho suplementar ou mesmo de complementação;
- b) os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária da criação de animais destinados à alimentação, jardinagem);
- c) atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono);
- d) as atividades rituais ou ligadas ao cerimonial, resultantes de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos);
- e) as atividades ligadas aos estudos interessados (círculos e cursos preparatórios de um exame escolar ou profissional).

Essas atividades não se encontram inseridas no campo profissional do indivíduo, porém também estão fora do âmbito do descanso ou da recreação, porque, por uma dimensão, possuem suas coerções e obrigatoriedades, por outro, não estão incluídas no foco salarial.

4.4 AS MULHERES E O LAZER: TEMPOS MORTOS E DISTRAÇÕES MIÚDAS

O tópico lazer feminino, apesar de constantemente explorado em diversas nuances, sempre cabe mais explicações, porque, apesar da emancipação feminina, da luta pela igualdade legal e social, a igualdade de gêneros não emparelha homens e mulheres no quesito lazer, salvo exceções.

Em análises ao artigo de Queiroz e Aragón (2015), os autores explicam que, a partir da década de 70, a mulher começa a se inserir no mercado de trabalho mais intensamente devido ao processo acelerado de industrialização e urbanização. Ressalta também que as mudanças culturais e sociais relacionadas com o seu papel na sociedade foi fator predominante à essa inserção. A tendência crescente da participação feminina na força de trabalho continua até dias atuais, conforme observamos em diversos estudos, bem como empiricamente verificado.

Outra pesquisa válida em ressaltar é a de Garcia (2009) intitulado “Trabalho

feminino em dose dupla: onde está o lazer?”, que nos remete também ao tema abordado. Nas análises dos resultados daquela pesquisa, foi constatado que praticamente todas as mulheres/operárias assumiam sozinhas o papel de responsáveis pelos afazeres domésticos. Além da pouca ou nenhuma atividade corporal (quando entendemos nesse contexto ser uma cultura corporal de lazer) para o desenvolvimento físico, essas trabalhadoras ainda carregam consigo a amarga tarefa de trabalhos domésticos (dupla jornada de trabalho) em praticamente todos os estudos analisados.

Dumazedier (1973, p. 117) também apresenta um estudo importante, acerca do tempo médio do cotidiano das mulheres:

- a) o tempo médio cotidiano do lazer de uma mulher casada, sem filhos e sem profissão, é de quatro horas;
- b) para todas as demais categorias de mulheres (as que exercem uma profissão ou as que têm filhos, mesmo permanecendo no lar), o tempo de lazer cotidiano não ultrapassa, em média, duas horas e dez minutos;
- c) esse tempo se reduz para aquelas mulheres que, além de exercerem uma profissão, ainda têm sob sua responsabilidade um, dois ou três filhos.

Sem a possibilidade de delinear com clareza o quadro de referências das obrigações familiares, torna-se difícil saber como o lazer se insere realmente na trama das atividades domésticas e familiares.

Em continuidade aos estudos de Dumazedier, o denominado “tempo livre”, particularmente aquele característico das mulheres no lar, apresenta dificuldades muito complexas ligadas à própria natureza das obrigações familiares, porque o trabalho doméstico ramifica-se numa teia de atividades, de caráter obrigatório, que pode ser muito variável.

Fator também relevante levantado por Dumazedier (1973, p. 119) refere-se às diferenças incomparáveis entre o tempo de trabalho profissional e o tempo de trabalho doméstico. A despeito do ritmo particular de cada indivíduo, já se cronometrou a duração de cada tarefa no trabalho profissional. Existe uma relação direta entre a tarefa realizada e o tempo de execução.

Não se pode dizer o mesmo quanto às tarefas domésticas, porque o tempo de cada uma delas não obedece praticamente a qualquer controle, a não ser aquele imposto pela dona de casa a si própria. As tarefas domésticas são praticamente incomensuráveis. Exemplo: enquanto uma dona de casa varre seu domicílio em 20 minutos, outra poderá levar mais, ou menos tempo, o mesmo se aplica às diversas atividades domésticas. Essa tarefa não é medida por m². O tempo reservado aos trabalhos domésticos é praticamente ilimitado, porque, segundo dito popular “trabalho de casa é um mar sem fim. Nunca se acaba”.

Dumazedier (1973, p. 119) usa frequentemente o termo “tempos mortos” no contexto entre lazer e atividades domésticas. Ele compõe de distrações miúdas. É praticamente incomensurável. E é nesse quadro temporal informe e inconsistente que, na realidade,

se inserem as atividades de lazer da dona de casa. Chamariamos então de “tempo de lazer” determinada duração obtida teoricamente pela adição desses tempos mortos, mas frequentemente retalhados e espalhados durante o decorrer do dia, classificados como, nos ditos de Dumazedier, “distrações miúdas”.

Para algumas mulheres, prossegue o relato de Dumazedier, sua busca é uma conquista permanente. Então muda o tipo de trabalho familiar, uma vez que a mulher, desejosa de ter mais tempo “reservado para si”, normaliza suas tarefas, inventa uma ordem racional na sucessão das mesmas a fim de perder menos tempo, ganhando assim tempo sobre as obrigações materiais. Conclui ele que o lazer fica condicionado a experiências vividas durante um certo tempo, o que torna difícil sua apreciação por métodos puramente cronográficos⁴.

Outro fator a reduzir o tempo de lazer da mulher, é a presença no lar de filhos de pouca idade. Isso impõe-lhe uma real diminuição do tempo livre. Porém outro aspecto foi abordado por Dumazedier em sua pesquisa acerca do lazer versus atividades domésticas, a favorecer a mulher, quando não trabalha fora em atividades remuneradas: depois que os filhos crescem, em muitos casos, o tempo livre da mulher pode ultrapassar o do homem.

Assim, sob a influência do progresso técnico, da coletivização das tarefas e dos progressos na organização doméstica, os trabalhos domésticos diminuem em valor absoluto e tendem a aumentar as possibilidades de lazer. Nesse ângulo analisado, principalmente após a enorme expansão dos aparelhos destinados à distração, recreação e entretenimento e que também contribuem para satisfazê-la (DUMAZEDIER, 1973, p. 124), a mulher, com seu “jeitinho brasileiro” pode aumentar o seu “tempo morto” e expandir as suas “distrações miúdas”.

O lazer instalou-se na família no momento em que esses aparelhos (rádio, televisão, etc.) integraram-se no mobiliário doméstico. Dessa situação resultou uma função renovada da família que deverá, agora, ser analisada à luz das categorias especiais da sociologia do lazer, em vertentes mais atualizadas, dada as gamas tecnológicas a inserirem-se os lares.

4.5 ENTENDENDO O LAZER NA ZONA RURAL

Ao analisar o aspecto do lazer na Comunidade Afatam, comprova-se que o lazer também é permeado de tensões. Os assentados lidam rotineiramente com o trabalho braçal, na enxada, foice, machado, facão, gerando tensões e exaustões, e à tardinha ou à noite vão jogar uma partida de futebol no campinho da comunidade, enfrentando inclusive longas caminhadas até o local específico para o jogo, agregando assim mais tensões e exaustões, porém essas emoções são prazerosas.

4. Registro gráfico de intervalos de tempo no decurso de uma observação.



Figura 18: Área de banho em sítio da comunidade Afatam

Fonte: Pesquisa de campo

Os banhos nos igarapés exigem esforços físicos para a descida e subida ao local próprio para o banho, bem como o risco nas corredeiras no igarapé Tarumã-Mirim geram medo e excitação, porém a excitação é um fato agradável dentro do lazer, e, conseqüentemente, o medo é um dos elementos do lazer.

A criatividade e o tempo dedicado aos espaços para o lazer também foram fatores observados na comunidade, principalmente à beira (ou sobre) os igarapés, como compensação às ausências de espaços comunitários para tal. Em muitas vezes, nas andanças pela comunidade, ouvia as cantorias à beira dos igarapés, as mulheres tomando banho, lavando roupas e cantando a música Juventude transviada, do cantor Luiz Melodia, lançada em 1975: “Lava roupa todo dia, que agonia...” não como um lamento, mas como melodias a expressar sua harmonia com a natureza.

Observa-se também que, apesar das fortes tensões vivenciadas na lida diária entre o lar e as plantações, os assentados vivem as tensões do trabalho, e à noite se incorpora nas suas rotinas mais tensões, ao apreciar as tramas das novelas (o telespectador encontra-se em outra esfera), os sentimentos afloram nas cenas dos filmes de terror (o filme prende e gera tensão), as emoções lúdicas se intensificam nas sagas românticas. O “não fazer nada” é apreciado pelos moradores da zona rural, acompanhado de diversas manifestações da natureza, a emprestar beleza e harmonia ao lugar.



Figura 19: Momentos de lazer na zona rural (personificação do personagem “Moisés da roça”)
Fonte: Pesquisa de campo

Na zona rural o apreciar de um banho no decorrer do dia ou o admirar de um entardecer nos mostra momentos de intenso esplendor, quando a natureza conta histórias parece cochichar no ouvido do homem do campo, a acalantar seus músculos doloridos após um árduo dia de trabalho. E o homem, na sua singeleza, parece ouvir e interpretar a sua mensagem, a apreciar a paisagem livre da poluição, do zumbido dos motores automotivos, apreciando o voo dos pássaros tão próximos a si, como se os homens não lhes oferecessem riscos iminentes.

Nesse momento a beleza explode na mente e na visão do agricultor, porque captou a beleza naquele momento e naquele lugar. Nos recordamos mais uma vez dos estudos de Tuan (2012) a respeito da topofilia, a interligar homem e ambiente, num diálogo de entendimento, em que a natureza forma a ponte entre o viver e o sentir.

Tal parágrafo não se reporta somente a uma pessoa deslumbrada com o meio ambiente, e sim uma prova fotográfica desse cenário, conforme essa imagem registrada pela câmera do ENT-35, num entardecer no PA Tarumã Mirim, na mistura do ocaso com tempestade, quando os raios solares se despedem ofertando jogos de cores, em um momento na minha pesquisa de campo:

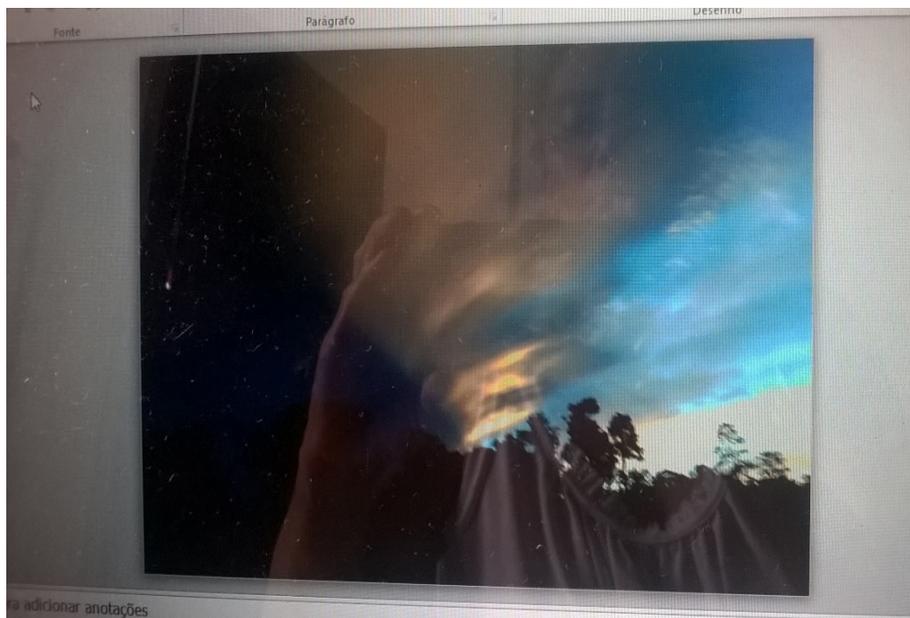


Figura 20: Entardecer no PA Tarumã Mirim

Fonte: Filmado pelo ENT-35 e cedido para esta obra

Apesar da proximidade à zona urbana, no Tarumã Mirim não existem os parques, praças, cinemas, centros de convivência, etc. conforme já mencionado. Mas existem as árvores, onde as crianças sobem, as matas por onde os adultos praticam as suas aventuras, os banhos onde todos apreciam os seus mergulhos, os campos improvisados onde jogam futebol. Em determinado momento da minha pesquisa de campo, em uma residência onde vivem diversas mulheres com filhos, ao finalizar a pesquisa, contei nove crianças “empoleiradas” em um pé de manga, retirando frutos, sorrindo em algazarras. Se assemelhavam a pássaros, em um infinito gorjear. Tal cenário me levou às conclusões que na simplicidade também se diverte. O lazer se encontra na disponibilidade da satisfação, da emoção, independentemente do lugar ou do arranjo financeiro.

Para analisar o aspecto do lazer na Comunidade Afatam, na pesquisa de campo, solicitei que o entrevistado citasse, por ordem de importância, cinco formas de lazer que ele mais apreciava, e praticava na comunidade. Para a compilação dos dados, não poderíamos simplesmente apresentar a quantidade de vezes em que foi escolhido o lazer “x”, ademais, como pedi para que relatassem a partir da ordem de prioridades, de apreço, de “gostar”, é óbvio que os primeiros citados teriam peso maior que o último citado.

Lazer na comunidade Afatam

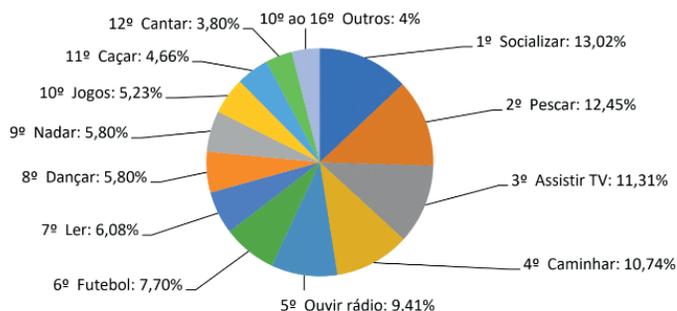


Gráfico 3 – Classificação, por ordem de preferências. Percentuais com arredondamentos
Fonte: Pesquisa de campo

Utilizamos, para a formatação da tabela, os critérios de importância, utilizando peso 5 (P-5) para o lazer mais apreciado; peso 4 (P-4) para o 2º lazer mais apreciado, e assim sucessivamente, até a última opção de lazer, dentre os cinco citados, para peso 1 (P-1), compondo-se a tabela que consta as classificações das 16 formas de lazer apresentadas aos entrevistados.

Em virtude deste tópico ter sido bem explanado no Livro 1 desta Trilogia., demonstramos, de forma simplista nesta obra, através do Gráfico 3, os resultados, para encerrarmos o referido assunto, mas aqui ainda cabe mais um comentário pertinente, advindo dessa que conviveu durante tanto tempo no PA Tarumã Mirim, que passa a entender a vivência naquela comunidade como um interlúdio entre o trabalho e o lazer, ou o lazer dentro do trabalho, ou ainda, o lazer pelo prazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de assentamento Tarumã Mirim representa possibilidades, porque os seus elementos constituintes são mais que terra-água-floresta, pois essa junção forma uma complexidade que demanda novos olhares: daqueles que lá residem, dos que usufruem do “ouro verde” das matas, do “diamante líquido” das águas, da “preciosidade” dos acolhimentos humanos.

Alguns leitores podem interpretar as simbologias “ouro verde”, “diamante líquido”, “preciosidades” como pieguices, porém detectamos um surto de topofilia também a nos atingir, suavizando o nosso olhar além das estruturas duras da pesquisa, harmonizando o nosso sentir, nos permitindo também um diálogo profundo com o meio ambiente que nos mostrou tantas especificidades, a nos instigar também esperanças.

Esperança que aqueles que detém o poder, e possuem as prerrogativas de cuidar, orientar e instigar à produtividade rural, expandam “olhares cuidadosos” para esses agricultores familiares, fomentando capacidade produtiva àqueles que vivem da subsistência da terra e da água. Nessa cadeia de interesses, eles (os assentados) são elos fragilizados, pela sua restrição financeira, e, em muitos, despreparo comercial, a necessitar de auxílios e orientações.

O turismo rural, ou mais especificadamente o turismo de cercania do PA Tarumã Mirim (por ser próximo a Manaus) merece atenção em diversos âmbitos, para tirá-lo do ostracismo, e dessa maneira, transformá-lo em um polo produtivo, porque há possibilidades para tal. É bem verdade que detectamos, por parte dos órgãos governamentais o desejo de contribuir para o desenvolvimento turístico da região, porém esse desejo se perdeu nas entrelinhas do caminho da implantação, enroscados nos “cipós da burocracia”, porque perspectivas e prerrogativas não se juntaram.

Se não foi o TRAF, nem o Programa Terra Sol (ambos não chegaram ao PA Tarumã Mirim), outros programas surgirão, e um dia a acessibilidade aos programas se interligará com as perspectivas ecológicas dos produtores rurais, e as prerrogativas governamentais se concretizarão, porque todos reconhecerão que produtividade e sustentabilidade é mais que plantar tubérculos ou hortaliças, mas plantar conscientização na mente dos homens: naquelas mãos finas que manuseiam a caneta, para assinar um Decreto, ou nas mãos calejadas dos agricultores, que labutam na terra.

Qual o cenário apresentado nessa 3ª obra da Trilogia PA Tarumã Mirim? Agricultores beneficiados pelo “diamante líquido” que são os igarapés despoluídos e o “ouro verde” que são as matas, prontos para ampliar o turismo rural, havendo grandes possibilidades e pouca concretização.

Quais as prerrogativas? Instruir esses “comerciantes do lazer” a manusear as suas “mercadorias” com cuidados e ternura, respeitando o meio ambiente, resguardando a sua “identidade agrícola”, e preservando os seus costumes como homem do campo, que luta, persiste, sonha, e transmite aos outros a sua cultura, como forma atrativa de perdurar o seu empreendimento. Enquanto o poder público não chega aos seus sítios, que a criatividade os ajude a manter os traços ecológicos preservados em suas propriedades, porque pressentimos que a realidade poderá futuramente mudar, e o que hoje for preservado, amanhã poderá ser explorado com sustentabilidade.

Quais as condições? Enxergar o seu ambiente além da terra-água-ar, mas como um paraíso que só precisa de pequenas adaptações, míseras transformações no ambiente rústico, pra mostrar ao mundo porque existe. Existe para o homem rural mostrar ao homem urbano que conviver em harmonia com a natureza é o elemento essencial para o relaxamento e bem-estar.

Qual a matéria-prima agregada à localidade? O lazer, como um bem de consumo de suma importância, tendo como matéria prima a satisfação das necessidades humanas, originadas na fantasia, proporcionando bem-estar e satisfação a quem os consome, e retorno econômico e realizações a quem os vende, em uma interação entre homem e ambiente.

Qual o benefício econômico? A própria venda do lazer (onde a exploração ao lazer gera renda econômica) se transforma em produção, e conseqüentemente mercadoria, com valor de consumo, porque “produzir prazer”, no sentido de renovar as tensões, também é produtivo ao ser humano e à sociedade. Dessa exploração o homem vende sua produção e o turista compra sem a interferência do atravessador.

Quais os benefícios à natureza? As formas contributivas ao meio ambiente, em virtude de que, enquanto uns brocam e derrubam as matas, no afã produtivo, para na área fazerem os seus cultivos, os “do lazer” procuram manter intactos os traços florestais, ou conservando as margens dos igarapés, para que a possibilidade do lazer não se desvalorize.

Qual o maior norteamento aos “assentados do lazer” no PA Tarumã Mirim? O sucesso do empreendimento depende do riso e contentamento do seu cliente, e com a menor transformação possível da natureza que o cerca. Só assim o seu “produto” sempre irá se valorizar, porque a natureza retribui ao homem que a respeita, em forma de magia e contentamento.

Qual o aconselhamento aos assentados do PA Tarumã Mirim? Persistência com relação aos seus objetivos. Atingir metas não é tão fácil, implantar e concluir um projeto nunca é indolor. Ninguém sofre as suas dores por vocês. Ninguém chora as suas derrotas a não ser os seus olhos. Ninguém corre atrás das suas melhorias a não ser vocês, mesmo havendo a representatividade (de associações, cooperativas, etc.), porque, se eles vos representam, as suas vozes têm que ser ouvidas. Quando se almeja algo, a luta deverá ser persistente até concluir o que se propôs. E quando envolve instituições governamentais, mais há a necessidade de correr atrás, com insistência, persistência, persuasão, clareza, simplicidade, dentro de uma lógica razoável, desde que tudo esteja dentro das normatizações.

Isso nos instiga a analisar os “assentados do lazer” também como produtivos, levando inclusive sociabilidade, como fato preponderante interligado ao lazer, ampliam as relações interpessoais nos aspectos aqui discutidos, quando um assentado acode ao outro, permitindo-lhes partilhar da comercialização do lazer.

Há possibilidades de o Tarumã Mirim se transformar em um “polo do lazer”, econômica e socialmente produtivo, conforme se espera de um assentamento rural, em que a agricultura familiar não seja somente plantar mandioca, pimentão ou cheiro verde, mas cultivar o que o ambiente oferece: cultivar a terra, mas também explorar o lazer, nas formas mais sustentáveis e adequadas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). **IDAM e Rede TRAF promovem incentivo ao turismo rural**. Publicado em: 22/10/2009. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/idam-e-rede-traf-promovem-incentivo-ao-turismo-rural/>. Acesso em: 25 abr 2020.

_____. Empresa Amazonense de Turismo. **Rumo ao Século XXI**. Manaus, 1991.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). **Municípios do Amazonas aderem ao Turismo Rural**. Publicado em: 03/05/2012. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/municipios-do-amazonas-aderem-ao-turismo-rural/>.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. **Plano estadual de recursos hídricos do Amazonas PERH/AM**. Publicado em Setembro/2018. Disponível em: <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Plano-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-Mobiliza%C3%A7%C3%A3o-Social-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 29 mar 2020.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Água para todos no Amazonas**. Publicado em 24 mai 2015. Disponível em: <http://www.meioambiente.am.gov.br/>. Acesso em: 17 ago 2016.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Amazonas Turismo**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/turismo/>. Acesso em: 13 mar 2016.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto Editora, 2008.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade Brasileira**. 2. ed. São Paulo. Editora Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BATISTA, Henrique Rogê. **Ensaio sobre a redução da pobreza rural: contexto histórico, definição e estimativas**. Uberlândia-MG, 2014. 105 f. Dissertação (Instituto de Economia) – Universidade Federal de Uberlândia.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia. Revista brasileira de História. Rev. Bras. Hist. vol.39 no.81 São Paulo May/Aug. 2019 Epub July 15, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882019000200117. Acesso em: 16 abr 2020.

BEBER, ariana Oliveira. **Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF)**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/turismo-e-hotelaria/turismo-rural-na-agricultura-familiar-traf/48681>. Acesso em: 25 abr 2020.

BEGNINI, Rosângela de Souza Bentes. **O turismo rural como estratégia de desenvolvimento local no município de Rio Preto da Eva – AM**. Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de estudos sociais programa de mestrado em desenvolvimento regional. disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/25101/ros%c3%82ngela%20de%20souza%20bentes%20begnini.pdf>. Acesso em: 12 abr 2020.

BELTRÃO, Otto. **Turismo & comunicação**. Manaus: Valer, 1996.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. In: *Licere*, Belo Horizonte: **CELAR/UFMG**, v. 1, n. 1, pp. 09-17, set. 1998. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/4226/3107>>. Acesso em: 11 fev 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim**. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.

_____. Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 17 jan 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007**. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf>. Acesso em: 28 abr 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 22 abr 2020.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Programa de Integração Intrarregional da Amazônia. Diagnósticos e Projetos**. Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/conteudo/destaques/arquivos/Estudo-Tecnico-Integracao.pdf>. Acesso em: 20 ago 2016.

CUCHE, Denys. **A noção da cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: Edusc, 2002.

D’Olive, Fernanda Moraes. **Prática e produção de texto**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. V. 1 Uma história dos costumes. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Rio de Janeiro: Difel, 1992.

GARCIA, Alessandro Barreta. Trabalho feminino em dose dupla: onde está o lazer? Motrivivência Ano XXI, Nº 32/33, P. 375-388 Jun-Dez./2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p375>

FERREIRA, Patrícia Maria de Sousa; GIRÃO, Francisco Everardo; PINTO, Willer Hermeto Almeida. Circuito Água Verde: turismo rural e agricultura familiar no município de Rio Preto da Eva. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 03/2007. Disponível em: file:///C:/Users/Agda/Downloads/Artigo_TRAF_Rio%20Preto%20da%20Eva_Gir%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 mai 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUANZIROLI, Carlos E. ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2010.

JAMES, William. As emoções. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 11, n. 4, São Paulo, dez. 2008. doi.org/10.1590/S1415-47142008000400013. Ensaio. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400013>. Acesso em: 27 nov 2016.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira S/A, 1989.

LAGE, Beatriz H.; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Papirus: São Paulo, 1989.

LOMBARDI, Maira Ivone. **Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LÓPEZ, Graciela Lima. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. *Textura Canoas*. Ano 1999. N. 1. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/660/470>. Acesso em: 01 mai 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007. (Coleção Estudos do Lazer)

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Editora Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer).

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Conexões. Educação física, esporte e saúde**. Vol. 6. N. 2 – 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637803>. Acesso em: 17 out 2016.

MARTINS, Ronisley da Silva; BATISTA, Selma Paula Maciel. Planejamento participativo: análise da implantação da etnotrilha do selvagem na aldeia Beija-flor no município de rio preto da eva. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010. Disponível em: file:///C:/Users/Agda/Downloads/Etnotrilha_Beija%20Flor.pdf. Acesso em: 16 mai 2020.

MARX, Karl. BICALHO, Luiz de Carvalho (org.). **O Capital. Resumo literal condensação dos livros 1, 2 e 3**. Belo Horizonte: Novos Rumos, 1990.

_____. **O Capital (compêndio)**. Carlo Cafiero (org). São Paulo: Hunterbooks, 2014.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer/FAPEAM, 2015.

MÓNICO, Lisete S. Mónico; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas CIAIQ2017**. >Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Volume 3. Disponível em: file:///C:/Users/Agda/Downloads/1447-Texto%20Artigo-5658-1-10-20170704%20(1).pdf. Acesso em 07 abr 2020.

NEVES, Diana Rebelo; NASCIMENTO, Rejane Prevot; FELIX JR., Mauro Sergio; SILVA, Fabiano Arruda da; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Cad. **EBAPE.BR**, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n2/1679-3951-cebape-16-02-318.pdf>. Acesso em: 04 mai 2020.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PELLEGRINI Filho, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas – SP: Papyrus, 1996.

POPADIUK, S. and SILVA, V. B. S. Significado do trabalho: aspectos individuais e coletivos [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2019 [viewed 04 May 2020]. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/02/13/significado-do-trabalho-aspectos-individuais-e-coletivos/>. Acesso em: 07 abr 2020

QUEIROZ Vívian dos Santos; ARAGÓN, Jorge Alberto Orellana. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. Revista Estudos Econômicos. Estud. Econ. vol.45 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400787. 02 mar 2020.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futebol e violência. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Saray Giovana dos (org). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à educação física**. Florianópolis: Tribo da ilha, 2011.

SILVA, Alice da; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Construção de uma teoria do lazer a partir dos autores clássicos: as contribuições de Lafargue Veblen e Russel. 5^ª **Mostra Acadêmica UNIMEP**. 15^º Congresso de Iniciação Científica. Publicado em: out 2007. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/5mostra/1/119.pdf>. Acesso em: 18 abr 2020.

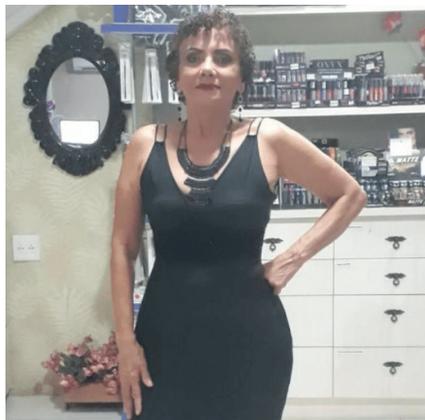
TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 2 ed. Campinas – SP: Papyrus, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo Da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Edel, 2012.

WITKOSKI, A. C. (Coord); FRAXE, T. J. P.; SOUZA, D. S. R.; CAVALCANTE, K. V. **Relatório analítico território rural Manaus e entorno – Amazonas**. Publicado em set 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra044.pdf>. Acesso em: 19 ago 2016.

ZIOLI, Osni. **O lazer dos agricultores familiares promotores do turismo: o caso do Roteiro Turístico Caminhos dos Marrecas no Sudoeste do Paraná**. Dissertação Universidade Tecnológica Federal do Paraná. PPGDR. 2015. 175 f. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1506/1/PB_PPGDR_M_Zioli,%20Osni_2015.pdf>. Acesso em: 23 nov 2016.

SOBRE A AUTORA



ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO - nasceu em Babaçulândia, no estado do Tocantins, em 27 de outubro de 1960, porém reside há 20 anos em Manaus – AM. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2017); Especialista em Docência do Ensino Superior - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA (2013); Bacharela em Ciências Contábeis - CIESA (2001); Especialista em Empreendedorismo; Escritora. Autora de registros em formato de artigos científicos, coletâneas e livros abordando os temas: Dependência química; Sociologia, Assentamentos rurais; Agricultura

familiar; Aspectos psicossociais; Culturas amazônicas. Esta obra representa o seu décimo livro. E-mail: agdademetrio@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1295311424092193>

SOBRE A COAUTORA



RITA MARIA DOS SANTOS PUGA BARBOSA -

Licenciada (UFAM), Doutora (UNICAMP) e Pós doutora (UFSC) em Educação Física; Mestre em Ciência de Alimentos (UFAM) e em Educação (UFAM); Técnica em Atletismo (UFAM); especialista em Administração Desportiva (UGF); Gerontóloga (SBGG); autora de registros em formato de artigos e livros abordando os temas: educação física gerontológica, imagem corporal, história da educação física, estilo de vida de adolescentes, educação física escolar, etnocultura física, futebol, atletismo, empreendedorismo e gestão

administrativa na educação física, etnografia criativa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0745043216561756> .

E-mail: ritapuga@yahoo.com.br

TERRA DE TRABALHO, SÍTIOS DO LAZER

O TURISMO RURAL NO PA
TARUMÃ MIRIM-AM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA DE TRABALHO, SÍTIOS DO LAZER

O TURISMO RURAL NO PA
TARUMÃ MIRIM-AM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 